MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação Superior

INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CAMPUS PICUÍ

PICUÍ-PB

2025

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITORIA

Reitora - Mary Roberta Meira Marinho
Pró-Reitora de Ensino - Neilor Cesar dos Santos
Diretor de Educação Superior - Richardson Correia Marinheiro
Diretora de Articulação Pedagógica - Lucrécia Teresa Gonçalves Petrucci
Diretoria de Educação a Distância - Francisco de Assis Rodrigues de Lima
Coordenação dos Cursos de Licenciatura - Carolina de Brito Barbosa

CAMPUS PICUÍ

José Hermano Cavalcanti Filho | Diretor Geral
Francinaldo Leite da Silva | Diretor de Desenvolvimento do Ensino
Paula Barreto Maia Nunes | Diretora de Administração e Planejamento
Leandro Reginaldo Maximino Lelis | Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia
Carmem Maia dos Santos | Coordenadora da COPED/COPAE

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC – Portaria 77/2025 - DG/PC/REITORIA/IFPB, de 27 de maio de 2025.

Leandro Reginaldo Maximino Lelis | Docente (presidente)
Péricles Alves Batista | Docente
Madele Maria de Oliveira Barros | Pedagoga
João Ricardo Ferreira Pires | Docente
Leandro Luiz Silva de França | Docente
Marcelo Silva de Andrade | Docente
Igor Torres Reis | Docente
Jandeilson Alves de Arruda | Docente

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO

CAMPUS DE OFERTA: Picuí

NOME DO CURSO: Licenciatura em Geografia

CÓDIGO E-MEC: 1723583

TÍTULO CONFERIDO: Licenciado em Geografia

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO:

Número da Portaria: RESOLUÇÃO *AD REFERENDUM* 56/2025 - CONSUPER/REITORIA/IFPB

Data da publicação: 25 de novembro de 2025

PORTARIA DO ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO:

Número da Portaria:

Data da publicação:

TURNO(S) DE OFERTA: Noturno

CARGA HORÁRIA MÍNIMA: 3.290 horas

DURAÇÃO:

Mínima: 8 semestres

Máxima: 12 semestres

VAGAS (anuais): 60

EIXO TECNOLÓGICO: Ciências Humanas e suas Tecnologias

MODALIDADE: Presencial

OFERTA DISCIPLINA NA MODALIDADE EaD: Sim

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO: 2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6
1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO 7
1.1. Dados da Mantenedora e Mantida 7
1.2. Missão Institucional 7
1.3. Perfil Institucional 8
1.4. Histórico do Instituto Federal da Paraíba 9
1.5. Políticas Institucionais 12
1.6. Cenário Socioeconômico, Socioambiental e Educacional 16
1.7. Política Institucional de Acompanhamento do Egresso 18
2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO 19
2.1. Dados do curso 19
2.2. Justificativa e Histórico do Curso 20
2.3. Processo de Construção, Implantação e Consolidação do PPC 21
2.4. Diretrizes Curriculares Nacionais Adotadas 23
2.5. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso 25
2.6. Requisitos e Formas de Acesso 27
2.7. Cumprimento de Recomendações dos Processos de Avaliações Interna e Externa 28
2.8. Objetivos 28
2.8.1. Objetivo Geral 28
2.8.2. Objetivos Específicos 28
2.9. Perfil Profissional do Egresso 29
2.10. Estrutura Curricular 32
2.10.1. Matriz Curricular 36
2.11. Conteúdos Curriculares 41
2.11.1. Oferta de Ensino a Distância 41
2.11.2. Flexibilidade, Interdisciplinaridade e Acessibilidade Metodológica 42
2.11.3. LIBRAS 44
2.11.4. Mecanismos de familiarização com a modalidade a distância 45
2.11.5. Curricularização da Extensão 47
2.11.6. Educação das Relações Étnico-raciais 48
2.11.7. Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena 49
2.11.8. Educação Ambiental 51

2.11.9. Educação em Direitos Humanos 52
2.12. Metodologia 54
2.13. Estágio Curricular Supervisionado 56
2.13.1. Relação com a rede de escolas da Educação Básica 58
2.13.2. Relação Teoria e Prática 58
2.13.3. Estágios Não Obrigatórios Remunerados 59
2.14. Atividades Complementares 60
2.15. Trabalho de Conclusão de Curso 65
2.15.1. Repositório Digital 66
2.16. Apoio ao Discente 67
2.16.1. Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil 67
2.16.2. Acessibilidade 70
2.16.3. Monitoria 71
2.16.4. Nivelamento 71
2.16.5. Apoio Psicopedagógico 72
2.16.6. Centros Acadêmicos 74
2.16.7. Intercâmbios nacionais e internacionais 74
2.17. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Externa e Interna 75
2.17.1. Avaliação Interna 76
2.17.2. Comissão Própria de Avaliação - CPA 77
2.18. Atividades de Tutoria e Mediação Pedagógica 78
2.18.1. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria e de mediação pedagógica 79
2.19. Tecnologias da Informação e Comunicação 80
2.20. Ambiente Virtual de Aprendizagem 81
2.21. Material Didático 83
2.22. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem 84
2.23. Números de Vagas 86
2.24. Integração com as redes públicas de ensino 87
2.25. Atividades práticas de ensino para licenciaturas 88
2.26. Aproveitamento de Estudos 89
3. CORPO DOCENTE 91
3.1. Núcleo Docente Estruturante 91
3.2. Colegiado do Curso 92
3.3. Equipe Multidisciplinar 95
3.4. Coordenação de Curso 95

3.4.1. Dados do Coordenador 97
3.5. Corpo Docente 97
3.5.1. Titulação 99
3.6. Tutores 101
3.6.1. Experiência do corpo de tutores em educação a distância 102
3.7. Pessoal Técnico Administrativo 103
3.8. Política Institucional de Capacitação de Servidores 105
4. INFRAESTRUTURA 106
4.1. Infraestrutura do Campus 106
4.2. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral 108
4.3. Espaço de trabalho para o coordenador 108
4.4. Sala coletiva de professores 108
4.5. Salas de aula 109
4.6. Biblioteca 109
4.6.1. Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico 112
4.6.2. Sistema de gestão do acervo bibliográfico 112
4.6.3. Plano de Contingenciamento 113
4.7. Acesso dos alunos a equipamentos de informática 114
4.8. Laboratórios didáticos de formação básica 115
4.9. Laboratórios didáticos de formação específica 116
4.10. Infraestrutura para a Educação a Distância 117
4.11. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático 117
4.12. Comitê de Ética em Pesquisa 119
4.13. Política Institucional de Acessibilidade 119
5. CERTIFICAÇÃO 121
REFERÊNCIAS 122
APÊNDICE A – Ementário 135
APÊNDICE B - Detalhamento da Carga Horária (CH) dos Componentes ofertados na modalidade EaD 1
APÊNDICE C – Fluxograma do Curso 2

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB), Campus Picuí, foi elaborado a partir das normativas vigentes para os cursos de licenciatura, no âmbito nacional, assim como para os cursos superiores ofertados pelo IFPB. Sua execução ocorreu de forma participativa, por meio de uma equipe composta por docentes e por uma pedagoga.

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento público que tem a finalidade de apresentar o Curso de Licenciatura em Geografia à comunidade acadêmica, configurando-se como um documento norteador para o desenvolvimento do curso e para os envolvidos no processo, uma vez que explicita informações imprescindíveis, como os objetivos, a metodologia, a matriz curricular, o corpo docente, a infraestrutura, entre outras.

O Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí foi concebido com o intuito de contribuir para a formação em nível superior de professores, ampliando o número de profissionais qualificados para atuar na educação, condição elementar para o desenvolvimento local e regional.

A organização didático-pedagógica está estruturada a fim de possibilitar uma formação profissional completa, na qual os licenciandos possuam os conhecimentos específicos da ciência geográfica, bem como os relacionados à formação geral, tão necessários para o saber/fazer docente. Para tanto, busca-se fomentar a articulação constante entre teoria e prática, além de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, faz-se mister destacar que o Curso de Licenciatura em Geografia segue princípios estabelecidos pelo IFPB e pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o propósito de proporcionar um ensino público gratuito, democrático e de qualidade.

1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

1.1. Dados da Mantenedora e Mantida

Mantenedora e Mantida	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB**						
End.:	**Avenida João da Mata**					n.:	**256**
Bairro:	**Jaguaribe**	Cidade:	**João Pessoa**	CEP:	**58015-020**	UF:	**PB**
Fone:	**(83) 3612-9706**	E-mail:	**gabinete.reitoria@ifpb.edu.br**				
Site:	**https://www.ifpb.edu.br/**						
Atos Legais	**Recredenciamento Institucional por meio da Portaria MEC nº 330, de 08/02/2019, publicada no DOU de 11/02/2019, pelo prazo de 8 (oito) anos**						
Campus:	**Picuí**						
End.:	**Rodovia PB-177**					nº:	**S/N**
Bairro:	**Cenecista**	Cidade:	**Picuí**	CEP:	**58187-000**	UF:	**PB**
Fone:	**(83) 3142-7308**	Fax:	**-**				
E-mail:	**campus_picui@ifpb.edu.br**						
Site:	**www.ifpb.edu.br/picui**						

1.2. Missão Institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024) estabelece como missão dos Campi no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB:

> Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (PDI, 2020-2024).

A organização didática-pedagógica aplicada às modalidades ofertadas pelo IFPB está em consonância com os princípios apontados no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) entre estes, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o

saber; a gestão democrática do ensino público; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e a consideração da diversidade étnico-social, que estão contemplados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Além disso, a organização didática-pedagógica do IFPB é parte constante nos regimentos didáticos específicos de cada nível ofertado e é complementado por resoluções, notas técnicas e outros documentos que tratam de assuntos de natureza pedagógica regulamentados pelo Conselho Superior (CONSUPER), os quais, articulados com a Lei nº 9.394/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as demais legislações nacionais vigentes, estabelecem as normas referentes aos processos didáticos e pedagógicos da instituição.

A organização didático-pedagógica considera fundamental o uso da contextualização dos conhecimentos e da interdisciplinaridade em todas as áreas de atuação. O IFPB busca, a partir dos seus itinerários formativos, nas políticas de inserção no mundo do trabalho, na verticalização da oferta de cursos e nas oportunidades de formação inicial e continuada dos adolescentes, jovens e adultos, a constituição de cenários ideais para o acesso, a permanência e o êxito dos educandos.

O IFPB busca, conforme Visão Institucional estabelecida no PDI 2020-2024, ser reconhecido como "uma instituição de excelência na promoção do desenvolvimento profissional, tecnológico e humanístico de forma ética e sustentável, beneficiando a sociedade, alinhado às regionalidades em que está inserido".

1.3. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais. O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. O Instituto Federal da Paraíba tem administração descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do artigo 9° da Lei n° 11.892/2008, conforme disposto em seu Regimento Geral.

1.4. Histórico do Instituto Federal da Paraíba

O Instituto Federal da Paraíba foi criado a partir da integração de duas instituições: o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF Sousa).

O CEFET-PB originou-se da Escola Técnica Federal da Paraíba, antes denominada Escola Técnica Industrial, por sua vez, oriunda do Liceu Industrial e este, da Escola de Aprendizes Artífices, que pertenceu a um grupo de dezenove instituições criadas, por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha. Elas tinham por finalidade ofertar um ensino profissional para atender gratuitamente aqueles que necessitavam de uma profissão e não podiam pagar pelo ensino.

Para tanto, a Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba começou a funcionar com os cursos que, de acordo com a época, atendiam aos requisitos do mercado, tais como, Alfaiataria, Marcenaria, Serralharia, Encadernação e Sapataria, realizados em conjunto com o curso Primário. Situada na Capital do Estado, localizou-se inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar, onde funcionou até 1929, quando foi transferida para um prédio na Av. João da Mata, no bairro de Jaguaribe.

Em 1937, por força da Lei nº 378, a Escola transformou-se em Liceu Industrial. O Decreto nº 4.127/42 transformou o Liceu Industrial em Escola Industrial de João Pessoa, conhecida também com a denominação de Escola Industrial Federal da Paraíba, que perdurou até 1959. Neste ínterim, também surgiu a Escola de Economia Doméstica Rural (1955 a 1979), em Sousa, que nasceu de iniciativa do engenheiro civil sousense Carlos Pires Sá, o qual conseguiu junto à Superintendência do Ensino Agrícola Veterinário (SEAV) - órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, a instalação na cidade do Curso de Magistério e Extensão em Economia Rural Doméstica, por meio da Portaria nº 552, de 4 de junho de 1955, com o objetivo de formar professoras rurais.

No início dos anos 60, a já então Escola Técnica Federal da Paraíba (ETF-PB) transfere-se da Rua João da Mata para um prédio construído na Av. 1º de Maio, 720, (atual Campus João Pessoa) implantando os Cursos Técnicos em Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas, os primeiros cursos em nível de 2º Grau e que vinham atender à demanda da intensificação do processo de modernização desenvolvimentista do país. Em 1964, foram extintas as oficinas de Alfaiataria e Artes em Couro, instalando-se as Oficinas de Artes Industriais e Eletricidade. No ano seguinte, pela primeira vez, a ETF-PB permitiu o ingresso de mulheres no seu corpo discente.

A Lei nº 4.024 de 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, equiparou o ensino técnico ao acadêmico, ou seja, os egressos de ambos os ensinos poderiam ingressar no ensino superior sob as mesmas condições.

Em 11 de outubro de 1963, a Escola de Economia Doméstica Rural de Sousa, por autorização emanada do Decreto nº 52.666, passou a ministrar o Curso Técnico em Economia Doméstica em nível de 2º grau. Em 1969, José Sarmento Júnior, médico sousense, fez doação de uma área de 16.740 m² para que fosse construída a "Escola de João Romão". Em 1970, a Escola de Economia Doméstica Rural de Sousa se transferiu para sua sede definitiva localizada na Rua Presidente Tancredo Neves, s/n, Jardim Sorrilândia.

Em 30 de junho de 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais - Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro – foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET. Esta mudança conferiu àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros industriais e tecnólogos. A Escola de Economia Doméstica Rural de Sousa, por meio do Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979, teve a sua denominação alterada para Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF Sousa).

O início dos anos 80 trouxe dois desdobramentos que impactaram significativamente a Rede Federal de Educação Tecnológica: a oferta dos cursos técnicos especiais, hoje chamados de cursos técnicos subsequentes, e o uso de computadores para fins acadêmicos e administrativos. Outra iniciativa pioneira do período na rede federal foi a oferta de cursos técnicos especiais na modalidade de Educação a Distância, ministrados pela ETF-PB.

Em 1994, o Presidente Itamar Franco promulgou a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, dando início à instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

A Escola Técnica Federal da Paraíba se tornou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba em 1999, denominação mantida até o final de 2008. Esta mudança fez parte do processo de transformação de Escolas Agrotécnicas e Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. A expansão dos CEFETs permitiu o crescimento da atuação da Rede Federal de Educação Tecnológica na educação superior tecnológica bem como na educação profissional com uma maior diversidade de cursos e áreas profissionais contempladas.

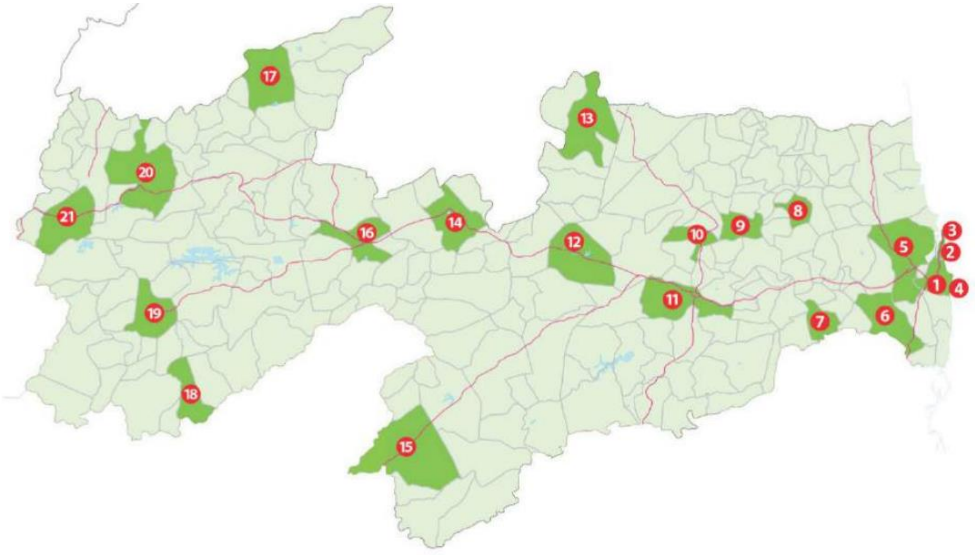
No ano de 2007, o Ministério da Educação publicou o Plano de Desenvolvimento de Educação Pública (PDE), expondo concepções e metas sobre a educação nacional, por meio do Decreto nº 6.095, estabeleceu diretrizes para os processos de integração de instituições federais de educação tecnológica visando a constituição de uma rede de institutos federais.

Ao final de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Além de atuar na oferta de ensino técnico e tecnológico presencial, o Instituto desenvolve ações na modalidade de Educação a Distância (EaD), investindo na capacitação dos seus professores e técnicos administrativos, no desenvolvimento de atividades de pós-graduação lato sensu, stricto sensu e de pesquisa aplicada, preparando as bases para a oferta de pós-graduação.

Para este propósito, o IFPB está presente em 20 cidades na Paraíba, com o total de 21 unidades, distribuídas em 16 campi (João Pessoa, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, Monteiro, Patos, Princesa Isabel, Picuí, Sousa, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Santa Rita, Itaporanga e Santa Luzia) e 5 campi avançados (Areia, Soledade, Cabedelo Centro, Mangabeira e Pedras de Fogo).

Figura 1. Localização geográfica dos campi do IFPB no estado da Paraíba



1. Campus João Pessoa e Polo de Inovação
2. Campus Cabedelo
3. Campus Avançado Cabedelo Centro
4. Campus Mangabeira
5. Campus Santa Rita
6. Campus Pedras de Fogo
7. Campus Itabaiana
8. Campus Guarabira
9. Campus Areia
10. Campus Esperança
11. Campus Campina Grande
12. Campus Soledade
13. Campus Picuí
14. Campus Santa Luzia
15. Campus Monteiro
16. Campus Patos
17. Campus Catolé do Rocha
18. Campus Princesa Isabel
19. Campus Itaporanga
20. Campus Sousa
21. Campus Cajazeiras

Fonte: PDI, 2021.

O Campus Picuí resultou do Plano de Expansão II após a instituição, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e a criação de trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos por todo o

país. No ano letivo de 2025, estavam regularmente matriculados 1.398 discentes em diferentes níveis de ensino: pós-graduação (Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais no Semiárido), graduação (Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa), graduação tecnológica (Agroecologia e Gestão Ambiental), técnico integrado (Edificações, Informática, Mineração e Geologia), técnico subsequente (Eletrônica), além de diversos cursos de Formação Inicial e Continuada.

Para o fortalecimento do ideário e do compromisso educacional firmado na missão do IFPB, trabalha-se, dentro e fora do Campus, com o objetivo da potencialização e fortalecimento das bases da articulação e integração indissociáveis do tripé da educação (Ensino-Pesquisa-Extensão) como novo paradigma, com foco específico em cada disciplina, área de estudo e de trabalhos ao lado de uma política institucional de formação contínua e continuada, de seus docentes e discentes.

1.5. Políticas Institucionais

Segundo a Lei 11.892/08, o IFPB é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O Instituto Federal da Paraíba atua em observância à legislação vigente com as seguintes finalidades:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal da Paraíba;

V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico e Criativo;

VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente, as voltadas à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida;

X. Promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e Internacionais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão.

Observadas suas finalidades e características, são objetivos do Instituto Federal da Paraíba:

I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e ambientais;

V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI. Ministrar em nível de educação superior:

a) Cursos de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática e da educação profissional;

c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
e) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

As políticas institucionais desenvolvidas no campus Picuí estão alinhadas com as do Instituto Federal da Paraíba, que define, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024).

As práticas acadêmicas do IFPB – em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e com a Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) – e a nossa missão social expressa no PDI 2020-2024, baseiam-se nos seguintes Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos:

- Verticalização do Ensino e sua Integração com a Pesquisa e a Extensão.

Esse princípio se assenta na peculiaridade que caracteriza os institutos: a possibilidade de ofertar cursos em mais de um nível de ensino e em todas as modalidades. O IFPB se ocupa da formação do trabalhador, seja em qualificações profissionais, seja em nível técnico, seja em nível superior, bem como com atividades de pesquisa e de extensão diretamente conectadas ao mundo do trabalho, aplicando seus resultados para a melhoria de vida da sociedade. A organização pedagógica verticalizada permite ao corpo docente atuar em diferentes níveis de ensino de forma simultânea e articulada, desde a educação profissional básica, técnica e tecnológica até a pós-graduação. Ao mesmo tempo, permite ao seu corpo discente, dos diferentes níveis de ensino, o compartilhamento de espaços de aprendizagem e o intercâmbio de experiências e ideais, favorecendo a aprendizagem. Em nível de gestão, aperfeiçoa a utilização da infraestrutura física, do quadro de pessoal e dos recursos.

- Formação Humana Integral.

Busca superar a dicotomia, formação para o trabalho versus formação intelectual. O ser humano deve ser compreendido na sua completude, por isso a formação para o trabalho não prescinde da formação humana, da compreensão e interpretação do mundo, da formação para o exercício da cidadania. A formação humana integral do trabalhador garante a ele a apreensão do conhecimento científico e tecnológico e, também, do artístico, cultural e desportivo. Leva-o a se perceber enquanto ser histórico- social que é formado de acordo com o meio onde vive, mas que também é capaz de intervir nesse meio sócio-histórico-cultural e modificá-lo.

- Articulação entre educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Deve-se garantir a todas as gerações o direito de acesso ao conhecimento historicamente construído pelos homens na sua vida em sociedade, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.

Trata-se de identificar os elementos culturais necessários para a construção da humanidade em cada indivíduo, mas também de fomentar as descobertas mais adequadas para atingir esse objetivo. A ciência e a tecnologia são parte desse conhecimento e devem ser colocadas a favor dos interesses da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular, de modo que se tornem um bem público a favor do desenvolvimento da sociedade como um todo, e não só daqueles que fazem parte do status quo e tornam os produtos da ciência e da tecnologia numa mercadoria a favor da simples reprodução do capital. O fazer pedagógico do IFPB tem o ser humano como referencial, por isso tem o trabalho como categoria estruturante do ser social. A articulação entre educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia faz sentido quando se buscam soluções para os problemas sociais e econômicos de determinado tempo e sociedade e atribuir ao trabalhador a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

As várias correntes e práticas pedagógicas se entrecruzam e dialogam para atender à pluralidade social do nosso tempo. O respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e aos variados métodos científicos utilizados no ensino, na pesquisa e na extensão pelos atores do processo de ensino e de aprendizagem é reconhecido como parte da garantia do direito à educação de qualidade e socialmente referenciada.

- Inclusão social.

Parte do reconhecimento da dignidade da qual toda pessoa humana é dotada de seu direito a uma prestação de serviço público de qualidade. Deriva daí a necessidade de atenção às condições e peculiaridades de cada indivíduo e o respeito às diversidades. No âmbito educacional, implica considerar as condições físicas, intelectuais, socioeconômicas e culturais dos educandos durante todo seu percurso na instituição, desde o ingresso, a permanência e o êxito na conclusão de sua formação até a sua inserção no mundo do trabalho.

- Gestão democrática.

Esse princípio exige da gestão administrativa e financeira transparência dos atos, descentralização das decisões e participação coletiva nos órgãos colegiados e da gestão pedagógica, com ações voltadas para o desenvolvimento da cidadania, por meio das quais são exercitadas a autonomia e a participação do educando. Todos os envolvidos no processo são coparticipes na execução, no acompanhamento e na avaliação da proposta educacional. Os conteúdos, a metodologia e os critérios de avaliação devem ser expostos de forma clara e discutidos por todos, visando ao desenvolvimento integral e à aprendizagem do educando, em observância ao estabelecido na legislação pátria e nos documentos institucionais.

- Defesa dos Direitos Humanos.

Atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas devem se apoiar no respeito aos direitos humanos e socializar uma cultura de direitos humanos que privilegie o diálogo e o fomento de atividades humanizadoras, nas quais haja respeito às diferenças, justiça, liberdade, paz e tolerância – sentimentos e atitudes dos quais deve estar tomada toda a vida social e acadêmica da instituição. A formação do trabalhador não pode ser dissociada de seu compromisso com a sociedade da qual faz parte e com o futuro dessa sociedade. A competência humanística é aliada da competência técnica, a qual deverá ser impregnada da ética que protege o humano, preserva o meio ambiente, se solidariza com a comunidade, se indigna e responde a ameaças ou agressões aos princípios de direitos humanos.

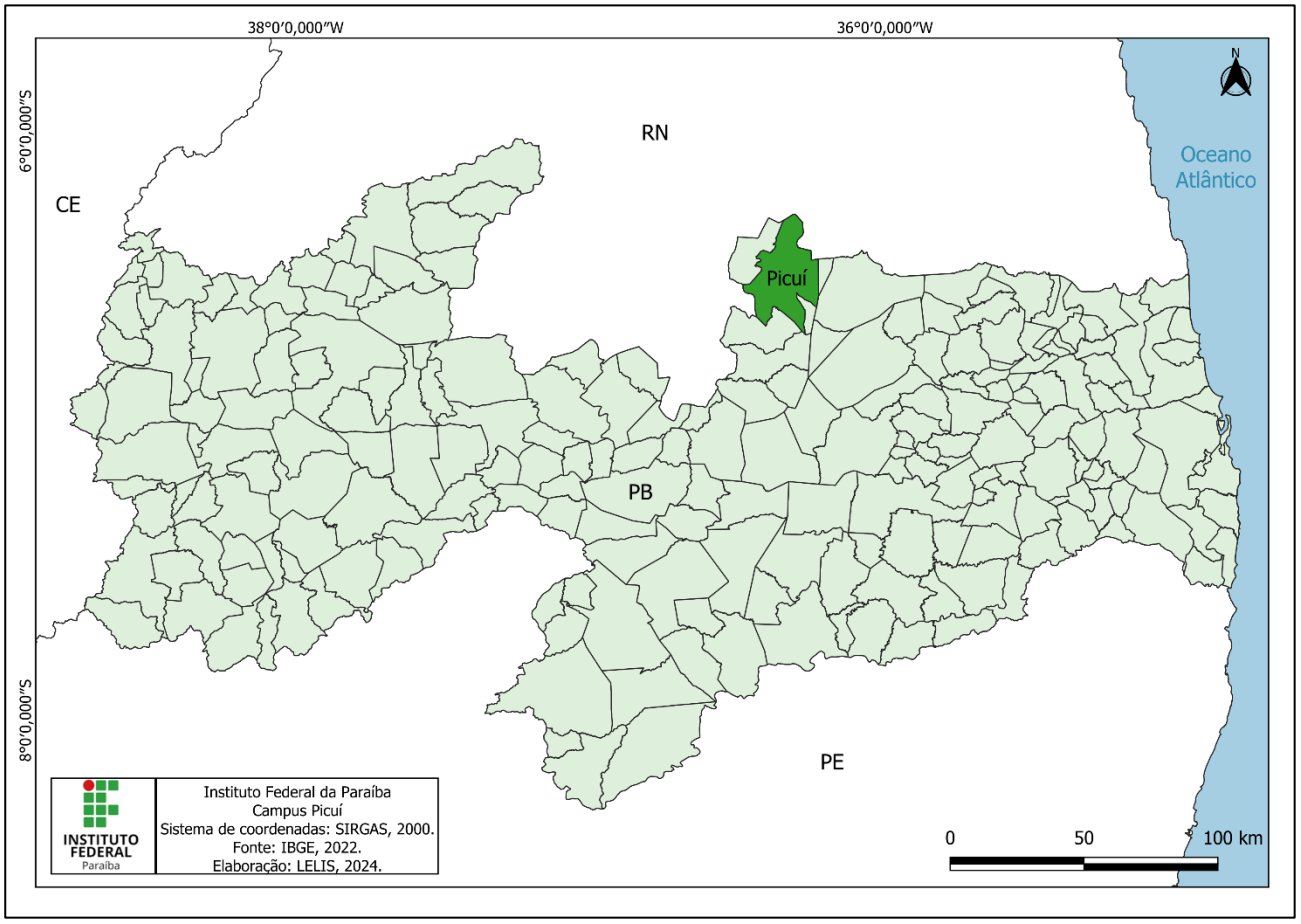
A conjugação destes princípios e da prática acadêmica focada no desenvolvimento teórico, prático e humano tem por objetivo formar profissionais conscientes de sua cidadania, preocupados em transformar a realidade para se alcançar uma sociedade mais democrática, solidária e humanista. Para garantir uma gestão homogênea, o IFPB definiu suas políticas institucionais, organizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Essas políticas norteiam os caminhos dos cursos de graduação, que deverão garantir a integração do ensino com a pesquisa e a extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional.

1.6. Cenário Socioeconômico, Socioambiental e Educacional

Conhecida como a “Terra da Carne de Sol”, Picuí tem um território de 667,714 km² e, em 2022, possuía 18.333 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocupando o posto de segundo município mais populoso da Região Geográfica Imediata de Cuité-Nova Floresta. Limita-se ao norte com o estado do Rio Grande do Norte; ao sul, com os municípios de Nova Palmeira, Pedra Lavrada e Baraúna; a leste, com os municípios de Cuité e Nova Floresta; e a oeste, com o município de Frei Martinho e também com o estado do Rio Grande do Norte.

A localização geográfica de Picuí (Figura 2), na divisa entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, faz da cidade um polo estratégico, abrangendo 19 municípios e uma população de mais de 150 mil habitantes.

Figura 2. Localização geográfica do município de Picuí – PB



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: LELIS, 2024.

As atividades econômicas que compõem a renda do município de Picuí estão distribuídas na agropecuária, indústria, comércio e serviços. No ano de 2021, de acordo com dados do IBGE, o Produto Interno Bruto do Município (PIB) foi de R$ 213 milhões. Em 2021, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9,46% e o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,1 salários mínimos, segundo dados do IBGE.

No âmbito educacional, em 2021, Picuí registrou 2.564 matrículas nas 14 escolas de ensino fundamental localizadas no município e 1.341 matrículas nas 4 escolas de ensino médio, conforme dados do IBGE. Ao todo, 150 docentes atuavam nos estabelecimentos de ensino fundamental, enquanto os estabelecimentos de ensino médio possuíam 98 docentes. No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a rede pública de Picuí registrou o índice de 5,7 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,9 nos anos finais do ensino fundamental, ficando um pouco abaixo da média nacional nos dois estratos, uma vez que a média nacional nos anos iniciais ficou em 5,8 e nos anos finais em 5,1.

1.7. Política Institucional de Acompanhamento do Egresso

O IFPB instituiu uma significativa medida com a criação da Política de Egressos, conforme a Resolução n° 43-CS de 20 de fevereiro de 2017. Essa política fornece um arcabouço legal para a organização de atividades direcionadas a esse público. Com o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), são articuladas ações que aprimoram e orientam as práticas em ensino, pesquisa e extensão.

Egressos são indivíduos que completaram seus estudos regulares, estágios e outras atividades delineadas no plano de curso, e que estão aptos a receber ou já obtiveram seu diploma. Eles representam o resultado concreto dos processos de ensino-aprendizagem do Instituto. Por isso, é crucial monitorá-los para avaliar a eficácia da formação profissional oferecida, assim como compreender suas expectativas e percepções sobre o IFPB e o mercado de trabalho.

A essência da Política de Acompanhamento de Egressos é reconhecer a educação como um processo contínuo. Assim, o IFPB se torna um local para atualização, ampliação de relações e avaliação contínua. Conhecer os egressos é estratégico para refinar constantemente o processo de ensino-aprendizagem, alinhando-o com as expectativas dos estudantes, da comunidade e do mercado de trabalho.

Dentre os objetivos relacionados aos egressos, destacam-se:

- Monitorar sua inserção no mercado formal, analisando conteúdos curriculares de forma holística;
- Mapear conhecimentos e habilidades essenciais para a formação das competências, focando no desenvolvimento sustentável;
- Supervisionar continuamente o mercado profissional dos egressos, consolidando o perfil profissional e a proposta pedagógica.

Em linha com a Resolução n° 43-CS/2017, a Política de Acompanhamento dos Egressos tem sido implementada através de ações específicas em todos os campi. Estas ações contam com o apoio de representantes locais dos campi, Direções Gerais, Direções de Ensino e outras pró-reitorias (PRE, PRAF, PROEXC e PRPIPG).

2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO

2.1. Dados do curso

Campus Ofertante:	**Picuí**						
End.:	**Rodovia PB 151**					n.:	**s/n**
Bairro:	**Cenecista**	Cidade:	**Picuí**	CEP:	**58.187-000**	UF:	**PB**
Fone:	**(83) 3142-7308**		Fax:		**-**		
E-mail:	**campus_picui@ifpb.edu.br**						
Site:	**www.ifpb.edu.br/picui**						
Nome do Curso:	**Licenciatura em Geografia**						
Nível:	**Graduação**						
Regime de Oferta:	**Semestral**						
Turno de Oferta:	**Noturno**						
Número de Vagas:	**60 anuais**						
Período Mínimo de Integralização:	**8 semestres**		*Período Máximo de Integralização:*		**12 semestres**		
Carga Horária Total:	**3.290**						
Modalidade de Oferta:	**Presencial**						

Atos Legais:			
Ato:	**Autorização**	Ano:	
Data da Publicação:			
Ato:	**Reconhecimento**	Ano:	
Data da Publicação:			
Ato:	**Renovação de Reconhecimento**	Ano:	
Data da Publicação:			
Conceito Enade:		Ano:	
Conceito de Curso:		Ano:	
Conceito Preliminar de Curso:		Ano:	
Conceito Institucional:	**4**	Ano:	**2018**
Conceito Institucional EaD:	**5**	Ano:	**2019**
Indice Geral de Cursos:	**4**	Ano:	**2021**

2.2. Justificativa e Histórico do Curso

A qualidade da educação perpassa, dentre outros fatores, pela formação inicial e continuada de professores. Desse modo, investir na formação de professores configura-se como elemento primordial para todo país que deseja ofertar uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, a ampliação da oferta de cursos de licenciatura é essencial para aumentar o número de profissionais habilitados em nível superior para ministrar as disciplinas que compõem a grade curricular dos diferentes níveis da Educação Básica (DOURADO; OLIVEIRA, 2009; GADOTTI, 2010; CURY, 2014).

Aumentar o número de professores habilitados nas mais diversas áreas é fundamental, uma vez que a realidade brasileira revela que muitos docentes ministram disciplinas fora de sua área de formação, circunstância que compromete a qualidade do ensino.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil, 60,4% dos professores que ministravam disciplinas no Ensino Fundamental Anos Finais e 68,2% que atuavam no Ensino Médio possuíam formação adequada, ou seja, detinham formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Na região Nordeste, os dados registrados foram ainda piores, porque apenas 47,3% dos professores do Ensino Fundamental Anos Finais e 63,9% dos docentes do Ensino Médio contavam com formação adequada.

Na Paraíba, registraram-se percentuais superiores à média do Nordeste nos dois níveis da Educação Básica analisados, porque 57,4% dos docentes do Ensino Fundamental Anos Finais e 70,4% dos docentes do Ensino Médio possuíam formação adequada em 2023. Os dados demonstram também que, quando comparado à média nacional, o estado da Paraíba apresentou percentual inferior no Ensino Fundamental Anos Finais e superior no Ensino Médio.

Pesquisa realizada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP), com dados do Censo do Ensino Superior de 2016, apontou que o número de estudantes formados apresentou redução em diversos cursos de licenciatura, incluindo o de Geografia. Em 2016, 3.955 discentes concluíram o curso de Licenciatura em Geografia no Brasil, enquanto em 2020 esse número foi reduzido para 3.174 concluintes (TERRIBILI, 2022).

Nesse contexto, a criação do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, contribuirá para a formação de professores a fim de suprir, sobretudo, as necessidades local e regional. Outrossim, a criação do curso supracitado também se constituirá como uma oportunidade para a população local e regional ingressar no Ensino Superior, pois aproximará a população deste nível de ensino, pouco ofertado na região na modalidade presencial. Os cursos presenciais de Licenciatura em Geografia mais próximos a Picuí, por exemplo, são ofertados em cidades como Caicó-RN (95 km), Campina Grande-PB (120 km), Guarabira-PB (139 km), Natal-RN (186 km) e João Pessoa-PB (225 km). Desse modo, entende-se que a criação do curso de Licenciatura em Geografia atrairá alunos de Picuí, mas, também, de municípios próximos localizados na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

2.3. Processo de Construção, Implantação e Consolidação do PPC

O processo de construção, implantação e consolidação deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) utilizou, como documento norteador, a Resolução CS/IFPB nº 55/2017, que trata do Regulamento para criação, alteração e extinção de cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. No processo de criação, a proposta originária dos Campi deve ser encaminhada à Diretoria de Ensino ou órgão equivalente, que o submeterá ao Conselho Diretor do Campus, à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e ao Conselho Superior (CONSUPER).

Na proposta, deve constar a Portaria da Comissão de Elaboração do Curso, composta por docentes e pedagogos ou técnicos em assuntos educacionais, as Atas das reuniões da Comissão de Elaboração, um Estudo de Viabilidade de Curso, que apresenta as justificativas e relevâncias do curso nas dimensões acadêmica, científica e social, bem como comprovações de viabilidade nos aspectos de adequação às demandas do mundo do trabalho, disponibilidade de pessoal e infraestrutura, compatibilidades com os eixos tecnológicos do Campus e com os objetivos e finalidades do IFPB. Deve-se ainda incluir o PPC de acordo com os modelos de referência adotados no IFPB, analisado pela coordenação pedagógica, juntamente com um parecer da Equipe Pedagógica do Campus, o Plano de Trabalho do Curso, Resolução do Conselho Diretor do Campus e parecer favorável do PPC da Diretoria de Ensino Superior – DES/PRE.

Após aprovação do PPC e do Estudo de Viabilidade do Curso, o processo será encaminhado à Diretoria de Ensino Superior que poderá emitir, ao Diretor Geral do Campus, parecer parcial, no qual poderão constar alterações obrigatórias e/ou sugestões a serem contempladas na proposta de

acordo com datas previstas em cronograma. Seguida de análise pela Diretoria de Articulação Pedagógica – DAPE/PRE, o Diretor Geral do Campus receberá parecer parcial, no qual poderão constar alterações obrigatórias e/ou sugestões a serem contempladas na proposta de acordo com datas previstas em cronograma. Havendo o cumprimento das alterações obrigatórias contidas no parecer parcial no prazo de 30 (trinta) dias, a DAPE/PRE emitirá parecer final do processo à PRE que encaminhará ao CEPE. Existindo a necessidade de ajustes considerados pelo CEPE, o documento será encaminhado ao Campus para as devidas alterações e após apreciação favorável do CEPE, o processo será encaminhado ao CONSUPER que emitirá a Resolução de Autorização do Curso.

Alterações no Plano Pedagógico do Curso deverão passar por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), aprovada pela Resolução CS/IFPB nº 63/2021, cujas funções e principais ações estão descritas no item 2.17.2 deste documento. A avaliação interna, deverá ocorrer no máximo a cada dois (02) anos com o objetivo de identificar a necessidade de ajustes ou alterações, atendendo à legislação vigente, à demanda dos docentes e discentes e ao mundo do trabalho. A avaliação deverá ocorrer com antecedência mínima de 01 (um) ano antes do ciclo de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O Núcleo Docente Estruturante (NDE), regulamentado pela Resolução CS/IFPB nº 143/2015, constitui-se de grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC, desse modo supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela CPA, bem como propor e participar dos ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na avaliação interna e externa (SINAES).

Uma Comissão de Alteração será constituída pela coordenação do curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, que deverá divulgar para a comunidade os prazos para solicitação de alteração do PPC, receber, analisar e sistematizar o pedido de alteração do curso, considerando toda a legislação vigente, analisar a situação das turmas existentes, emitindo parecer, para verificar a possibilidade de migração para a matriz proposta, considerando: benefícios, interesse das turmas, se a turma já cursou mais de 30% da matriz na qual ingressou, necessidades de adequações para que os discentes cumpram a nova matriz e necessidade de alteração no sistema de controle acadêmico dos dados dos discentes.

No pedido de alteração deverão constar a portaria da Comissão de Alteração do Curso, justificativa para alteração, cópia da matriz vigente e PPC alterado. O processo será encaminhado à Diretoria de Ensino Superior que poderá emitir, ao Diretor Geral do Campus, parecer parcial, no qual poderão contar alterações obrigatórias e/ou sugestões a serem contempladas na proposta de acordo com datas previstas em cronograma. Seguida de análise pela Diretoria de Articulação Pedagógica –

DAPE/PRE, o Diretor Geral do Campus receberá parecer parcial no qual poderão constar alterações obrigatórias e/ou sugestões a serem contempladas na proposta de acordo com datas previstas em cronograma. Havendo o cumprimento das alterações obrigatórias contidas no parecer parcial no prazo de 30 (trinta) dias, a DAPE/PRE emitirá parecer final do processo à PRE que encaminhará ao CEPE. Havendo a necessidade de ajustes considerados pelo CEPE, o documento será encaminhado ao Campus para as devidas alterações e após apreciação favorável do CEPE, o processo será encaminhado ao CONSUPER que emitirá a Resolução de Autorização do Curso.

São três, os casos relatados pela Resolução CS/IFPB nº 55/2017, que levam a extinção de curso no IFPB: I – a oferta do curso tornou-se inviável do ponto de vista educacional, institucional e econômico; II – o número de discentes matriculados é insuficiente para justificar a manutenção do curso; III – outras situações devidamente justificadas. Desse modo, o processo de Pedido de Extinção do Curso é originado na Direção Geral do Campus e deve constar a justificativa para o pedido de extinção, um plano de finalização das turmas existentes, plano de aproveitamento dos servidores que atuam no curso a ser extinto em outros cursos em funcionamento no Campus ou em outros Campi do IFPB, plano de destinação de toda infraestrutura utilizada no curso, processo protocolado ao e-MEC, com antecedência de 01 (um) ano, devido à descontinuidade do curso. Após análise do Conselho Diretor do Campus, o processo de extinção do curso deve ser encaminhado a DES/PRE, que encaminhará à PRE, que enviará ao CEPE e posteriormente ao CONSUPER.

2.4. Diretrizes Curriculares Nacionais Adotadas

O Curso de Licenciatura em Geografia observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Geografia (Parecer CNE/CES 492/2001, Parecer CNE/CES 1.363/2001 e Resolução CNE/CES 14/2002). Atende, também, o que determina a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira, e a Resolução 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalida a Resolução AR 84/2021 do CONSUPER, que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Em relação aos conhecimentos específicos da Geografia, buscou-se seguir o que preconiza o Parecer CNE/CES 492/2001 com o intuito de elaborar uma estrutura curricular atualizada ao contexto contemporâneo, que articule teoria e empiria e que contribua para a compreensão da realidade espacial, natural e humana, considerando essas dimensões como partes, em constante interação, de uma totalidade dinâmica.

No que concerne à Resolução CNE/CP nº 4/2024, faz-se mister destacar que a proposta curricular presente neste PPC levou em conta, dentre outros pontos relevantes, as determinações presentes em seu Art. 5º, que apresenta os princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, a saber:

I - a garantia da oferta de formação de profissionais do magistério para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso público de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas, sociais e técnicas sólidas e em consonância com as diretrizes dos documentos nacionais e marcos normativos de orientação curricular específicos de cada etapa e de cada modalidade;

II - a colaboração constante entre os entes federativos, suas escolas e seus sistemas de ensino e destes com as IES que formam professores na consecução dos objetivos da política nacional de educação, sob articulação e coordenação do Ministério da Educação - MEC;

III - a garantia de parâmetros de qualidade dos programas e cursos destinados à formação dos profissionais do magistério, orientados para assegurar o adequado desenvolvimento das capacidades profissionais definidas no perfil do egresso e a socialização inicial na profissão, à luz dos fundamentos e princípios definidos nesta Resolução;

IV - a articulação indissociável entre a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais do magistério, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção dos licenciandos nas instituições de Educação Básica, espaço privilegiado da práxis docente;

V - o reconhecimento das instituições de Educação Básica como instituições formadoras indispensáveis à formação do licenciando e de seus profissionais como agentes fundamentais no processo de socialização profissional;

VI - o reconhecimento, por parte dos licenciandos, dos múltiplos contextos e formas de exercício do magistério na Educação Básica;

VII - a existência de um projeto formativo nas IES estruturado a partir de bases teórico-epistemológicas, estéticas, ético-políticas, metodológicas e técnico-pedagógicas com caráter

transformador, emancipador e humanizador e que reflita a especificidade e a multidimensionalidade da formação dos profissionais do magistério da educação escolar básica, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso e na permanência dos licenciandos nos programas e cursos de formação inicial de profissionais do magistério, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, de gênero e de qualquer outra natureza;

IX - a compreensão de que profissionais do magistério da educação escolar básica são agentes motivadores e impulsionadores de formação e transformação das identidades, sociabilidades e dos repertórios culturais dos seus estudantes e o reconhecimento desta relevância nos PPC das licenciaturas, prevendo estratégias de ampliação, e diversificação do acesso dos licenciandos às informações, vivências e experiências culturais diversificadas;

X - o compromisso de que a formação dos profissionais do magistério busque contribuir para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, laica, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

XI - educação para a construção de um mundo sustentável, abordando questões que ameaçam o futuro, tais como, a pobreza, o consumo predatório, a deterioração urbana, o conflito e a violação dos direitos humanos, sempre respeitando a pluralidade e a diversidade cultural; e

XII - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Outro aspecto relevante, acerca da proposta curricular, diz respeito à implementação da curricularização da extensão, exigência recente e inovadora, presente na Resolução 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB a fim de cumprir a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece, em seu Art. 14, que os cursos de formação inicial de professores deverão possuir 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão. Importante destacar que este tema é abordado com maior ênfase no subitem 2.11.5.

2.5. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

A proposta de criação do curso de Licenciatura em Geografia ocorreu com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino público de qualidade, fortalecer as diversas áreas do conhecimento nas quais o IFPB atua, em especial as Ciências Humanas, contribuir para a formação de professores e atender às demandas oriundas da sociedade local e regional.

Balizado na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, na igualdade de acesso à Instituição e no desenvolvimento de ações que contribuam para a permanência e o êxito dos discentes, o curso de Licenciatura em Geografia, do Campus Picuí, segue princípios estabelecidos pelas políticas institucionais do IFPB, buscando formar profissionais capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com as questões ambientais. Destarte, a proposta do curso foi elaborada em consonância com princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as políticas institucionais de ensino do IFPB, previstos no PDI 2020-2024, a saber:

- Verticalização do Ensino e sua Integração com a Pesquisa e a Extensão;
- Formação Humana Integral;
- Articulação entre educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Inclusão social;
- Gestão democrática;
- Defesa dos Direitos Humanos.

Ademais, outros princípios, também previstos no PDI 2020-2024 do IFPB e ligados às políticas educacionais de ensino, foram observados para a elaboração desta proposta e serão considerados durante o desenvolvimento do curso, tais como:

- Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Articulação entre teoria e prática, valorizando a pesquisa individual e a coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Promoção de políticas inclusivas de combate à evasão, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes;
- Implementação de novas concepções pedagógicas e metodologias de ensino;
- Observância às políticas de ações afirmativas;
- Respeito às diferenças de qualquer natureza;
- Preocupação com o desenvolvimento sustentável;
- Formação de profissionais capazes de dialogar com as inovações e os avanços da ciência e da tecnologia existentes em sua área de formação e comprometidos em solucionar, especialmente, as questões locais e regionais;
- Articulação permanente com os egressos dos cursos.

Nesse contexto, a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Geografia foi elaborada com o fito de proporcionar a formação de um professor ético e democrático, compromissado em

transformar a realidade social, crítico em relação às questões ambientais, que seja capaz de utilizar a pesquisa e a extensão como estratégias de ensino e que saiba articular os conhecimentos teóricos e empíricos em prol de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

2.6. Requisitos e Formas de Acesso

O ingresso no curso de Licenciatura em Geografia é regulamentado pela Resolução-CS nº 05, de 23 de maio de 2018, que convalida a Resolução-AR nº 40, de 29/11/2017, que dispõe sobre Regulamento de acesso aos profissionais do magistério nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do IFPB, em conformidade com a Lei nº 13.478/2017, por meio de Processo Seletivo Diferenciado – PSD, e dá outras providências; pela Resolução-CS nº 54 de 20 de março de 2017, que convalida a Resolução *Ad referendum* nº 31, de 21 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba; pela Resolução-CS nº 134 de 11 de agosto de 2017, que dispõe sobre a regulamentação do processo de matrícula dos discentes nos cursos de graduação do IFPB, e dá outras providências; e pela Resolução CONSUPER nº 21/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalida a Resolução AR 16/2022-CONSUPER, que altera a Resolução AR nº 38, de 28/09/2020, e a Resolução 37, de 06/11/2020, que dispõe sobre o Regulamento de admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências.

De acordo com esses instrumentos, o ingresso nos cursos superiores de graduação do IFPB ocorrerá:

I – Através da adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), informando previamente o percentual de vagas destinadas a esta forma de seleção, sob responsabilidade do MEC;

II – Através do Processo Seletivo Especial (PSE), para as modalidades de reingresso, transferência interna, transferência externa e ingresso de graduados;

III – Através de termo de convênio, intercâmbio ou acordo interinstitucional, seguindo os critérios de Processo Seletivo, definidos no instrumento da parceria e descrito em Edital;

IV – Através de Processo Seletivo Diferenciado (PSD) para ingresso de profissionais do magistério em cursos de graduação para formação de professores.

Formas de acesso diferenciadas, além das descritas, poderão ser adotadas para atenderem as especificidades dos cursos ofertados, das localizações dos campi e das demandas locais, observando as legislações pertinentes.

2.7. Cumprimento de Recomendações dos Processos de Avaliações Interna e Externa

Item não aplicável, pois se trata de um curso em fase de implantação.

2.8. Objetivos

2.8.1. Objetivo Geral

Formar licenciados em Geografia com habilidades e competências para atuarem na Educação Básica, capazes de analisar, elaborar, planejar, pesquisar, ministrar conteúdos e desenvolver projetos relacionados à Geografia articulando com outras áreas do conhecimento.

2.8.2. Objetivos Específicos

- Habilitar os licenciandos para a análise e reflexão das políticas e práticas educacionais; e para a compreensão e atuação na realidade local.
- Capacitar os licenciandos para aplicar as abordagens científicas da Geografia e da representação cartográfica, no sentindo de interpretar e compreender os elementos e processos inerentes ao meio físico e social, embasados nos fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.
- Proporcionar a formação de professores de Geografia que compreendam o espaço geográfico como mutável, para além da dicotomia natureza-cultura; mas o percebam como produzido por relações cotidianas vinculadas ao contexto econômico, político, social, histórico etc.
- Promover a formação de docentes com habilidades para compreender e atuar em comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, comunidades rurais), movimentos sociais a partir da *práxis* educativa, da pesquisa e/ou extensão.
- Possibilitar uma formação consistente teórica e metodologicamente que possibilite ao licenciado dar continuidade de forma segura em sua formação continuada em níveis de especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado, compreendendo que a formação docente é sempre inconclusa.

2.9. Perfil Profissional do Egresso

O Art. 10º da Resolução CNE/CP nº 4/2024, estabelece que o egresso dos cursos de formação inicial em nível superior deverá estar apto a:

I - demonstrar conhecimento e compreensão da organização epistemológica dos conceitos, das ideias-chave, da estrutura da(s) área(s) e componentes curriculares para os quais está sendo habilitado para o exercício da docência;

II - compreender criticamente os marcos normativos que fundamentam a organização curricular de cada uma das etapas e modalidades da Educação Básica e, em particular, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular;

III - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e de relações democráticas na escola;

IV - reconhecer os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua e, também os contextos de vidas dos estudantes, propiciando assim, aprendizagens efetivas;

V - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir, por meio do acesso ao conhecimento, para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VI - compreender como as ideias filosóficas e as realidades e contextos históricos influenciam a organização dos sistemas de ensino, das instituições de Educação Básica e das práticas educacionais;

VII - demonstrar conhecimento sobre o uso da linguagem e do pensamento lógico-matemático no desenvolvimento do conteúdo específico de ensino;

VIII - demonstrar conhecimento sobre diferentes formas de apresentar os conteúdos dos componentes e das áreas curriculares para os quais está habilitado à docência, utilizando esse conhecimento para selecionar recursos de ensino adequados que contemplem o acesso ao conhecimento para um grupo diverso de estudantes;

IX - aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes, incluindo aqueles que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos;

X - estruturar ações pedagógicas e ambientes educativos que promovam a aprendizagem dos estudantes a respeito:

a) das relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade brasileira no presente e no passado e que garantam a apropriação dos conhecimentos relativos à história e cultura africana, afrobrasileira e dos

povos originários do Brasil, bem como de valores e atitudes orientados à desconstruir e combater todas as expressões do racismo, com a devida valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileiras; e

b) das múltiplas formas de participação e atuação das mulheres na sociedade brasileira, no passado e no presente, bem como de conhecimentos, valores e atitudes orientados à prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

XI - construir ambientes de aprendizagens que incentivem os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança;

XII - planejar e organizar suas aulas de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação dos profissionais do magistério da educação escolar básica;

XIII - recontextualizar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

XIV - conhecer e utilizar os diferentes tipos de avaliação educacional, bem como os limites e potencialidades de cada instrumento para dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz e replanejar suas práticas de ensino de modo a assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam superadas por meio de sua atuação profissional em suas aulas;

XV - reconhecer e utilizar em sua prática as evidências científicas advindas de diferentes áreas de conhecimento, atualizadas e aplicáveis aos ambientes de ensino onde atua profissionalmente, de forma que possa favorecer os processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;

XVI - demonstrar conhecimento sobre o desenvolvimento físico, socioemocional e intelectual dos estudantes das etapas da Educação Básica para as quais está habilitado a atuar, utilizando esses saberes para:

a) construir compreensão quanto ao perfil dos estudantes com os quais atua; e

b) para selecionar estratégias de ensino adequadas e levantar hipóteses sobre como determinadas características presentes em seu grupo de estudantes potencialmente podem afetar a aprendizagem e assim, tomar decisões pedagógicas mais adequadas;

XVII - demonstrar conhecimento sobre os mecanismos pelos quais crianças, jovens e adultos aprendem, utilizando esse conhecimento para:

a) planejar as ações de ensino; e

b) selecionar estratégias pedagógicas e recursos que sejam adequados à etapa da Educação Básica a qual seus alunos pertencem;

XVIII - manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a instituição de Educação Básica, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento;

XIX - dominar conhecimentos relativos à gestão das escolas de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica; e

XX - demonstrar conhecimento e, sempre que possível, colaborar com o desenvolvimento de pesquisas científicas no campo educacional de maneira a refletir sobre sua própria prática docente e aplicar tal conhecimento em sua prática.

Além dos aspectos comuns aos egressos dos cursos de licenciatura apresentados na Resolução CNE/CP nº 4/2024, o Parecer CNE/CES 492/2001, que apresenta as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia, traz determinações específicas para os egressos da área em questão. As Diretrizes Curriculares indicam que, ao final do curso, o formando seja capaz de:

- Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia.
- Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico.

As diretrizes apresentadas no Parecer CNE/CES 492/2001 também determinam que os egressos dos cursos de Geografia sejam portadores de competências e habilidades, gerais e específicas, as quais estão expostas a seguir:

Gerais

a. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;

b. Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;

c. Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;

d. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;

e. Dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento geográfico;

f. Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia;

g. Utilizar os recursos da informática;

h. Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico;
i. Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.

Específicas
a. Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
b. Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
c. Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
d. Avaliar representações ou tratamentos gráficos e matemático-estatísticos;
e. Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;
f. Dominar os conteúdos básicos que são objeto de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
g. Organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia nos diferentes níveis de ensino.

2.10. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Geografia segue as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), na Resolução CNE/CP nº 4/2024, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Geografia (Parecer CNE/CES 492/2001, Parecer CNE/CES 1.363/2001 e Resolução CNE/CES 14/2002). Atende, ainda, determinações promulgadas no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira, e na Resolução 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalida a Resolução AR 84/2021 do CONSUPER, que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

A flexibilidade, a interdisciplinaridade e a acessibilidade metodológica são elementos primordiais para o Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí. A flexibilidade, por exemplo, foi promovida por meio da oferta de componente curriculares optativos (Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ecologia do Semiárido, Poluição e Impactos Ambientais e Ética e Direitos Humanos), os quais possibilitam o desenvolvimento de habilidades nas mais diversas áreas.

A Curricularização da Extensão é outro elemento de flexibilização, uma vez que permite a realização de ações de extensão diferenciadas no decorrer do curso. O número reduzido de pré-requisitos, imprimindo fluidez à matriz curricular, é outro aspecto que notabiliza a flexibilização curricular.

Ademais, a Instrução Normativa 2/2021 - PRE/REITORIA/IFPB, de 18 de junho de 2021, que institui e normatiza os procedimentos para elaboração do Plano de Disciplina dos Cursos de Graduação e outros procedimentos, também é um elemento de flexibilização no curso, não restringindo objetivos e metodologia de ensino. Desse modo, a cada semestre, o docente deve planejar o componente curricular com ajustes nos objetivos e metodologias, o que pode ser feito a partir de uma análise acerca do processo de ensino-aprendizagem.

As metodologias do processo ensino-aprendizagem no Curso de Licenciatura em Geografia são planejadas com base nas premissas da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade transdisciplinaridade, contextualização e integração, permitindo-se a flexibilização do conteúdo, tornando-os adaptáveis às situações particulares de cada cenário, buscando promover situações de aprendizagem que favoreçam a construção do saber, de forma criativa, reflexiva e diversificada.

Ainda no que concerne à interdisciplinaridade, é preciso mencionar os componentes curriculares Educação para a Diversidade, Geocartografia, Ensino de Solos e Viveiro Educativo que possuem caráter extensionista e serão trabalhados de forma interdisciplinar, uma vez que foram construídos a partir de conhecimentos correlatos abordados em outras disciplinas ofertadas em seus respectivos semestres, visando integrar os diferentes saberes, e serão ministrados por, ao menos, dois docentes.

Do ponto de vista da acessibilidade metodológica, é relevante destacar que as metodologias de ensino, os recursos didático-pedagógicos, entre outros elementos importantes para o processo de ensino-aprendizagem, serão definidos de acordo com as características dos componentes curriculares, mas também de acordo com as necessidades dos discentes. Assim, os diferentes componentes curriculares serão executados por meio da utilização das mais diferentes metodologias, como aplicação de metodologias ativas, realização de aulas em laboratório, aulas de campo, realização de seminários, avaliações dissertativas, entre outras, sempre realizadas com o auxílio da Coordenação de Acessibilidade e Inclusão (CLAI) e da Coordenação Pedagógica (COPED) do Campus Picuí.

Dessa maneira, o Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí busca proporcionar uma formação com ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino-aprendizagem, bem como das demais atividades acadêmicas dos discentes.

A oferta do ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é obrigatória, seguindo o que determina o Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Instrução Normativa PRE/IFPB nº 02/2016 - PRE, que normatiza os procedimentos para oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Entende-se que a oferta deste componente é extremamente necessária para a formação docente, pois contribui para preparar os futuros profissionais e promover a inclusão. Nessa perspectiva, o ensino de LIBRAS é valorizado no Curso de Licenciatura em Geografia, configurando-se como elemento essencial para uma prática docente que seja verdadeiramente inclusiva.

Atendendo o que determina a Resolução CNE/CP nº 04/2024, que trata, dentre outros aspectos, da formação inicial de professores, distribuiu-se os componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Geografia em quatro núcleos.

Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG): composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas. As disciplinas deste núcleo, somadas, compreendem uma carga horária total de 902 (novecentas e duas) horas.

Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE): diz respeito aos conhecimentos específicos imprescindíveis para a atuação profissional de um(a) professor(a) de Geografia. É composto por uma gama variada de componentes curriculares nas mais diversas áreas da ciência geográfica, tais como: Geografia Agrária, Geografia Urbana, Geografia do Espaço Mundial, Geografia do Brasil, Climatologia Cartografia I e II, entre outros. Somados, os componentes deste núcleo possuem carga horária de 1.606 (mil seiscentas e seis) horas.

Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE): são formadas por 332 (trezentas e trinta e duas) horas de atividades práticas de extensão vinculadas a componentes curriculares específicos, as quais deverão ser realizadas em instituições de Educação Básica, mediante orientação, acompanhamento e avaliação de professores do Curso de Licenciatura em Geografia.

Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS): componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, devendo ser realizado desde o primeiro semestre do curso em instituição da Educação Básica, totalizando 400 (quatrocentas) horas.

Pertinente pontuar que, além dos núcleos indicados pela Resolução CNE/CP nº 04/2024, o Curso de Licenciatura em Geografia também prevê 50 (cinquenta) horas de Atividades Complementares, obrigatórias para a integralização da carga horária do curso, visando fomentar o

desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao perfil do egresso, além de promover o enriquecimento da formação acadêmica e profissional.

O Quadro 1 evidencia os núcleos, seus componentes curriculares, as Atividades Complementares e suas respectivas cargas horárias

Quadro 1. Núcleos do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí

	Componentes Curriculares	**Carga horária (hora/relógio)**
Núcleo I	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	67
	Informática Instrumental	67
	Fundamentos da Educação a Distância	15
	Políticas Educacionais	33
	História da Educação	67
	Fundamentos Sociológicos e Filosóficos da Educação	67
	Psicologia da Aprendizagem	67
	História das Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas	67
	Didática Geral	50
	Metodologia da Pesquisa Científica	67
	Currículos e Programas	67
	Planejamento e Avaliação	67
	Recursos Naturais e Educação Ambiental	67
	Educação Inclusiva	67
	LIBRAS	67
Total de horas		**902**
Núcleo II	Pensamento Geográfico	67
	Geologia Geral	67
	Geografia do Espaço Mundial	67
	Estatística Aplicada à Geografia	50
	Geografia do Brasil	67
	Geografia Agrária	67
	Climatologia	67
	Ensino de Geografia	50
	Cartografia I	67
	Recursos Hídricos	50
	Geografia Urbana	67
	Cartografia II	50
	Geomorfologia	50
	Pedologia	50
	Geografia Política	67
	Geoprocessamento	67
	Geografia da População	67
	Geografia Econômica	67
	Projeto de Pesquisa em Geografia	67
	TDICs Aplicadas ao Ensino de Geografia	67
	Sensoriamento Remoto	67
	Geografia do Nordeste	67
	Geografia Cultural	67
	Geografia da Paraíba	50
	Biogeografia	50
	Trabalho de Conclusão de Curso	67
Total de horas		**1.606**
	Educação para a Diversidade	83
	Geocartografia	83

Núcleo III	Ensino de Solos	83
	Viveiro Educativo	83
Total de horas		**332**
Núcleo IV	Estágio Curricular Supervisionado I	50
	Estágio Curricular Supervisionado II	50
	Estágio Curricular Supervisionado III	50
	Estágio Curricular Supervisionado IV	50
	Estágio Curricular Supervisionado V	50
	Estágio Curricular Supervisionado VI	50
	Estágio Curricular Supervisionado VII	50
	Estágio Curricular Supervisionado VIII	50
Total de horas		**400**
Atividades complementares	-	**50**
Total de horas		**50**
Total de horas do curso		**3.290**

A partir do exposto, notabiliza-se que o Curso de Licenciatura em Geografia integraliza carga horária mínima de 3.290 (três mil duzentas e noventa) horas, distribuídas da seguinte maneira:

- **2.840** (duas mil oitocentas e quarenta) horas referentes aos componentes curriculares obrigatórios, das quais 902 (novecentas e duas) horas pertencem ao Núcleo I, 1.606 (um mil seiscentas e seis) horas compõem o Núcleo II e 332 (trezentas e trinta e duas) horas integram o Núcleo III.
- **400** (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado (Núcleo IV), a partir do 1º semestre do curso.
- **50** (cinquenta) horas de atividades complementares para enriquecimento curricular por meio de atividades acadêmicas, científicas, culturais e de formação profissional.

2.10.1. Matriz Curricular

Tabela 1. Primeiro Período do Curso de Licenciatura em Geografia

PRIMEIRO PERÍODO				
Unidade Curricular	**CH**	**CH PR**	**CH CE**	**MOD**
Pensamento Geográfico	67	-	-	Presencial
Geologia Geral	67	-	-	Presencial
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	67	-	-	Presencial
Informática Instrumental	67	-	-	Presencial
Fundamentos da Educação a Distância	15	-	-	EaD
Políticas Educacionais	33	-	-	EaD
Estágio Curricular Supervisionado I	50	50	-	Presencial
TOTAL	**366**	**50**	**-**	

CH = Carga horária total[1]
CH PR = Carga horária prática
CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

Tabela 2. Segundo Período do Curso de Licenciatura em Geografia

SEGUNDO PERÍODO				
Unidade Curricular	**CH**	**CH PR**	**CH CE**	**MOD**
História da Educação	67	-	-	EaD
Fundamentos Sociológicos e Filosóficos da Educação	67	-	-	Presencial
Psicologia da Aprendizagem	67	-	-	Presencial
Geografia do Espaço Mundial	67	-	-	Presencial
Estágio Curricular Supervisionado II	50	50	-	Presencial
TOTAL	**318**	**50**	**-**	

CH = Carga horária total
CH PR = Carga horária prática
CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

Tabela 3. Terceiro Período do Curso de Licenciatura em Geografia

TERCEIRO PERÍODO				
Unidade Curricular	**CH**	**CH PR**	**CH CE**	**MOD**
História das Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas	67	-	-	EaD
Educação para a Diversidade	83	-	83	Presencial
Didática Geral	50	-	-	Presencial
Estatística Aplicada à Geografia	50	-	-	Presencial
Metodologia da Pesquisa Científica	67	-	-	EaD
Geografia do Brasil	67	-	-	Presencial
Estágio Curricular Supervisionado III	50	50	-	Presencial
TOTAL	**434**	**50**	**83**	

CH = Carga horária total
CH PR = Carga horária prática
CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

Tabela 4. Quarto Período do Curso de Licenciatura em Geografia

QUARTO PERÍODO				
Unidade Curricular	**CH**	**CH PR**	**CH CE**	**MOD**
Geografia Agrária	67	-	-	Presencial
Climatologia	67	-	-	Presencial
Ensino de Geografia	50	-	-	Presencial
Cartografia I	67	-	-	Presencial
Recursos Hídricos	50	-	-	EaD
Geocartografia	83	-	83	Presencial
Estágio Curricular Supervisionado IV	50	50	-	Presencial
TOTAL	**434**	**50**	**83**	

CH = Carga horária total
CH PR = Carga horária prática

[1] Em horas-relógio.

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

Tabela 5. Quinto Período do Curso de Licenciatura em Geografia

QUINTO PERÍODO				
Unidade Curricular	**CH**	**CH PR**	**CH CE**	**MOD**
Geografia Urbana	67	-	-	Presencial
Currículos e Programas	67	-	-	Presencial
Ensino de Solos	83	-	83	Presencial
Cartografia II	50	-	-	EaD
Geomorfologia	50	-	-	Presencial
Pedologia	50	-	-	EaD
Estágio Curricular Supervisionado V	50	50	-	Presencial
TOTAL	**417**	**50**	**83**	

CH = Carga horária total
CH PR = Carga horária prática
CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

Tabela 6. Sexto Período do Curso de Licenciatura em Geografia

SEXTO PERÍODO				
Unidade Curricular	**CH**	**CH PR**	**CH CE**	**MOD**
Geografia Política	67	-	-	Presencial
Planejamento e Avaliação	67	-	-	Presencial
Recursos Naturais e Educação Ambiental	67	-	-	EaD
Geoprocessamento	67	-	-	Presencial
Geografia da População	67	-	-	Presencial
Viveiro Educativo	83	-	83	Presencial
Estágio Curricular Supervisionado VI	50	50	-	Presencial
TOTAL	**468**	**50**	**83**	

CH = Carga horária total
CH PR = Carga horária prática
CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

Tabela 7. Sétimo Período do Curso de Licenciatura em Geografia

SÉTIMO PERÍODO				
Unidade Curricular	**CH**	**CH PR**	**CH CE**	**MOD**
Geografia Econômica	67	-	-	Presencial
Projeto de Pesquisa em Geografia	67	-	-	EaD
Educação Inclusiva	67	-	-	Presencial
TDICs Aplicadas ao Ensino de Geografia	67	-	-	Presencial
Sensoriamento Remoto	67	-	-	EaD
Geografia do Nordeste	67	-	-	Presencial
Estágio Curricular Supervisionado VII	50	50	-	Presencial
TOTAL	**452**	**50**	**-**	

CH = Carga horária total
CH PR = Carga horária prática
CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

Tabela 8. Oitavo Período do Curso de Licenciatura em Geografia

OITAVO PERÍODO				
Unidade Curricular	**CH**	**CH PR**	**CH CE**	**MOD**
Geografia Cultural	67	-	-	Presencial
Geografia da Paraíba	50	-	-	EaD
Biogeografia	50	-	-	Presencial
LIBRAS	67	-	-	Presencial
Trabalho de Conclusão de Curso	67	-	-	Presencial
Estágio Curricular Supervisionado VIII	50	50	-	Presencial
TOTAL	**351**	**50**	**-**	

CH = Carga horária total
CH PR = Carga horária prática
CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

A Tabela 9 notabiliza o resumo da carga horária do Curso de Licenciatura em Geografia conforme a modalidade. Nota-se que a carga horária ofertada por meio da EaD representa 19,8% da carga horária total do curso, seguindo o que determina o Decreto nº 12.456/2025 e a Instrução Normativa Nº 01/2017 – PRE.

Tabela 9. Resumo da carga horária do Curso de Licenciatura em Geografia conforme a modalidade

Modalidade	**Carga Horária (h/r)**	**Percentual**
Presencial	**2.590**	**78,7**
EaD	**650**	**19,8**
Atividades Complementares	**50**	**1,5**
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**3.290**	**100%**

Além dos componentes curriculares obrigatórios, os discentes poderão cursar componentes curriculares optativos (Tabela 10), importantes elementos de flexibilidade curricular e que possibilitam aos licenciandos a ampliação de seus conhecimentos nas mais diversas áreas, de acordo com seus respectivos interesses. Tais componentes são ofertados por outros cursos superiores existentes no IFPB Campus Picuí: Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Sistemas para a Internet. Desse modo, além de possibilitar um currículo flexível, busca-se fomentar, entre os licenciandos, a interdisciplinaridade e o diálogo com outras áreas do saber. Não obstante, destaca-se que a matrícula nos componentes optativos é facultativa.

Tabela 10. Componentes Curriculares Optativos

Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE	MOD
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	67	-	10	Presencial
Ecologia do Semiárido	67	-	8	Presencial
Poluição e Impactos Ambientais	50	-	8	Presencial
Ética e Direitos Humanos	33	-	-	Presencial

CH = Carga horária total[2]
CH PR = Carga horária prática
CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão
MOD = Modalidade

O resumo dos componentes curriculares e da carga horária do Curso de Licenciatura em Geografia pode ser verificado na Tabela 11.

Tabela 11. Resumo dos componentes curriculares e da carga horária do Curso de Licenciatura em Geografia

Componentes Curriculares	Carga Horária (h/r)	Percentual (%)
Curricularização da Extensão*	**332**	**10,1**
Componentes Curriculares Obrigatórios	**2.840**	**86,3**
Atividades Complementares	**50**	**1,5**
Estágio Curricular Supervisionado	**400**	**12,2**
Trabalho de Conclusão de Curso*	**67**	**2,0**
Modalidade de Ensino a Distância*	**650**	**19,8**
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**3.290**	**100%**

*As cargas horárias destes itens também são computadas na carga horária dos Componentes Curriculares Obrigatórios. Por isso, não são somadas ao cálculo da carga horária total e do percentual total.

A carga horária deste PPC foi inteiramente calculada a partir de horas-relógio, a fim de facilitar o enquadramento às normativas vigentes. Cabe salientar que, no IFPB, a hora-aula é de 50 minutos, divergindo, portanto, da hora-relógio, que possui 60 minutos. A equivalência entre o número de aulas semanais, as horas-relógio e as horas-aula pode ser averiguada na Tabela 12.

[2] Carga horária em horas-relógio.

Tabela 12. Equivalência entre número de aulas semanais, horas-relógio e horas-aula

Número de aulas semanais	Horas-relógio (h/r)	Horas-aula (h/a)
1	**17**	**20**
2	**33**	**40**
3	**50**	**60**
4	**67**	**80**
5	**83**	**100**

Visando proporcionar maior fluidez à matriz curricular, o Curso de Licenciatura em Geografia traz uma proposta com quantidade reduzida de pré-requisitos, inserindo-os apenas em componentes curriculares cujos conhecimentos trabalhados em disciplinas anteriores sejam verdadeiramente imprescindíveis.

Tabela 13. Relação de disciplinas e seus pré-requisitos

Unidade Curricular	Pré-requisitos
Cartografia II	Cartografia I
Geoprocessamento	Cartografia II
Sensoriamento Remoto	Geoprocessamento
Geomorfologia	Geologia Geral
Trabalho de Conclusão de Curso	Projeto de Pesquisa em Geografia

2.11. Conteúdos Curriculares

2.11.1. Oferta de Ensino a Distância

O Curso de Licenciatura em Geografia possui carga horária total de 3.290 horas, das quais 650 são reservadas para disciplinas na modalidade de Educação a Distância (EaD). Pertinente destacar que a carga horária ofertada por meio da EaD corresponde a 19,8% da carga horária total do curso, estando, dessa forma, de acordo com o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que possibilita aos cursos presenciais ofertarem até 30% da carga horária total do curso por meio do Ensino a Distância (EaD), e com Instrução Normativa Nº 01/2017 – PRE, de 21 de junho de 2017, que prevê, em seu

Art. 2°, que os cursos presenciais do IFPB podem ofertar componentes curriculares, de maneira integral ou parcial, a distância, desde que seja respeitado o limite de 20% da carga horária total.

A informação de oferta de disciplinas em EaD será amplamente divulgada, no portal do estudante, e nas ações de publicidade, durante os processos seletivos, para que a comunidade e o público-alvo do curso possam ter conhecimento das metodologias adotadas.

Faz-se importante lembrar, também, ainda segundo o PDI 2020-2024, que, para se viabilizar uma prática pedagógica coerente, os recursos didáticos deverão ser diversificados (chats, webaulas, webconferências, vídeos, audioaulas, etc.); a avaliação deverá ser processual e formativa, o que supõe atividades pedagógicas diferenciadas, amparadas em aprendizagens significativas, que consigam atender à diversidade de níveis de estrutura cognitiva, resultantes das diferentes condições de vida e de motivações dos estudantes.

Seguindo a metodologia da Educação a Distância, os conteúdos serão trabalhados por meio de:

a) Ferramentas de interação on-line, tais como fórum, wiki, redes sociais, chat, e e-mail, entre outras;

b) Ferramentas de colaboração;

c) Orientações por meio de videoconferências, áudios, web-conferências, vídeoaulas, entre outras;

d) Materiais didáticos produzidos, em linguagem dialógica, pelo docente ou por terceiros, desde que com a devida autorização;

e) Materiais didáticos que oportunizam os alunos com deficiência motora, física ou cognitiva.

Outras ferramentas e recursos tecnológicos, além do ambiente virtual de aprendizagem, poderão ser utilizadas com o objetivo de facilitar a construção do conhecimento e a interação e integração entre os envolvidos no processo de aprendizagem, considerando-se o dinamismo da EaD e as características inerentes a esta modalidade.

Outrossim, salienta-se que as atividades relacionadas às disciplinas ofertadas na modalidade EaD poderão acontecer de maneira síncrona ou assíncrona, conforme indica o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025.

2.11.2. Flexibilidade, Interdisciplinaridade e Acessibilidade Metodológica

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí está implementada considerando a flexibilização curricular, interdisciplinaridade e acessibilidade

metodológica. Desse modo, as metodologias do processo ensino-aprendizagem são planejadas com base nas premissas da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade transdisciplinaridade, contextualização e integração, permitindo-se a flexibilização do conteúdo, tornando-os adaptáveis às situações particulares de cada cenário, buscando promover situações de aprendizagem que favoreçam a construção do saber, de forma criativa, reflexiva e diversificada.

Dentre as estratégias de flexibilização curricular, incluem-se: criação de componentes curriculares devidamente relacionados a eixos temáticos em que são vivenciados, os quais, por intermédio da flexibilização interdisciplinar, proporcionam o conhecimento de conteúdos essenciais à formação do docente em Geografia.

A flexibilização curricular no âmbito do curso também ocorre com a diminuição de pré-requisitos imprimindo ritmo à matriz curricular; oferta de componentes curriculares optativos, que garantem a diversificação da formação acadêmica e profissional; valorização de estudos independentes desenvolvidos pelos alunos em outros contextos de aprendizagem, e não a clássica disciplina em sala de aula, como por exemplo: monitoria, iniciação à docência, projetos de pesquisa e de extensão e outros (seminários temáticos de integração, focando a realidade local e regional com abordagens de temas interdisciplinares e transversais, congressos etc.), os quais podem ser realizadas em qualquer período; além de valorização de grupos de estudos. Deste modo, observa-se variedade na oferta dos tipos de atividades para integralização curricular, de maneira a promover ao discente o desenvolvimento de sua capacidade de lidar com problemas, buscando soluções.

Considerando a acessibilidade metodológica como o meio de viabilizar uma formação com ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem, bem como das demais atividades acadêmicas dos discentes, no curso de Licenciatura em Geografia há: nivelamento, adequação curricular, apoio psicopedagógico aos docentes para aplicação das metodologias, assistência da Coordenação de Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), disponibilidade de aulas expositivas dialogadas, estudo de textos e atividades dirigidas em grupo, desenvolvimento de materiais pedagógicos, metodologias ativas, atividades como práticas interdisciplinares, discussão de estudos de caso, seminários, oficinas, trabalhos de campo e desenvolvimento de projetos, discussão e exercícios com o auxílio de tecnologias da comunicação e da informação, adesão aos programas de incentivos ao exercício da docência, projeção de vídeos e filmes, seminários, fomento de atividades da extensão e pesquisa de modo a ampliar a vivência do aluno com o mundo científico e também proporcionar vivências de casos práticos que fazem parte da vida cotidiana das comunidades que serão possíveis campos de atuação dos mesmos.

Na acessibilidade voltada para a transformação das atitudes, é propiciado ao estudante o desenvolvimento contínuo de programas e práticas de sensibilização e conscientização, visando à boa convivência com diversidade, resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, sejam elas de caráter étnico-racial, social, de gênero, de orientação sexual, das deficiências, dentre outras.

Outrossim, destaca-se o Plano Educacional Individualizado (PEI), construído por equipe multidisciplinar para os estudantes que necessitam de adaptações curriculares. Destarte, o PEI configura-se como um documento individual, importante para que o estudante progrida de acordo com suas possibilidades.

2.11.3. LIBRAS

Sabe-se da importância de reconhecer a Libras como língua do Surdo e de sua inclusão como componente curricular nos cursos superiores, sobretudo quando se trata dos cursos de licenciatura, uma vez que, enquanto futuros professores, os licenciandos poderão ter, como aluno, alguém que manifesta sua cultura a partir da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). É sobre isso que o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, dispõe, haja vista que é tratada a oferta da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e dos cursos de fonoaudiologia. Dito isso, ao levar em consideração o Decreto citado, a Instrução Normativa PRE/IFPB nº 02/2016, de 29 de novembro de 2016, também dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta da Libras nos cursos de formação de professores dentro do âmbito do IFPB. Assim, fica evidente que a oferta de tal disciplina é essencial para a ampliação e aperfeiçoamento da capacidade comunicativa, oral e escrita dos licenciandos.

Conforme o exposto, atendendo ao Decreto e à Instrução Normativa supracitados, o curso de Licenciatura em Geografia prevê, em sua proposta curricular, a disciplina de LIBRAS, como disciplina obrigatória com carga horária de 67 horas, visando uma formação mais completa e inclusiva. Ainda, acatando a Instrução Normativa PRE/IFPB nº 02/2016, a disciplina ofertada garante a relação entre teoria e prática, não apenas focando na comunicação linguística, mas também na compreensão e nas relações culturais entre a cultura Surda e a cultura Ouvinte. Desse modo, para além do ensino da língua, há, no plano de disciplina ofertado no curso, a preocupação de desenvolver o conhecimento sobre a história da Libras e da educação do Surdo, apreciando mais a fundo os aspectos culturais e, consequentemente, linguísticos. Ademais, é importante mencionar que, focada

na prática docente, a disciplina explorará as possibilidades do desenvolvimento de sinais específicos para o campo da Ciência Geográfica e do Ensino de Geografia.

Quanto ao Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP), o IFPB Campus Picuí possui um corpo técnico que preenche tal cargo e formação, podendo, de acordo com a demanda do Curso de Licenciatura em Geografia, atender os alunos que possam precisar de um intérprete para comunicação em sala e nos entornos da Instituto. Com isso, é seguido o que está disposto na Resolução-CS nº 38, de 19 de dezembro de 2018, visto que o TILSP estará à disposição para prestação de serviço de interpretação, observando sempre as atribuições, competências e deveres descritos na Resolução citada.

2.11.4. Mecanismos de familiarização com a modalidade a distância

O Instituto Federal da Paraíba estabeleceu para si uma nova cultura educacional, por meio da adoção de recursos pedagógicos e tecnológicos próprios da educação a distância, criando, em 2012, o Curso de Licenciatura em Letras, o primeiro curso na modalidade EaD fomentado pela própria instituição sem qualquer recurso de agências financiadoras (FORMIGA *et al*., 2017).

Através deste curso, o IFPB despontou no pioneirismo quanto à criação de um modelo de institucionalização de Educação a Distância e ao atendimento de uma política educacional com vistas à busca incessante de proposição de uma formação docente de qualidade (FORMIGA *et al*., 2017). Atualmente, no Instituto Federal da Paraíba, registram-se cursos EaD nos diferentes níveis de oferta: técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação. Em 2020, 1.500 alunos estavam matriculados em cursos nesta modalidade (PAIVA e GUERRA, 2021).

A partir dessa experiência, foi criada a Diretoria de Educação a Distância (DED), através da Resolução Nº 144 – CONSUPER, de 11 de agosto de 2017. A DED está diretamente vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PRE). Fazem parte da DED, a Coordenação de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em Educação a Distância, Coordenação de Formação, Qualificação e Capacitação em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais, Coordenação de Projetos de Educação a Distância, Coordenação de Desenvolvimento do Ensino em Educação a Distância e a Coordenação Geral do Programa Universidade Aberta do Brasil.

São atribuições e competências da DED (IFPB, Resolução Nº 144 – CONSUPER, 2017, Art. 111):

I. propor e disseminar as políticas e diretrizes para a educação a distância;

II. articular ações com os campi, a fim de auxiliar, quando for de interesse institucional, a instalação, estruturação, organização e gerenciamento de polos de apoio presencial;
III. propor regulamentos e normas para as atividades relacionadas ao funcionamento da modalidade de educação a distância, aos polos de apoio presencial e aos ambientes virtuais de aprendizagem;
IV. planejar investimentos e captar recursos, junto aos órgãos de fomento, com o objetivo de garantir infraestrutura física e tecnológica para o desenvolvimento da modalidade;
V. articular, implementar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução de ações e projetos de educação a distância;
VI. fomentar pesquisas, inovação e práticas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem na modalidade de educação a distância;
VII. disseminar tecnologias educacionais articuladas à pesquisa, extensão e gestão de tecnologia da informação;
VIII. disponibilizar espaços virtuais para a realização de práticas educativas e auxiliar na construção destes;
IX. auxiliar nas atividades de preenchimento, coleta e disseminação de dados e informações de cursos, de alunos e de pessoal, conforme legislação vigente;
X. auxiliar na execução de projetos com vistas à autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como dos demais sistemas de avaliação;
XI. supervisionar e prestar conta dos recursos financeiros utilizados nos cursos ou projetos de educação a distância;
XII. gerenciar e acompanhar o registro de execução dos recursos financeiros referentes à matriz orçamentária e aos projetos sob responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância;
XIII. planejar e acompanhar a contratação de terceiros para viabilizar o desenvolvimento e a execução dos projetos da Diretoria de Educação a Distância;
XIV. executar outras atividades correlatas ou delegadas pelo Pró-Reitor de Ensino.

Destaca-se, no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí, que poucos docentes possuem experiências na educação a distância, seja como professor ou tutor. Todavia, assevera-se que todos os professores que atuarão nas disciplinas ofertadas por meio da EaD detêm experiência em aulas remotas, síncronas e assíncronas, em razão da pandemia de COVID-19.

Nesse período, inclusive, muitos docentes que atualmente compõem o quadro do Curso de Licenciatura em Geografia participaram de um curso de Formação Inicial de Professores para a Educação a Distância, ofertado pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE) e pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGEP), por meio da DED.

Este curso, com carga horária total de 50 horas, proporcionou aos servidores do Instituto Federal da Paraíba a utilização com competência das principais funcionalidades do Ambiente de Apoio aos Cursos Presenciais, contemplando dois módulos. O Módulo I – Fundamentos da Educação a Distância apresentou o histórico e a evolução da educação a distância: visão no mundo e no Brasil. Comportamento do aluno de educação a distância. Ferramentas e softwares utilizados no processo de ensino e aprendizagem baseado em educação a distância. O Módulo II – Capacitação em Moodle é um módulo de instrumentação para a utilização do ambiente AVA Presencial do IFPB, versão Moodle 3.1, sob a perspectiva do Professor Formador: responsável pela organização da sala de aula no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Neste módulo, os docentes aprendem a criar uma sala no AVA Presencial, destinado ao apoio dos cursos presenciais, e a utilizar as principais ferramentas, a exemplo de fórum, questionário e envio de arquivo.

Ademais, pondera-se que todos os docentes possuem conhecimentos suficientes, relacionados à informática, à internet e aos ambientais virtuais de aprendizagem, para o pleno desenvolvimentos dos componentes ofertados por intermédio da EaD. Assegura-se que a participação em cursos de formação continuada será permanentemente incentivada entre os docentes com o propósito de ampliar os conhecimentos acerca da EaD, bem como desenvolver competências e habilidades para atuar no mundo digital.

Por fim, salienta-se que o Curso de Licenciatura em Geografia oferta, no 1° Semestre, o componente curricular “Fundamentos da Educação a Distância”, elaborado com o propósito de familiarizar os discentes em relação à Educação a Distância.

2.11.5. Curricularização da Extensão

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB 2020-2024, que instituiu a Extensão como macropolítica, esta tem como finalidade orientar o desenvolvimento da Extensão, promovendo a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, junto às áreas de abrangência social, articulando Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva do desenvolvimento local e regional, em consonância com a legislação vigente para a Educação Profissional e Tecnológica.

Pautada na exigência de inserção da extensão como parte obrigatória nos cursos superiores no Brasil, estabelecida na Resolução CNE/CES nº 7/2018, a Resolução 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalidou a Resolução AR 84/2021 do Consuper que

dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Conforme o art. 6º desta Resolução, a extensão é definida como a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as Instituições de Ensino Superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A Resolução 34/2022 determina, ainda, em seu Art. 14, que "As Atividades de Extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos presencial e a distância, informação que deverá fazer parte da Matriz Curricular constante nos PPCs".

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 também aponta a necessidade de promover a extensão no âmbito do currículo. Em seu Art. 14, parágrafo 1°, estipula que os cursos de licenciatura deverão possuir 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão.

O Curso de Licenciatura em Geografia possui 332 horas destinadas à extensão, atendendo a Resolução CNE/CP nº 4/2024 e a Resolução 34/2022. Essa carga horária está distribuída nos componentes curriculares Educação para a Diversidade, Geocartografia, Ensino de Solos e Viveiro Educativo, os quais foram pensados para viabilizar a extensão curricular, além da interdisciplinaridade.

Além dos quatro componentes extensionistas, outras atividades de extensão poderão ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, eventos, cursos e oficinas e prestação de serviços. Ademais, destaca-se que as ações de extensão se caracterizam por intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa, especialmente as instituições de Educação Básica, e que estejam vinculadas à formação do estudante.

2.11.6. Educação das Relações Étnico-raciais

A Educação das Relações Étnico-raciais, bem como o Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena está intrinsecamente vinculada à Política em Direitos Humanos, ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, sendo fortalecida também pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais

Na perspectiva de formação humana, terá uma abordagem interdisciplinar e transversal, assim como também por meio do componente curricular História das Culturas Africanas, Afro-

Brasileiras e Indígenas, por intermédio de procedimentos didático-pedagógicos (seminários, fóruns, colóquios, palestras etc.), além de construção de *links* com os grupos de pesquisa e extensão no âmbito do curso, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), e com as atividades/ações/eventos científicos e culturais complementares, conforme Resolução 61/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB e Resolução CONSUPER 146/2015.

Além disso, será sempre incentivada a conexão desses temas transversais com as atividades da curricularização da extensão, de forma que as atividades desenvolvidas pelas disciplinas com carga horária de extensão possam abarcar essas temáticas tão importantes na formação integrada de um licenciado.

O desenvolvimento da temática Educação das Relações Étnico-Raciais, presente na Resolução CONSUPER 138/2015, será continuamente reforçada na formação de docentes pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que tem dentre seus objetivos: propor e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais no âmbito da instituição e em suas relações com a sociedade, para o conhecimento e a valorização histórico e cultural das populações afrodescendentes e indígenas, promovendo a cultura da educação para a convivência, compreensão e respeito da diversidade, a exemplo de minicursos sobre estudo da Identidade, ou seja, incluir os discentes nos diversos debates e em interação com as diferentes narrativas, para que futuramente possam atuar de forma efetiva e ancorada no respeito à diversidade cultural, social, religiosa, política, sexual, entre outras.

2.11.7. Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, pensou-se uma conexão sistêmica com a educação das relações étnico-raciais. Portanto, tudo que foi mencionado subitem anterior também cabe, em grande medida, neste subitem, como, por exemplo, a profunda conexão com a questão mais ampla da Educação para os Direitos Humanos, uma perspectiva interdisciplinar na aplicação de ações e projetos nesse campo de Ensino. Para além disso, teremos uma disciplina específica – História das Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas – que atende às normativas, tais como, a Lei 10.639/2003, que versa a inclusão da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira; a Lei 11.645/2008, que versa sobre história e cultura indígena; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena.

Aliado ao trabalho mais disciplinar, o ensino da História das Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas será responsabilidade do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que, no âmbito do IFPB, é regulado pela Resolução 61/2023 do CONSUPER, que convalidou a Resolução AR 17-2022. É importante mencionar também que todas essas regulamentações são frutos de uma longa tradição de lutas e enfrentamentos da população negra no Brasil, bem como da expansão, nas últimas décadas, dos estudos sobre racismo, antirracismo e questões étnico-raciais em muitas áreas científicas. Tanto na Educação para as Relações Étnico-Raciais quanto no Ensino de História Afro-Brasileira e Indígena, o curso de Licenciatura em Geografia deverá ter em mente esse processo ao mesmo tempo social e epistemológico.

Na sequência, apresenta-se um breve histórico das ações do NEABI em Picuí, pois se entende que tal núcleo poderá contribuir, a partir de suas experiências prévias, para que o curso de Licenciatura de Geografia consiga atender os temas transversais da Educação para as Relações Étnico-Raciais e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

No Campus Picuí, o NEABI existe há aproximadamente três anos. Nos primeiros meses de atuação, o núcleo focou quase exclusivamente no atendimento de uma demanda mais urgente que foi participar e coordenar a Comissão de Heteroidentificação.

O NEABI do campus herdou uma prática que vinha da Coordenação do Polo da EAD, que há muito tempo se preocupa em oferecer palestras que levam a refletir sobre questão do negro no Brasil. Como o polo atende ao curso de Licenciatura em Letras na modalidade à distância, curso que forma professor, sempre se preocupou em trabalhar temas que contribuam com a formação de um futuro professor apto a trabalhar para uma educação antirracista, como sugere a Lei 10.639 e a Lei 11.645.

Como parte da programação do IV SELICULT (Seminário de Linguagens e Cultura) do IFPB Campus Picuí, dedicou-se um dia, 01/09/2022, à cultura africana. A programação foi a seguinte: 07h30min – oficina de percussão africana; 09h00min – informações sobre o continente africano; 10h00min – intercambio com estudantes africanos que estavam estudando no IFPB Campus João Pessoa. 14h00min – Curso de Literatura afro-brasileira, ministrado pelo professor João Edson; Dia 02/09/2022 – Minicurso – A representação do negro na música e na literatura brasileira. Toda a programação voltou-se para discutir a África como um continente rico, diverso, composto por várias nações com culturas diferentes, visando romper preconceitos e estereótipos cristalizados. Os 23 jovens africanos que estiveram participando do intercâmbio eram oriundos de quatro países diferentes da África: Guiné Equatorial, República de Mali, Nigéria, Congo. Cada grupo de estudante apresentou aspectos do seu país, como: a literatura, a economia entre outros aspectos.

No ano de 2023, o NEABI promoveu várias atividades relativas à questão do negro e dos povos originários. Entre elas, uma reflexão sobre as representações que há do negro e do indígena na nossa música. Nessas atividades, usando a ideia de representações sociais de Roger Chartier, presentes no artigo *O mundo como representação,* refletiu-se, a partir de letras de canções do cancioneiro brasileiro, como o negro e o indígena são representados nelas.

Na Semana de Ciência e de Tecnologia (SECITEC) de 2023, também foi dedicado um dia para discutir o tema. Houve a seguinte programação: 1) Apresentação da peça: Escritas negras, pelo grupo de teatro do Campus João Pessoa; 2) Recitação de poemas de autores da literatura afro-brasileira pelos estudantes de Letras; 3) Mesa-redonda sobre os 20 anos da Lei 10.639; 4) Apresentação de minicurso sobre a contribuição do negro para a música brasileira.

No ano de 2024, a programação do NEABI incluiu uma palestra sobre o Negro e o cangaço, um minicurso sobre a representação das minorias na MPB, com destaque para o negro, o indígena e a comunidade LGBTQIA+, um curso de Letramento Racial, ministrado pelo professor João Edson, e um curso de Literatura indígena, ministrado pela Profª. Drª. Patrícia Aragão, da UEPB.

2.11.8. Educação Ambiental

A Educação Ambiental pode ser entendida como uma dimensão da educação, bem como atividade intencional da prática social. Esta deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os seres humanos, visando potencializar essa atividade humana para torná-la plena de prática social e ética ambiental, conforme preconiza a Resolução CNE/CP nº 2/2012. No âmbito acadêmico, a Educação Ambiental deve, ainda, assumir suas dimensões políticas e pedagógicas, tendo em vista que não se trata de uma atividade neutra, pois envolve valores, interesses e visões de mundo distintas. Nesse contexto, a Educação Ambiental deve ampliar sua abordagem, considerando a interface entre a natureza, a sociedade, a cultura, a produção, o trabalho e o consumo.

É importante mencionar que as definições aqui expostas atendem às seguintes regulamentações: Art. 2º da Lei n° 9.795/1999, de 27 de abril de 1999; Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; Parecer CNE/CP nº 14/2012, de 06 de junho de 2012; Parecer CNE/CP nº 2/2012, de 15 de junho de 2012; e Resolução CS nº 132/2015, de 02 de outubro de 2015, que trata da Política Ambiental e sua integração aos programas de cursos superiores no âmbito do IFPB.

No Art. 7º, em conformidade com a Lei nº 9.795 de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar

presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior. Para isso, as instituições de ensino devem promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos. Dessa maneira, durante o curso de Licenciatura em Geografia, os discentes vivenciarão na teoria e na prática o âmbito da Educação Ambiental, que envolve práticas pedagógicas voltadas à construção de uma ética ambiental. É preciso dizer que, para além da discussão numa disciplina específica, abaixo explicitado, a questão de uma educação ambiental tem que estar presente na organização de todo o curso como um todo e de sua gestão.

Além disso, o IFPB busca promover a integração dos programas educacionais de modo a atender os princípios básicos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, como sendo:

- O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- A garantia da continuidade e permanência do processo educativo;
- A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Em conformidade com o Art. 10º, 1º§ da Lei N° 9.795/1999, no Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí, a integração se dará por meio de um componente curricular específico (Recursos Naturais e Educação Ambiental), além de figurar como tema de discussão em outras disciplinas. Além disso, tal como os demais temas transversais – Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena e Educação em Direitos Humanos –, será incentivado que as ações voltadas para a Extensão, quando possível, abarquem essa temática tão importante, não apenas no âmbito de uma licenciatura, mas, também, na questão regional onde o curso se insere.

2.11.9. Educação em Direitos Humanos

A Política em Direitos Humanos, consolidada por meio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2018, define a Educação em Direitos Humanos como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as dimensões e conhecimentos historicamente construídos; valores, atitudes e práticas sociais em direitos humanos; consciência cidadã (democrática, ativa e planetária); processos metodológicos de construção coletiva; e práticas individuais e sociais em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

No tocante à Educação Superior, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas são convocadas a participarem da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa dos direitos humanos, bem como a introduzirem a temática dos direitos humanos nas atividades do ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, além de iniciativas de caráter cultural, ações interdisciplinares, relacionando de diferentes formas as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas. No âmbito dos Instituto Federal da Paraíba é regulamentada a resolução CS/IFPB n° 146/2015 que dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Para o ensino, a inclusão da Educação em Direitos Humanos deve se fazer por meio de diferentes modalidades, tais como, componentes curriculares obrigatórios e optativos, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político pedagógico, entre outros.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH), Resolução CNE/CP nº 1/2012, no artigo 3º, determina que a EDH, com a finalidade de promover a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos princípios:

- da dignidade humana;
- da igualdade de direitos;
- do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- da laicidade do Estado;
- democracia na educação;
- transversalidade, vivência e globalidade;
- da sustentabilidade socioambiental.

O artigo 7º, da mesma Resolução, destaca que a inserção dos conhecimentos da EDH poderá ocorrer:

- pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

- como um conteúdo específico de uma das componentes curriculares já existentes no currículo escolar;
- de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade, dentre outras, desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

De acordo com o exposto acima, esse tema transversal terá uma abordagem mista: pois será incentivado que todas as disciplinas promovam discussões sobre a educação em direitos humanos em todas suas modalidades. No entanto, dois componentes curriculares assumirão uma responsabilidade maior para abordar a temática: Educação Inclusiva e Fundamentos Sociológicos e Filosóficos da Educação. Tal como mencionado nos outros temas transversais, será incentivado que as disciplinas que possuem carga horária de extensão encaminhem, quando possível, suas ações para essa temática.

2.12. Metodologia

Em conformidade com as características pedagógicas propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9394/96 –, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, o Curso Superior de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí deve considerar a estrutura curricular e os métodos de ensino-aprendizagem, que devem ser inspirados em uma perspectiva de ensino que articule teoria e prática, que seja interdisciplinar e garanta os mecanismos integradores entre as diversas disciplinas e atividades que compõem a matriz curricular.

Dessa forma, baseado no PDI 2020-2024, o ensino, no IFPB, deve ser pautado pela interação, pelo diálogo e pela mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. Deve buscar ser significativo para os estudantes, priorizando sempre metodologias ativas de aprendizagem, partindo do conhecimento de mundo que o aluno traz para depois problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes.

Para tanto, serão utilizados diferentes métodos no processo de ensino, priorizando a utilização de metodologias ativas. A utilização dessas metodologias tem como intuito contribuir para que os estudantes desenvolvam autonomia, expandindo as suas potencialidades através da aprendizagem participativa, visando valorizar:

- os conhecimentos e habilidades prévias dos estudantes;

- a realidade dos estudantes referentes ao pertencimento social e cultural, o trabalho coletivo entre equipe pedagógica, professores e estudantes;
- a adequação dos currículos conforme a realidade local;
- o diálogo entre instituição e comunidade;
- a interpretação e a discussão de conteúdos, conduzindo à aprendizagem significativa;
- a utilização de tecnologias de informação e comunicação;
- a investigação científica, visando ao desenvolvimento de espírito científico, à formação de sujeitos autônomos e cidadãos e ao avanço da ciência e da tecnologia;
- a capacidade individual de aprendizagem de cada estudante;
- a diversificação de estratégias pedagógicas.

A presente proposta incentiva a diversificação de estratégias pedagógicas, além das aulas expositivas, dentre as quais destaca-se: Sala de aula invertida; Pesquisa de campo; Aulas práticas em sala e/ou laboratório; Aulas de campo; Aprendizado entre pares; Grupos de estudos; Trabalhos de iniciação cientifica; Participação e apresentação de trabalho em eventos científicos da área; Atividades de extensão; Estudos dirigidos e independentes; Apresentação de seminários; Debates e Gamificações.

Tais propostas objetivam dinamizar o desenvolvimento dos conteúdos e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, habilitando o licenciando a utilizar diversas ferramentas e desenvolver habilidades técnicas, teóricas e didáticas.

Relevante destacar que as metodologias e estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes possuem caráter inclusivo e podem ser adaptadas de acordo com as necessidades dos discentes. Conforme disposto no PDI (2020-2024), o IFPB possui o compromisso com o desenvolvimento de políticas e ações inclusivas.

A política de ação inclusiva da Instituição objetiva atender aos estudantes com deficiência, viabilizando acessibilidade nas relações dentro e fora de sala de aula por meio de ações articuladas de setores diversos, como CLAI, coordenações pedagógicas, entre outros. Essa demanda de acessibilidade é constante, uma vez que o Instituto possui número considerável de estudantes com deficiência, que precisam de ações e pesquisas constantes para promover a inclusão dentro do IFPB.

Essa diretriz encontra respaldo no seguinte objetivo estratégico institucional (OEI): Identificar demandas sociais para direcionar pesquisas aplicadas e transferência de tecnologia para o desenvolvimento de conhecimentos que se integrem às práticas que possam ser posteriormente multiplicadas.

No Curso Superior de Licenciatura em Geografia, do Campus Picuí, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são primordiais e serão utilizados para o apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Esses recursos tecnológicos favorecem o ensino inovador e tornam as aulas atrativas, proporcionando aos estudantes e professores maiores possibilidades de estudos e interação.

Além da utilização das TICs, durante o processo de ensino-aprendizagem pelos professores do curso, também será ofertada aos alunos a disciplina Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) Aplicadas ao Ensino de Geografia, com intuito de aprimorar os conhecimentos dos futuros profissionais sobre o leque de ferramentas disponíveis na atualidade e a sua utilização no contexto da educação e para o ensino de Geografia, contribuindo, dessa forma, com o aprimoramento da prática pedagógica.

Além das aulas teóricas, serão incentivadas atividades práticas, assim como a pesquisa e a extensão. O compromisso construtivo deve estar presente em todas as atividades curriculares. A pesquisa será adotada regularmente como estratégia de ensino, valorizando mecanismos que possibilitem a cultura investigativa, metodológica e a postura proativa que permitam ao aluno avançar frente ao desconhecido.

As atividades de extensão serão realizadas através de quatro componentes curriculares: Educação para a Diversidade, Geocartografia, Ensino de Solos e Viveiro Educativo. Estes trabalharão a interdisciplinaridade, a transdiciplinaridade e a capacidade de associação de conteúdos, inter-relacionando teoria e prática.

Nesse sentido, o ensino, aliado à pesquisa e à extensão, constitui-se como uma das principais vias de acesso e de produção do conhecimento e concretiza-se na inter-relação com os campos científicos correlatos, que propiciam ao sujeito a possibilidade de compreender e de transformar a realidade por meio da apropriação de novos saberes.

No curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí, a metodologia será apropriada de acordo com as necessidades específicas de cada componente curricular, objetivando sempre estimular a autonomia discente na busca pela construção do conhecimento. Assim, o perfil do curso prevê uma formação interdisciplinar, crítica, capaz de formar profissionais atuantes, comprometidos, aptos a relacionar teoria e prática para a transformação social.

2.13. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório da organização curricular dos cursos de licenciatura, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –

Lei nº 9.394/1996. O Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí obedece ao disposto na Lei nº 11.788/2008, na Resolução *Ad Referendum* nº 34 de 2018, na Resolução/IFPB nº 61 de 2019 e na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.

O estágio compreende o desenvolvimento de atividades teórico-práticas, podendo ser realizado no próprio IFPB ou em instituições de ensino da educação básica de caráter público, devidamente conveniadas a esta Instituição de ensino.

A carga horária destinada ao estágio é de 400 (quatrocentas) horas, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, seguindo o que estabelece a Resolução CNE/CP nº 4/2024, em seu Art. 14, § 1º. Destarte, foram propostos 8 (oito) componentes curriculares dedicados ao Estágio Curricular Supervisionado, cada um com 50 (cinquenta) horas. Esses componentes relacionam-se a atividades de observação e regência no Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino Médio.

O Estágio Curricular Supervisionado permitirá o desenvolvimento de vivências que contribuirão para a formação do perfil e personalidade profissional do licenciando. Assim, existem três figuras necessárias no processo de estágio: I – Professor orientador: docente do IFPB responsável pelo componente curricular de estágio, o qual orienta os estudantes e promove a articulação com escolas e docentes das escolas campo (escolas em que os licenciados realizam o estágio); II – Professor supervisor: docente da escola campo que possibilita a imersão dos licenciando na docência, sendo responsável pela supervisão das ações realizada pelos licenciandos; III – Estagiário: licenciando em atividade de estágio na escola campo. As atividades desempenhadas pelos estagiários deverão ser compatíveis com o previsto para os estágios de observação e regência.

Para viabilizar o estágio, serão realizados convênios entre escolas públicas de Educação Básica e o IFPB, tendo a Coordenação de Estágio como elemento central nesse processo. O estágio terá início sempre no começo de cada semestre, após cadastro dos estudantes, professor orientador, professor supervisor, além da elaboração de termo de estágio (onde serão expressas as atividades que serão realizadas pelos estagiários), que será realizado pela Coordenação de Estágio. Além do cumprimento das atividades previstas para o estágio específico, o estudante deverá entregar um relatório de estágio ao final do mesmo. O acompanhamento do estágio ocorrerá por meio da integração entre a Coordenação de Estágio e o professor orientador, os quais farão visitas à escola campo e manterão contato frequente como os professores supervisores e diretores das escolas.

O estágio é o momento em que o estudante poderá vivenciar o ambiente escolar, ministrar os conteúdos estudados no âmbito acadêmico, refletir sobre como deve ser sua prática pedagógica, além de implementar novas metodologias de ensino. Destaca-se, desse modo, a importância da

realização do Estágio Curricular Supervisionado para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao licenciado em Geografia.

2.13.1. Relação com a rede de escolas da Educação Básica

Para orientar as relações entre o IFPB Campus Picuí e as escolas públicas de Educação Básica, serão seguidas recomendações presentes na Lei nº 11.788/2008, na Resolução *Ad Referendum* nº 34 de 2018, na Resolução CS/IFPB nº 44 de 2018 e na Resolução/IFPB nº 61 de 2019. Desse modo, os estagiários serão orientados a participar de todas as vivências pedagógicas possíveis, respeitando as previsões para cada um dos estágios (Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV). Nesse sentido, participarão de observações de aula, regências, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, ações, projetos, programas, dentre outras atividades desenvolvidos pela escola campo. Respeitando os limites do estágio, os estudantes também poderão realizar ações e projetos nas escolas campo, o que deve ser feito a partir da observação e identificação das necessidades pedagógicas.

Como mencionado anteriormente, o acompanhamento do estágio será realizado pela Coordenação de Estágio e professor orientador, por meio de visitas e comunicações com professores supervisores e diretores das escolas. Os registros relacionados às atividades de estágio serão efetuados no SUAP, no diário do componente curricular, pelo docente orientador. O professor orientador e professor supervisor (docente da escola campo) farão o registro da avaliação do estagiário no próprio SUAP, em aba específica ligada à Coordenação de Estágio. O docente orientador, tem acesso, por meio do SUAP, às informações e avaliação dos estagiários cadastrados; o professor supervisor fará avaliação do estagiário por meio de um link recebido por e-mail, o qual o direciona a uma aba específica de avaliação do SUAP.

Todas as ações serão desenvolvidas de modo a assegurar a boa relação institucional entre o IFPB e as escolas campo de estágio, bem como entre docentes orientadores, docentes supervisores e estagiários, prezando pela qualidade do ensino e formação integral dos licenciandos em Geografia.

2.13.2. Relação Teoria e Prática

A Resolução CNE/CP n° 04/2024 determina que a associação entre teoria e prática se configura um princípio elementar para a formação inicial de professores. O IFPB, no PDI 2020-2024, também destaca a importância da articulação entre teoria e prática. Nesse contexto, o percurso formativo do Curso de Licenciatura em Geografia foi construído a partir de uma perspectiva de

articulação permanente entre teoria e prática nos mais diversos componentes curriculares, os quais são compostos por cargas horárias destinadas à teoria, à prática e, também, à extensão. Tal proposta tem como intuito estimular que atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no decorrer do curso sejam pautadas na integração entre teoria e prática.

Ademais, o Curso de Licenciatura em Geografia buscará inserir seus alunos em programas do Governo Federal elementares para a construção do ser docente, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), mediado pela CAPES e com objetivo de fomentar a aproximação do licenciando com a prática que emerge do chão da escola.

O PIBID oferece aos licenciandos a oportunidade de adquirir experiência no ambiente de ensino, colocando em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de sua formação. Isso é fundamental para prepará-los para a futura carreira de professores.

De posse das experiências vivenciadas nas disciplinas e programas, os licenciandos são estimulados à produção de resumos, trabalhos, artigos e afins buscando a visibilidade e divulgação científica dos resultados de suas atuações buscando contribuir para promoção da pesquisa, do ensino e da extensão.

Outrossim, faz-se mister destacar que o Curso de Licenciatura em Geografia incentivará outros programas, projetos e atividades que promovam a articulação entre teoria e prática por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Objetiva-se, desse modo, ofertar um curso em que teoria e prática sejam indissociáveis ao longo de todo o processo de formação.

2.13.3. Estágios Não Obrigatórios Remunerados

Seguindo a previsão da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e a Resolução-CS n° 61, de 01 de outubro de 2019, que dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, o IFPB, no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia, poderá viabilizar estágios remunerados não obrigatórios. Desse modo, unidades públicas ou privadas poderão ofertar bolsa ou qualquer outra forma de contraprestação, assim como auxílio-transporte, quando da realização de estágio não obrigatório.

A coordenação de estágio atuará na oficialização do estágio, buscando o cumprimento de todas as medidas necessárias para formalização do estágio entre as instituições. Para a oportunizar o estágio não obrigatório, serão buscados vínculos com instituições públicas e privadas da região.

2.14. Atividades Complementares

As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização do curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí e seguem a Resolução 18/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalida a Resolução AR 5/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB.

As Atividades Complementares são representadas por ações ou atividades, realizadas dentro ou fora da instituição, que possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao perfil do egresso no curso, além de promover o enriquecimento da formação acadêmica e profissional. No curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí, as Atividades Complementares perfazem um total de 50 horas, que podem ser executadas por meio de diversas ações ou atividades acadêmicas, científicas e de formação profissional, conforme determina o Art. 6 da Resolução 18/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB:

1. Pesquisa: participação como voluntário ou bolsista em programas de iniciação científica; publicações e apresentações de trabalhos científicos (artigo, resumo, livro ou capítulo de livro); propriedade intelectual e patentes; participação em projetos de parceria entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e setor produtivo; Programas de computador; marcas registradas, entre outros;
2. Extensão: participação como voluntário ou bolsista em programas de extensão; publicações e apresentações de trabalhos oriundos de atividades de extensão, dentre outras;
3. Ensino: participação como voluntário ou bolsista em projetos de ensino; publicações e apresentação de trabalhos oriundos de atividades de ensino; monitoria; visitas técnicas; atividades de campo; elaboração ou aperfeiçoamento de TIC para a Educação; participação em intercâmbio para atividades formativas relacionada com a área de formação do curso e não utilizada no processo de aproveitamento de estudos; matrícula, frequência e aprovação em componentes curriculares optativos ou disciplinas isoladas cursadas além do mínimo obrigatório previsto no PPC; módulos temáticos; projetos integradores, entre outros;
4. Eventos Científicos: participação ou organização de eventos científicos relacionados à formação, como Fóruns, Seminários, Semanas Acadêmicas, Congressos, Encontros, Conferências, Mostras, Exposições, Workshops, Feiras, Mesas Redondas, Simpósios, participação como espectador em defesas monográficas, entre outros;
5. Cursos relacionados à área de formação: cursos, treinamentos, minicursos, capacitações, palestras, cursos livres, entre outros;

6. Programas de formação profissional: Participação como bolsista ou voluntário em programas governamentais, tais como: PARFOR; PIBID; Residência Pedagógica (quando não aproveitado nos estágios); PET; Prodocência; Novos Talentos; entre outros;

7. Experiência profissional: Participação em empresas juniores, empresas incubadoras, startup; experiência profissional na área de formação do curso. Representação em entidades estudantis, colegiados e conselhos do IFPB: participação como membro eleito em diretórios, centros acadêmicos, conselhos e colegiados;

8. Estágio extracurricular: Estágio não obrigatório realizado em empresa ou instituição com parceria firmada e sob orientação de docente do IFPB;

9. Cursos de línguas: Frequência em cursos de línguas estrangeiras, internos ou externos ao IFPB, durante o período de matrícula ativa no curso de graduação;

10. Grupos de estudo, pesquisa ou extensão: Participação como estudante em grupos de estudo, grupos de pesquisa ou núcleos de extensão;

11. Atividades sociais: participação voluntária em projetos ou programas de apoio social e cultural internos e externos relacionados à área do curso;

12. Atividades artísticas, esportivas e culturais: Organização de eventos ou atividades artísticas, esportivas ou culturais, desde que possua relação direta com o perfil do egresso do curso.

Importante salientar que o Art. 6 da Resolução 18/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB estabelece, em seu parágrafo 2°, que as ações e atividades desenvolvidas não devem exceder 25% da carga horária total prevista para a integralização das atividades complementares. A única exceção se aplica aos programas de formação profissional, como o PIBID, que podem chegar até 50%.

As diferentes ações ou atividades que podem ser realizadas para a consecução das 50 horas de Atividades Complementares para a integralização podem ser observadas no quadro exposto na sequência.

Quadro 2. Relação das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE (H/R)	CARGA HORÁRIA MÁXIMA DA ATIVIDADE (H/R)
1. PESQUISA		

1.1 Participação em projetos de iniciação científica	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
1.2 Publicação de livro oriundo de atividades de pesquisa	12,5	12,5
1.3 Publicação de capítulo de livro oriundo de atividades de pesquisa	7,5	12,5
1.4 Publicação de artigo oriundo de atividades de pesquisa em periódico Qualis A	12,5	12,5
1.5 Publicação de artigo oriundo de atividades de pesquisa em periódico Qualis B	7,5	12,5
1.6 Publicação de artigo oriundo de atividades de pesquisa em periódico Qualis C e sem Qualis	5	12,5
1.7 Publicação de trabalho completo oriundo de atividades de pesquisa em eventos	7,5	12,5
1.8 Publicação de resumo expandido oriundo de atividades de pesquisa em eventos	5	12,5
1.9 Publicação de resumo oriundo de atividades de pesquisa em eventos	2,5	12,5
1.10 Apresentação de trabalho oriundo de atividades de pesquisa em eventos	2,5	12,5
2. EXTENSÃO		
2.1 Participação em projetos de extensão	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
2.2 Instrutor em cursos de extensão relacionados ao perfil do egresso	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
2.3 Publicação de livro oriundo de atividades de extensão	12,5	12,5
2.4 Publicação de capítulo de livro oriundo de atividades de extensão	7,5	12,5
2.5 Publicação de artigo oriundo de atividades de extensão em periódico Qualis A	12,5	12,5
2.6 Publicação de artigo oriundo de atividades de extensão em periódico Qualis B	7,5	12,5
2.7 Publicação de artigo oriundo de atividades de extensão em periódico Qualis C e sem Qualis	5	12,5
2.8 Publicação de trabalho completo oriundo de atividades de extensão em eventos	7,5	12,5

2.9 Publicação de resumo expandido oriundo de atividades de extensão em eventos	5	12,5
2.10 Publicação de resumo oriundo de atividades de extensão em eventos	2,5	12,5
2.11 Apresentação de trabalho oriundo de atividades de extensão em eventos	2,5	12,5
3. ENSINO		
3.1 Participação em projetos de ensino	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
3.2 Publicação de livro oriundo de atividades de ensino	12,5	12,5
3.3 Publicação de capítulo de livro oriundo de atividades de ensino	7,5	12,5
3.4 Publicação de artigo oriundo de atividades de ensino em periódico Qualis A	12,5	12,5
3.5 Publicação de artigo oriundo de atividades de ensino em periódico Qualis B	7,5	12,5
3.6 Publicação de artigo oriundo de atividades de ensino em periódico Qualis C e sem Qualis	5	12,5
3.7 Publicação de trabalho completo oriundo de atividades de ensino em eventos	7,5	12,5
3.8 Publicação de resumo expandido oriundo de atividades de ensino em eventos	5	12,5
3.9 Publicação de resumo oriundo de atividades de ensino em eventos	2,5	12,5
3.10 Apresentação de trabalho oriundo de atividades de ensino em eventos	2,5	12,5
3.11 Monitoria	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
3.12 Visita técnica	2 por visita	12,5
3.13 Atividades de campo	2 por atividade	12,5
3.14 Elaboração de TIC para a Educação	12,5 por produto	12,5
4. EVENTOS CIENTÍFICOS		
Participação em eventos (Fóruns, Seminários, Semanas Acadêmicas, Congressos, Encontros, Conferências, Mostras, Exposições, Workshops, Feiras, Mesas Redondas, Simpósios)	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5

Organização de eventos (Fóruns, Seminários, Semanas Acadêmicas, Congressos, Encontros, Conferências, Mostras, Exposições, Workshops, Feiras, Mesas Redondas, Simpósios)	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
5. CURSOS RELACIONADOS À ÁREA DE FORMAÇÃO		
Participação em cursos, treinamentos, minicursos, capacitações, palestras, cursos livres	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
Organização de cursos, treinamentos, minicursos, capacitações, palestras, cursos livres	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
6. PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
Participação como bolsista ou voluntário em programas governamentais, tais como: PARFOR; PIBID; Residência Pedagógica (quando não aproveitado nos estágios); PET; Prodocência; Novos Talentos; entre outros	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 50% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	25
7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
Participação em empresas juniores, empresas incubadoras, startup; experiência profissional na área de formação do curso	7,5 pontos por semestre	12,5
Representação em entidades estudantis, colegiados e conselhos do IFPB: participação como membro eleito em diretórios, centros acadêmicos, conselhos e colegiados	5 pontos por semestre	12,5
8. ESTÁGIO EXTRACURRICULAR		
Estágio não obrigatório realizado em empresa ou instituição com parceria firmada e sob orientação de docente do IFPB	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
9. CURSOS DE LÍNGUAS		
Frequência em cursos de línguas estrangeiras, internos ou externos ao IFPB, durante o período de matrícula ativa no curso de graduação	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
10. GRUPOS DE ESTUDO, PESQUISA OU EXTENSÃO		

Participação como estudante em grupos de estudo, grupos de pesquisa ou núcleos de extensão	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
11. ATIVIDADES SOCIAIS		
Organização voluntária de projetos ou programas de apoio social e cultural internos e externos relacionados à área do curso	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
Participação voluntária em projetos ou programas de apoio social e cultural internos e externos relacionados à área do curso	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
12. ATIVIDADES ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS E CULTURAIS		
Organização de eventos ou atividades artísticas, esportivas ou culturais, desde que possua relação direta com o perfil do egresso	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5
Participação em eventos ou atividades artísticas, esportivas ou culturais, desde que possua relação direta com o perfil do egresso	A carga horária computada será a presente no certificado, limitada a 25% da carga horária total das Atividades Complementares determinadas neste PPC	12,5

2.15. Trabalho de Conclusão de Curso

No IFPB, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é regulamentado pela Resolução CS/IFPB nº 28 de 2022, que dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso quando previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de graduação e dá outras providências. O TCC é uma atividade acadêmica que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área de formação do egresso da Licenciatura em Geografia, considerando as Diretrizes Curriculares do Curso. Desse modo, podem ser produzidos trabalhos bibliográficos, de pesquisa, extensão, inovação, podendo gerar como resultado produto ou processo com potencial de proteção do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INP).

No curso de Licenciatura em Geografia do IFPB, Campus Picuí, serão adotadas quatro modalidades de trabalhos acadêmicos:

I – Monografia;

II – Relato de experiência;

III – Artigo científico;

IV – Resultado de projeto de extensão.

As normas de formatação dos trabalhos seguirão o disposto da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Para cursar o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso, o discente deverá ter sido aprovado no componente Projeto de Pesquisa em Geografia, uma vez que, para proceder com a matrícula no componente TCC, o estudante deverá entregar um Projeto, sob a orientação de um docente.

O docente orientador do Projeto deverá acompanhar toda a construção do trabalho acadêmico e da apresentação. O estudante poderá solicitar mudança de orientador uma única vez, o que deve ser feito por meio de por meio de processo, com justificativa, direcionado a coordenação do curso. Docentes ou técnicos podem ser coorientadores nos TCCs, desde que haja ciência por parte do docente responsável pelo componente curricular de TCC e da coordenação do curso. O docente do componente curricular TCC, será incumbido de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhados, por meio da avaliação contínua do plano de trabalho dos discentes, como também viabilizará o cumprimento das exigências para finalização dos trabalhos de conclusão. Até 3 (três) estudantes poderão participar da elaboração e da apresentação do TCC.

Projetos que envolvam seres humanos, uso de animais, acesso à biodiversidade, e conhecimento tradicional devem ser submetidos aos seus referidos comitês, ou órgãos responsáveis para que possam ter liberação para execução.

As apresentações das Monografias ou Artigos Científicos, ocorrerão em modo de defesa pública, e serão amplamente divulgados nos canais do IFPB Campus Picuí, podendo ocorrer de modo *online* ou presencial, desde que haja ciência da coordenação do curso. Demais especificações sobre o Trabalho de Conclusão de Curso são expressas na Resolução CS/IFPB nº 28 de 2022.

2.15.1. Repositório Digital

Seguindo a Instrução Normativa PRE/IFPB nº 03/2017, que normatiza os procedimentos do sistema de apoio na elaboração dos trabalhos acadêmicos no âmbito das bibliotecas do IFPB, e a Nota Técnica PRE/REITORIA/IFPB nº 06/2020, que dispõe sobre as orientações e procedimentos para depósito dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Relatórios de Estágios (RE) no Repositório

Institucional (RI) no âmbito do IFPB, os Trabalhos de Conclusão de Curso, desenvolvidos no curso de Licenciatura em Geografia, deverão ser submetidos ao Repositório Institucional para publicação, buscando a divulgação e disseminação das produções realizadas no âmbito do curso.

O IFPB preza pela necessidade de publicitação dos TCCs, tendo em vista a importância do armazenamento e a disseminação da instituição dos trabalhos produzidos na instituição; a importância de disponibilizar publicamente a produção científica, tecnológica, artística, cultural e técnico com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão, em âmbito local, nacional e internacional; como também a necessidade de armazenar, preservar, divulgar e ampliar a produção científica, tecnológica, artística, cultural, técnica e administrativa do IFPB.

Para envio do trabalho para publicação no repositório, o estudante deverá abrir requerimento, direcionado à biblioteca, contendo o trabalho completo, o termo de defesa assinado e a ficha catalográfica, além do Termo de Autorização de Postagem no Repositório Digital. Maiores detalhes sobre o repositório podem ser consultados na Instrução Normativa PRE/IFPB nº 03/2017 e na Nota Técnica PRE/REITORIA/IFPB nº 06/2020.

2.16. Apoio ao Discente

2.16.1. Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil

A Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, estabelece a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de garantir que os estudantes em situação de vulnerabilidade social possam acessar e permanecer na educação superior. A Lei assegura que as instituições de ensino, em especial as públicas, implementem políticas de apoio que promovam a permanência do estudante no ambiente acadêmico, oferecendo condições adequadas de alimentação, transporte, moradia, assistência à saúde, apoio psicológico, dentre outros. Esses serviços são essenciais para minimizar as desigualdades e permitir que todos os alunos possam concluir sua formação com êxito, independentemente das dificuldades financeiras ou sociais.

Dentro desse contexto, o IFPB tem se alinhado às diretrizes estabelecidas pela PNAES, com o objetivo de proporcionar um ambiente inclusivo e acessível para todos os alunos, especialmente aqueles que pertencem a grupos mais vulneráveis. A Resolução nº 16, de 02 de agosto de 2018, trata da reformulação da Assistência Estudantil no IFPB, buscando promover o bem-estar dos discentes e garantir a sua permanência no curso de maneira digna e eficiente.

A reforma da assistência estudantil no IFPB enfatiza a implementação de ações estratégicas, como o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que identifica e classifica os estudantes de acordo com a sua situação socioeconômica, facilitando a priorização dos serviços para os discentes em maior necessidade. Além disso, o Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE), estabelecido pela Resolução 17/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na instituição com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito.

No Campus Picuí do IFPB, os estudantes têm acesso ao IVS, ao PAPE e ao Programa de Alimentação por meio de editais abertos semestralmente. Esses editais permitem que os estudantes se inscrevam e, a partir do IVS, sejam classificados e contemplados com os benefícios oferecidos. O IVS serve como um critério de classificação socioeconômica, garantindo que os alunos em maior situação de vulnerabilidade social tenham prioridade no acesso aos programas de apoio. Assim, os editais de PAPE e Alimentação são direcionados, considerando o perfil dos estudantes conforme a classificação do IVS.

O PAPE, especificamente, oferece aos estudantes contemplados auxílios financeiros mensais, com valores distribuídos em três faixas: R$ 250,00, R$ 170,00 e R$ 105,00, conforme a necessidade e a vulnerabilidade identificada no processo de seleção. Nos últimos anos, o programa tem disponibilizado, em média, 200 vagas anuais, beneficiando grande número de alunos e proporcionando condições mais adequadas para que possam se dedicar aos seus estudos.

Além disso, o Programa de Alimentação oferece aos estudantes almoços subsidiados por meio do restaurante estudantil localizado no Campus Picuí. Este serviço é acessado pelos discentes por meio de editais lançados semestralmente, sendo ofertados, em média, 600 almoços semanais, garantindo a segurança alimentar dos estudantes e contribuindo para a sua permanência no ambiente acadêmico sem que questões alimentares se tornem um obstáculo para o seu desenvolvimento educacional.

A assistência estudantil no Campus Picuí também conta com o Programa de Atenção à Saúde, que oferece aos estudantes o auxílio óculos. Esse auxílio tem como objetivo garantir que os estudantes com dificuldades de visão possam adquirir óculos, favorecendo sua aprendizagem e bem-estar. Em média, 15 estudantes por ano são contemplados com esse auxílio, contribuindo para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida acadêmica dos discentes.

Outro serviço importante oferecido no Campus Picuí é a Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), que está incluído no Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação da assistência

estudantil do IFPB. A CLAI oferece suporte e atendimentos específicos para estudantes com necessidades educacionais específicas, fazendo a intermediação juntamente aos professores, além de realizar capacitações sobre inclusão e acessibilidade, construir materiais adaptados e promover sensibilizações, garantindo a inclusão e a adaptação do ambiente acadêmico às suas necessidades, promovendo a equidade no acesso e na permanência dos discentes no curso. Esse serviço é essencial para o atendimento personalizado, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e a integração social desses estudantes.

Adicionalmente, o IFPB disponibiliza o Programa de Apoio à Participação em Eventos, que visa incentivar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, científicos e culturais. Este programa concede auxílio pecuniário para o custeio (total ou parcial) de despesas com inscrição, deslocamento, hospedagem e alimentação, possibilitando que os discentes participem de eventos que promovam o aprimoramento acadêmico e a troca de experiências. A participação nesses eventos contribui significativamente para o desenvolvimento profissional e pessoal dos estudantes, além de ampliar suas redes de contato e aprendizado, favorecendo o êxito acadêmico. Esse programa tem sido uma importante ferramenta para fomentar a integração dos alunos com a comunidade acadêmica mais ampla e o desenvolvimento de novas oportunidades.

O Programa de Apoio Pedagógico também está presente no Campus Picuí, com o objetivo de apoiar ações didático-pedagógicas que busquem melhorar o desempenho dos estudantes. Este programa visa garantir que todos os discentes tenham os recursos necessários para alcançar o sucesso acadêmico, oferecendo suporte no processo de aprendizagem e promovendo a melhoria contínua do desempenho escolar.

A assistência estudantil no IFPB é composta por uma equipe multidisciplinar, que inclui profissionais da área de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Nutricionista, além de profissionais da assistência às pessoas com necessidades específicas, como Tradutor e Intérprete de Libras**,** Psicopedagoga**,** Alfabetizadora de jovens e adultos e Brailista. Essa equipe é responsável por atender às necessidades dos estudantes, acompanhar seu progresso acadêmico e fornecer o suporte necessário para que possam superar as barreiras sociais e econômicas que, muitas vezes, interferem na continuidade de seus estudos.

Em busca do combate à retenção e à evasão, além de viabilizar o êxito acadêmico dos discentes, o IFPB também dispõe do Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (Resolução nº 24/2019 CONSUPER/IFPB). As ações do plano estratégico apresentam como perspectiva a formação humana

e integral, para que as práticas educativas sejam sustentáveis e inclusivas, visando o aumento da inserção social, laboral e política dos estudantes.

2.16.2. Acessibilidade

Com vistas a atender aos ditames relativos aos direitos humanos fundamentais, o curso de Licenciatura em Geografia do campus Picuí do IFPB procura oferecer, às pessoas em geral, acessibilidade sem preconceitos, sem estigmas, sem estereótipos e sem quaisquer tipos de discriminações.

No caso específico dos seus estudantes, o Instituto Federal da Paraíba, como um todo, busca promover o acesso pleno de todos eles através de ambientes estruturais e tecnologias acessíveis e apoio humano.

Baseando-se nisso, a Política de Acessibilidade do IFPB, bem como as ações de acessibilidade atitudinal e pedagógica, norteia-se em muitos documentos institucionais, tais como a Cartilha "Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista", Cartilha sobre Saúde Mental, Instrução Normativa PRE nº 2/2016, que dispõe sobre a oferta do componente curricular LIBRAS, Resolução nº 38/2018 CONSUPER/IFPB, que dispõe sobre as atribuições e competências do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, Resolução nº 240/2015-CONSUPER/IFPB, que trata especificamente do Plano de Acessibilidade e, mais recentemente, a Resolução n° 6/2024 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do Instituto Federal da Paraíba.

Todo esse arcabouço legiferante visa à proposição, em todos os componentes curriculares – em especial os de cunho pedagógico –, de discussões transversais que abordam questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero e outras.

Ao longo de todo o curso serão realizados projetos integradores, através de componentes curriculares desenvolvidos a partir de articulações entre teoria e prática, inserindo os discentes de forma crítica e reflexiva no contexto social e político, tendo, por vezes, temas geradores que permitem reflexões mais aprofundadas sobre temas atuais em Educação, incentivando a participação mais efetiva dos discentes. Além disso, os já mencionados programas de bolsas de iniciação científica, à docência, pesquisa e extensão (PIBICT, PIBIC, PIBID, PROBEXT) na área do curso que estimulam os discentes a permanecerem no processo de formação com mais qualidade acadêmica. O curso acolhe

no seu corpo discente, pessoas com necessidades específicas e oferece os componentes curriculares de Educação Inclusiva e LIBRAS.

A instituição possui recursos de tecnologia assistiva visando atender às diferentes necessidades dos estudantes com deficiência, desde aquelas ligadas à mobilidade até às que envolvem acessibilidade pedagógica, observando as necessidades específicas dos estudantes do Campus.

2.16.3. Monitoria

A monitoria é uma atividade acadêmica que visa oportunizar ao estudante a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em atividades de organização e desenvolvimento de componentes curriculares do curso. Objetivando o estabelecimento de uma política que assegure a permanência dos alunos na Instituição, principalmente aqueles com dificuldades de aprendizagem e/ou com problemas financeiros, o Campus Picuí mantém um programa de Monitoria que contempla alunos que possuam habilidades específicas e ainda um Programa de Bolsas de Extensão e de Pesquisa.

O Curso de Licenciatura em Geografia oferece oportunidade de participação de alunos na condição de monitores, auxiliando os docentes em atividades práticas e contribuindo para o esclarecimento de dúvidas dos alunos quanto a conteúdos teóricos e/ou práticos (com a supervisão e orientação do docente). Cada monitor é orientado por um docente e colabora em um componente específico, de acordo com sua área de interesse. O edital para seleção de monitores é publicado, para toda a comunidade acadêmica, de forma semestral e nele encontram-se todas as informações relativas ao processo, tais como disciplinas disponíveis, quantidade de vagas, turnos e duração da monitoria. A vigência atual da monitoria é de um semestre, perfazendo um total de 140h.

Também é oferecida ao aluno a monitoria voluntária, que possui os mesmos objetivos da monitoria remunerada. Demais normas relativas à monitoria estão previstas na Resolução AR n° 38/2022 - CONSUPER/IFPB, que regulamenta os procedimentos para o Programa de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PROMIFPB) e dá outras providências.

2.16.4. Nivelamento

As ações de Nivelamento realizadas no curso estão pautadas na Resolução n° 13/2023 - CONSUPER/IFPB, de 23 de janeiro de 2023, que convalida a Resolução *Ad Referendum* AR 27/2022

– CONSUPER/IFPB e que dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Em síntese, a partir do diagnóstico das dificuldades, que se apresentarem como entrave ao pleno êxito do discente no curso, encaminhados pela coordenação do curso, professores ou pelo CLAIs, desenvolve-se um plano de ação de nivelamento. A adequação do processo de ensino-aprendizagem pode ocorrer através da revisão de conteúdo, participação em cursos de curta duração, bem como projetos de ensino necessários à sua formação profissional, mas não contemplados no currículo do seu curso que amplie e enriqueça a sua formação.

Considerando as políticas delineadas para a rede IFPB, também podem ser realizados, com mais frequência, visitas técnicas e aulas práticas, bem como:

- Maior acompanhamento dos estudantes por parte da instituição em seu percurso acadêmico;
- Promoção de orientação de Técnicas de Estudo;
- Capacitação de forma continuada dos professores para aprimorar a metodologia de ensino;
- Adequação da metodologia de ensino, priorizando o desenvolvimento de atividades na própria sala de aula;
- Realização de atividades de aprendizagem, de forma remota;
- Integração na organização de eventos acadêmicos, culturais, científicos e tecnológicos;
- Incentivo aos estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares.

2.16.5. Apoio Psicopedagógico

Ressalte-se que a CLAI (Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão) substitui em nomenclatura e atribuições os antigos NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) e COAPNE (Coordenação de Assistência à Pessoas com Necessidades Específicas), criados em observância ao art. 208, III, da Constituição Federal de 1988, que assegura "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", e ao artigo 28, incisos I, II, III, XI, XII, XIII, XV, da Lei nº 13.146/2015, segundo os quais incumbe ao poder público garantir um sistema educacional inclusivo, atendimento especializado, ensino de Libras, acessibilidade, entre outros aspectos que assegurem a igualdade de acesso, permanência e êxito aos estudantes com necessidades específicas nas instituições de ensino.

Para o acompanhamento aos discentes com necessidades específicas e o desenvolvimento das atividades de apoio psicopedagógico, a CLAI poderá contar com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da área pedagógica (pedagogos e técnicos em assuntos educacionais), psicólogos e assistentes sociais, docentes e técnicos administrativos, além de profissionais que atendem aos estudantes com deficiência, como tradutores e intérpretes de LIBRAS, revisores Braille, transcritores Braille, ledores, alfabetizares de jovens e adultos, psicopedagogos, professores do Atendimento Educacional Especializado, cuidadores, assistentes terapêuticos, entre outros.

Garante-se, por meio da CLAI, o direito ao atendimento de discentes que apresentem características de Transtorno de Espectro Autista (TEA), conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, regulamentada pelo Decreto 8.368, de 02 de dezembro de 2014. A pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

O artigo 4º do Decreto 8.368/2014 orienta que é dever do Estado, da comunidade escolar, entre outras entidades, garantir o direito à educação em sistema educacional inclusivo, assegurando a transversalidade da educação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Considerando o que estabelece a Resolução CNE/CEB n° 02/2001 e a literatura sobre a inclusão educacional de pessoas com necessidades específicas, as adequações curriculares podem ocorrer pela competência e atribuição das instâncias político-administrativas e dos sistemas de ensino (grande porte) e pela competência específica dos docentes, modificações de pequeno porte restrito aos ajustes no contexto da sala de aula.

Nesse sentido, no âmbito do Instituto Federal da Paraíba - Campus Picuí, os trâmites para essa assistência iniciam com identificação necessidade específica de cada estudante, a partir desse contato é feita anamnese pela Psicopedagoga (CLAI) e iniciam as ações de orientação com o discente, docente, coordenações de cursos, além de outras articulações que se julgar necessárias.

Com isso, são passíveis de ajustes, adaptações e/ou flexibilizações curricular em sala de aula: acesso ao currículo, objetivos, conteúdos, métodos de ensino e organização didática, avaliação sob formas ou condições adequadas, espaço físico e tempo de conclusão, em conformidade com a Resolução AR nº 57/2023 - CONSUPER/DAA/REITORIA-IFPB, que trata da Terminalidade Específica.

Existem, ainda, as ações do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante, que permitem a avaliação contínua do processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de monitorias e/ou reforço educacional por docentes que reiteradamente enfrentam o problema de evasão e retenção escolar.

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia buscará proximidade com os discentes, promovendo uma ponte entre os docentes e discentes e, consequentemente, favorecendo o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

2.16.6. Centros Acadêmicos

Os alunos do curso de Licenciatura em Geografia, do IFPB Campus Picuí, organizar-se-ão politicamente na forma de Centro Acadêmico. Este se propõe a ser um espaço sujeito a diálogos e disputas democráticas no campo dos interesses da categoria dos estudantes no âmbito geral da instituição. É assegurada a participação dos estudantes e seus representantes de centro nos colegiados e comissões, buscando a participação efetiva dos estudantes destes a gestão do curso, na organização de eventos e demais ações de interesse do corpo discente.

2.16.7. Intercâmbios nacionais e internacionais

As diretrizes referentes à mobilidade acadêmica são estabelecidas na Resolução nº 60/2019 CONSUPER/IFPB. De acordo com essa Resolução, as atividades de mobilidade acadêmica compreendem aquelas de cunho acadêmico, científico, artístico e/ou cultural, como cursos, estágios e orientação em pesquisa, que visam enriquecer e aprimorar a formação do estudante. Ressalta-se que a duração dessas atividades varia de um (1) mês a um máximo de doze (12) meses, com possibilidade de prorrogação, seguindo as normativas institucionais em vigor.

A Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARINTER) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), aprovada pela Resolução nº 144/2017– CONSUPER/IFPB, assume o papel de coordenar, propor e implementar políticas de colaboração no âmbito nacional e internacional. Essa unidade atua como um guia para aprimorar a interação institucional e global, envolvendo estudantes, docentes, técnicos, pesquisadores, gestores e outros atores importantes.

A internacionalização não se resume a ações isoladas, mas é um processo dinâmico. Os protagonistas desse processo incluem estudantes, professores, pesquisadores, gestores, colaboradores e agências de fomento. A internacionalização é um fenômeno em evolução que desempenha um papel cada vez mais central na estratégia das instituições de ensino em busca da excelência. Ela se revela um meio estratégico para aprimorar as competências e habilidades dos envolvidos, promover a

produção de conhecimento, assegurar a qualidade acadêmica, estabelecer parcerias robustas e disseminar uma cultura de respeito à diversidade.

A ARINTER, desde a sua criação, tem sensibilizado os gestores para compreender a internacionalização como um esforço coletivo, envolvendo todos os setores da instituição. Através de políticas e estratégias definidas em consonância com orientações da Unesco, SETEC, FORINTER e CONIF, práticas abrangentes têm sido incorporadas, como:

- Mobilidade Acadêmica Presencial e Virtual e Intercâmbio Acadêmico, que engloba estudantes, docentes, técnicos administrativos e gestores, abrangendo seleção, planejamento, recepção, acompanhamento subsequente (observatório), apoio financeiro, logístico e análise de resultados;
- Programas de Formação: compreende a implementação de programas internacionais e interculturais, pesquisas e publicações em rede, oferta de programas de formação para estrangeiros, internacionalização do processo pedagógico e curricular, cursos integrados, acesso a práticas em outros países e espaço para estudantes graduados.
- Cooperação Internacional: envolve colaboração científica para o desenvolvimento mútuo da ciência, participação em eventos internacionais, recepção de organizações e delegações internacionais, capacitação contínua com visão global, investimento no corpo técnico, plano estratégico de divulgação e inserção junto a organismos e instituições internacionais.

Ademais, outras normativas fomentam o processo de internacionalização da instituição, com destaque para a Resolução-CS 40/2019, que convalida a Resolução-AR nº 19, de 24/04/2018, que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e a Resolução 1/2020 - CONSUPER/REITORIA/IFPB, que convalida a Resolução-AR nº 24/04/2018, que dispõe sobre a Política de Línguas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

2.17. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Externa e Interna

A avaliação institucional é uma ação pedagógica com abordagem democrática, participativa, sistemática, processual e científica que faz parte de um processo de autoconhecimento da instituição. Nesse contexto, é possível identificar os seus pontos fortes, bem como suas dificuldades e problemas, o que torna possível a tomada de decisões. No IFPB, a avaliação institucional está pautada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu a avaliação institucional interna e externa; a avaliação de cursos e a avaliação de desempenho

dos estudantes. A avaliação externa é executada por mecanismos de responsabilidade do INEP e de outros órgãos externos ao IFPB, tal como previsto na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Em consonância ao exposto, emerge, por intermédio da resolução CS/IFPB nº 63/2021, a viabilização da formação de comissão própria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo INEP são o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e as avaliações *in loco* realizadas pelas comissões de especialistas.

2.17.1 Avaliação Interna

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, o atual projeto de avaliação incorpora o uso de instrumentos para a obtenção de opiniões da comunidade acadêmica, levando em consideração as cinco dimensões que abrangem os aspectos definidos pelos documentos do SINAES. Isso possibilita a facilitação da elaboração do relatório de autoavaliação, disponibilizado para todos os segmentos por meio da internet através de uma plataforma eletrônica, acessível no endereço www.avaliacao.ifpb.edu.br.

O monitoramento contínuo desses resultados, com o objetivo de identificar as deficiências apontadas nos relatórios e verificar as ações corretivas propostas e implementadas pelos cursos avaliados, é conduzido por meio de formulários específicos. Isso garante que os cursos absorvam os resultados de avaliações anteriores. Para enfatizar a importância da autoavaliação na IES (Instituição de Ensino Superior) e garantir o envolvimento de todos os envolvidos no processo de avaliação, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) utiliza os seguintes canais de comunicação e divulgação: telefone (08336129707), e-mail (cpa@ifpb.edu.br e avaliacao@ifpb.edu.br), página da comissão no portal da instituição (www.ifpb.edu.br/cpa), redes sociais e murais.

O processo de sensibilização inclui iniciativas para disseminar e orientar a execução e a participação de cada segmento no processo de avaliação, empregando estratégias como reuniões com diretores e coordenadores de curso, cartazes informativos, publicação na página oficial da instituição e em plataformas de mídia social, além do envio de mensagens eletrônicas. Os resultados e análises dos processos de avaliação, juntamente com a proposta de ações corretivas, são consolidados em relatórios de autoavaliação. Depois de discutidos com gestores institucionais e a comunidade acadêmica, são divulgados para todos os envolvidos no processo de avaliação e também são postados no e-MEC, em conformidade com a legislação vigente.

Os relatórios de autoavaliação gerados pela CPA para avaliação interna e os relatórios de avaliação externa conduzidos pelo SINAES estão disponíveis na página da comissão no portal da instituição e no Portal da Transparência. Adicionalmente, a Coordenação do Curso realiza uma avaliação semestral das atividades de ensino realizadas pelos docentes do curso de Licenciatura em Geografia, por meio de um questionário elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Esse questionário abrange todas as dimensões avaliadas pelo MEC, incluindo: objetivos do curso; competências e habilidades acadêmicas desenvolvidas; organização curricular; métodos de avaliação adotados pelos professores; e apoio físico, computacional e bibliográfico fornecido pelos docentes. Os resultados são apresentados aos instrutores, proporcionando atualizações e reflexões sobre suas práticas pedagógicas, enquanto os alunos têm a oportunidade de revisar, aprofundar e adquirir conhecimento sobre tópicos relevantes para sua educação. Destaca-se que, durante a Semana de Avaliação Pedagógica, realizada no início de cada semestre, os pontos destacados nessa avaliação serão discutidos. Os resultados servirão como base para orientar as atividades das oficinas pedagógicas, que visam sugerir melhorias nas atividades de ensino nos semestres subsequentes.

Os indicadores quantitativos e qualitativos obtidos a partir da avaliação interna realizada pela CPA, bem como o Relatório do Curso com os resultados do ENADE elaborado pelo próprio INEP, moldam o processo de gestão do curso. Isso é alcançado por meio da integração do Núcleo Docente Estruturante, do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia, docentes e discentes, coordenados pelo Coordenador do Curso em conjunto com a administração institucional.

2.17.2. Comissão Própria de Avaliação - CPA

Consequente do Sistema de Avaliação da Educação Superior, firmada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e de acordo com a Resolução CONSUPER nº 241/2015, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), possui suas atividades previstas na RESOLUÇÃO Nº 63 CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2021.

Em conformidade com a Portaria 214/2025 - REITORIA/IFPB, de 10 de fevereiro de 2025, a CPA atua como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional e de orientação, passa reger-se por este regulamento, observado o Regimento Geral da Instituição. A Comissão Própria de Avaliação, órgão suplementar da Reitoria e parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, terá atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. Esta comissão será composta por representantes docentes, técnicos administrativos, discentes e da sociedade civil.

2.18. Atividades de Tutoria e Mediação Pedagógica

No Art. 3 do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, a Educação a Distância é definida como um "processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos".

A tutoria, como método, nasceu no século XV, onde foi usada como orientação de caráter religioso aos estudantes, com o objetivo de infundir a fé e a conduta moral (MACHADO e MACHADO, 2004). No século XX, o tutor assumiu o papel de orientador e acompanhante dos trabalhos acadêmicos, e é com esse mesmo sentido que foi incorporado aos atuais programas de educação a distância (MARTINS e DETONI, 2013).

Pertinente salientar que Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025, reconfigurou o papel do Tutor, que passou a ter funções administrativas (apoio à organização do curso), enquanto o Mediador Pedagógico assumiu o papel educacional, focando no acompanhamento e interação direta com o aluno, mediando dúvidas e o processo de aprendizagem em si, com formação específica para isso. O Art. 5º da portaria em questão é claro nesse sentido ao definir que "o corpo docente poderá ser auxiliado por tutores com atribuições administrativas, vedado o exercício de funções de mediação pedagógica".

Não obstante, essa normativa não apaga que, durante décadas, os tutores foram mediadores do processo de aprendizagem dos alunos, além de desempenhar funções administrativas. O papel do tutor, destarte, sempre foi elementar para o bom funcionamento dos cursos EaD (NUNES, 2013).

Cabe esclarecer que, no contexto do Curso de Licenciatura em Geografia, a priori, são os docentes ligados ao curso que atuarão, ora no papel de professores formadores, ora no exercício da mediação pedagógica, dependendo das disponibilidades de carga horária e das demandas de cada turma, considerando o quantitativo de estudantes, importância do componente curricular dentro da formação e necessidades específicas observadas, conforme previsto na Resolução nº 09/2024 – CONSUPER /DAAOC/REITORIA/IFPB.

No âmbito do IFPB, a Resolução n° 09/2024 determina, em seu Art. 36, que a tutoria será necessária nos componentes curriculares com mais de 40 (quarenta) discentes matriculados.

O docente em exercício da tutoria tem como papel central dar apoio docente ao professor formador. Normalmente, esse apoio ocorre nas disciplinas de um curso, na mediação pedagógica das atividades desenvolvidas. No exercício da tutoria, o docente deverá ter a capacidade de realizar uma

integração dos conteúdos trabalhados ao longo das disciplinas do curso. Ele também é responsável pelas ferramentas de avaliação, assim como, na análise dos trabalhos dos alunos. O docente em exercício da tutoria deverá prestar atendimento aos alunos distantes e presenciais, via e-mail, telefone, fórum, chat e pessoalmente no que se refere tanto a questões de conteúdos quanto questões técnicas (MARTINS e DETONI, 2013). Conclui-se que se o tutor desenvolve todas essas atribuições ele exerce função docente, ou seja, é professor.

Isso justifica porque algumas instituições atuantes na EaD denominam o tutor de professor tutor (BORTOLOZZO; BARROS; MOURA, 2009). No IFPB, o professor em exercício de tutoria é conhecido também como professor mediador, segundo a Resolução nº 09/2024 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB.

Um sistema de tutoria necessário ao estabelecimento de uma educação a distância de qualidade deve prever a atuação de profissionais que ofereçam tutoria a distância e tutoria presencial. Cabe ressaltar que as funções atribuídas a tutores a distância e a tutores presenciais são intercambiáveis em um modelo de Educação a Distância que privilegie a forte mobilidade espacial de seu corpo de tutores.

A tutoria a distância inclui o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros (Moodle EaD IFSC, 2017). A tutoria presencial consiste em atender os estudantes na própria instituição, em horários pré-estabelecidos (Moodle EaD IFSC, 2017).

Em qualquer situação, ressalta-se que o domínio do conteúdo é imprescindível, tanto para a tutoria presencial quanto para a tutoria a distância e permanece como condição essencial para o exercício das funções. Esta condição fundamental deve estar aliada à necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de comunicação e informação (Moodle EaD IFSC, 2017).

Dessa forma, a instituição deve promover capacitações dos docentes em exercício de tutoria que prevejam, ao menos, três dimensões:

- capacitação no domínio específico do conteúdo;
- capacitação em mídias de comunicação; e
- capacitação em fundamentos da EaD e no modelo de tutoria.

2.18.1 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria e de mediação pedagógica

No Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí, seguindo o que determina a Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025, o tutor atuará em atividades administrativas, necessárias para o desenvolvimento do curso, enquanto o mediador pedagógico possuirá, de acordo com o Art. 4º da portaria mencionada, as seguintes atribuições:

I - esclarecer dúvidas dos estudantes a respeito do Projeto Pedagógico do Curso, da ementa, das metodologias e dos conteúdos das unidades curriculares, sob supervisão do professor regente;

II - contribuir e atuar na interação entre corpo docente e discente nas atividades síncronas e síncronas mediadas por meio das plataformas digitais e outros recursos tecnológicos;

III - contribuir com as ações relacionadas ao planejamento e avaliação de aprendizagem das unidades curriculares;

IV - acompanhar atividades presenciais e de educação a distância dos estudantes, inclusive em atividades de natureza prático-profissionais, de pesquisa e de extensão, quando aplicável;

V - participar de ações de formação continuada em tecnologias educacionais e práticas pedagógicas para educação a distância; e

VI - realizar atendimentos presencias aos estudantes na sede e nos Polos EaD, conforme organização e planejamento da IES e do professor regente.

Compreende-se, no Curso de Licenciatura em Geografia, que os tutores deverão possuir competências tecnológicas, interpessoais, organizacionais e colaborativas. Por sua vez, os mediadores deverão deter competências pedagógicas, didáticas, linguísticas, interpessoais e tecnológicas (CORTELAZZO *et al*,. 2017; NOGUEIRA e BOTH, 2012).

O sucesso da educação a distância, bem como dos tutores e mediadores pedagógicos, está diretamente relacionado com as competências que estes devem possuir para desempenharem o trabalho requerido de forma efetiva (CORTELAZZO *et al*. 2017).

2.19. Tecnologias da Informação e Comunicação

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), um dos indicadores de avaliação dos cursos de graduação, conforme a Portaria nº 1.383, de 31 de outubro de 2017, podem ser definidas, no processo ensino-aprendizagem, como os recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais de aprendizagem e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos

disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros.

A introdução das TICs nos espaços sociais, institucionais e empresariais têm transformado a forma de comunicação na sociedade. A integração das novas tecnologias e as formas de inseri-las como meio de agregar valor ao processo de ensino-aprendizagem ainda é desafiadora. O desafio maior consiste em utilizar as TICs de maneira racional com a finalidade de resolver problemas reais, desenvolver o pensamento crítico, a reflexão, a pluralidade de ideias, a capacidade de lidar com a rapidez com que as tecnologias e as formas de comunicação se transformam, a socialização de saberes, a consolidação da importância do trabalho coletivo e a humanização do trabalho, entre outras questões.

Neste sentido, o Curso de Licenciatura em Geografia entende que as TICs fazem parte do cotidiano das novas gerações, entretanto, em face da abrupta diversidade socioeconômica, compreende-se que o acesso às TICs ocorre de maneira desigual. Também se compreende que as TICs precisam ser utilizadas em diversos tempos e espaços acadêmicos.

De modo geral, o corpo docente do Curso de Licenciatura em Geografia busca oferecer recursos variados aos discentes, desde conteúdos em suportes tradicionais à utilização de recursos tecnológicos e softwares educativos.

O Google Classroom (https://classroom.google.com) (Resolução 29/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB) e o ambiente virtual de aprendizagem para cursos presenciais (AVA Presencial) do IFPB (https://presencial.ifpb.edu.br/) (Portaria 2158/2023 - REITORIA/IFPB) são exemplos das TICs utilizadas pelo Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí.

Ademais, destacam-se o *e-mail* institucional e os *sites* do Portal do Estudante do IFPB (www.estudante.ifpb.edu.br), do Sistema Unificado de Administração Pública (https://suap.ifpb.edu.br/accounts/login/?next=/) e do Campus Picuí (https://www.ifpb.edu.br/picui) como ferramentas utilizadas para o processo de comunicação do IFPB e do curso com os discentes. Outrossim, páginas serão criadas em redes sociais, como o Instagram, para divulgar informações a respeito do Curso de Licenciatura em Geografia

2.20. Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Curso de Licenciatura em Geografia possuirá disciplinas presenciais e não presenciais, seguindo o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que possibilita aos cursos presenciais ofertarem até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso por meio do Ensino a Distância (EaD).

As disciplinas não presenciais serão ofertadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde deverá constar todo o material necessário à completude da disciplina, como apostilas, vídeos, exercícios e avaliações. A ferramenta em questão ainda permite o registro de notas e comentários do professor a respeito de resoluções de problemas fornecidas pelos alunos. Também deverão ser utilizados os fóruns de discussão, com o objetivo do compartilhamento de conhecimento entre os alunos e professores. Outras ferramentas e recursos tecnológicos, além do AVA, poderão ser utilizadas, complementarmente, com o objetivo de facilitar a construção do conhecimento e a interação e integração entre os envolvidos no processo de aprendizagem, considerando-se o dinamismo da EaD e as características inerentes a esta modalidade.

Nessa perspectiva, a metodologia adotada para abordagem dos conteúdos deverá motivar os educandos ao aprofundamento do conhecimento, instigando-os a discussões e debates sobre as principais questões inerentes à prática educativa do professor de computação e informática, mediante a vinculação dos conhecimentos trabalhados com a experiência dos professores, cooperação entre alunos e de trabalhos de pesquisa no contexto escolar.

Faz-se importante lembrar, também, que, para se viabilizar uma prática pedagógica coerente, os recursos didáticos deverão ser diversificados (chats, webaulas, webconferências, vídeos, audioaulas, etc.); a avaliação deverá ser processual e formativa, o que supõe atividades pedagógicas diferenciadas, amparadas em aprendizagens significativas, que consigam atender à diversidade de níveis de estrutura cognitiva, resultantes das diferentes condições de vida e de motivações dos estudantes.

Seguindo a metodologia da Educação a Distância, os conteúdos serão trabalhados por meio de:

a) Ferramentas de interação on-line, tais como fórum, wiki, redes sociais, chat, e e-mail, entre outras;

b) Ferramentas de colaboração;

c) Orientações por meio de videoconferências, áudios, web-conferências, vídeo aulas, entre outras;

d) Materiais didáticos produzidos, em linguagem dialógica, pelo docente ou por terceiros, desde que com a devida autorização;

e) Materiais didáticos que oportunizam os alunos com deficiência motora, física ou cognitiva.

Ademais, os alunos terão assistência pedagógica dos docentes na sede do curso, dos docentes em exercício de tutoria a distância, por meio do AVA bem como a colaboração da equipe gestora do curso. Esse ambiente se encontra integrado às ferramentas do institucionais, possibilitando aos professores disponibilizarem conteúdo para compartilhar com os alunos e estes façam atividades interativas.

O AVA é uma ferramenta acessível pelo IFPB, bastante reconhecida e utilizada em cursos à distância. O AVA do IFPB possui plugins de acessibilidade para possibilitar mudanças nos tamanhos dos textos, nos esquemas de cores e é integrado com a ferramenta VLIBRAS, que permite traduzir conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (IFPB, Portal Institucional, 2019). Além disso, o AVA dispõe de ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas, para permitir a comunicação e cooperação entre docentes e discentes. O AVA também permite a reflexão e debate sobre o conteúdo das disciplinas, através das várias ferramentas disponíveis, entre elas a possibilidade de criação de fóruns, FAQs e Quizzes, por exemplo.

O AVA será utilizado como plataforma base para o curso, contemplando a Portaria Nº 2158 – REITORIA/IFPB, de 14 de novembro de 2023, sem prejuízo da utilização de outras plataformas disponíveis, ou que venham a ser lançadas, e que agreguem valor à Educação a Distância.

2.21. Material Didático

A concepção do material didático do Curso de Licenciatura em Geografia fundamenta-se na construção de um modelo metodológico no qual os conteúdos são apresentados, teorizados, discutidos e, em seguida, praticados pelo estudante. Esse formato tem por objetivo produzir reflexões acerca da construção do conhecimento, o que gera a necessidade de interação entre professores e alunos no AVA, para os casos de componentes curriculares conduzidos na modalidade Educação a Distância. Tal interação, portanto, complementa o material didático, tornando-se parte essencial do processo de ensino e de aprendizagem.

Além disso, possui um caráter dialógico, tendo em vista que se instaura um espaço de interlocução com o professor elaborador do material, com o professor formador, que direciona e propõe os caminhos da aprendizagem, e com o professor tutor, que conduz todo o processo interativo.

O material didático do Curso de Licenciatura em Geografia, utilizado pelas disciplinas na modalidade EaD, deve conter:

- Apresentação os objetivos de aprendizagem;
- Apresentação do conteúdo propriamente dito (podendo ser dividido em tópicos);
- Sugestão de leituras complementares bem como vídeos e outras fontes de informação;
- Atividades que remetem à discussão do conteúdo abordado;
- Atividades práticas voltadas ao conteúdo abordado.

O processo de aquisição de material didático, para disciplinas no modelo Educação a Distância se dará através da solicitação através de processo, onde o curso irá formalizar a demanda fornecendo os dados necessários, seguindo as diretrizes definidas pela Resolução Nº 51 - CONSUPER, de 01 de outubro de 2019, para materiais didáticos escritos, audiovisuais e interativos. Além disso, cabe ao docente realizar encontros síncronos, correspondentes a no mínimo 10% e no máximo 20% da carga horária do componente curricular, e de frequência não obrigatória por discentes, com a posterior disponibilização da gravação desses encontros aos discentes, por no mínimo 7 dias letivos. Considerando-se as disciplinas no modelo presencial, o material didático será fornecido de acordo com ementa previamente definida para cada disciplina, e o material bibliográfico será disponibilizado através da biblioteca do Campus, além do material produzido pelo docente e apresentado durante as aulas.

2.22. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Curso de Licenciatura em Geografia, seguirá o disposto no Capítulo V, da Avaliação do Desempenho Acadêmico, Título III, da Estrutura Normativa, da Resolução nº 54 Conselho Superior, de 20 de março de 2017, que convalida a Resolução *Ad referendum* nº 31, de 21 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos cursos Superiores e Presenciais e a Distância do Instituto Federal da Paraíba.

A avaliação é um processo pedagógico que inclui avaliações processuais, diagnósticas, contínuas e cumulativas de aprendizagem, garantindo a superioridade dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, viabilizando o redimensionando da prática pedagógica. A avaliação da aprendizagem, realizada semestralmente, ocorre através de ferramentas que procuram determinar o grau de progresso dos estudantes, incluindo: controle da assiduidade nas atividades didáticas e avaliação dos resultados da aprendizagem. A frequência das atividades didáticas significa a frequência do aluno às aulas teóricas e práticas, aos estágios supervisionados e aos exercícios de

verificação previstos. O aluno será obrigado a participar de pelo menos 75% do tempo previsto na disciplina.

O desempenho acadêmico deverá refletir o acompanhamento contínuo do aluno em todas as atividades didáticas, avaliado por meio de exercícios de verificação. Algumas ferramentas de avaliação da aprendizagem são: debates, exercícios, testes e/ou provas, trabalhos teórico-práticos, projetos, relatórios e seminários, estudos de caso, portfólio, estudos orientados, aplicados individualmente ou em grupo, entre outras possibilidades planejadas pelo professor.

As notas serão expressas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). Trinta dias antes do início do período letivo, será disponibilizado no Portal do Estudante o plano de ensino da disciplina com os critérios de avaliação, a periodicidade das ferramentas de verificação de aprendizagem e a definição dos conteúdos necessários para cada verificação. De acordo com as disciplinas válidas do Regimento, o aluno poderá realizar duas ou mais provas durante o semestre, no mínimo: a) 02 (duas) provas de disciplinas de até 50 horas; b) 03 (três) verificações para disciplinas com carga horária superior a 50 horas. O aluno que não obtiver média mínima de 40 (quarenta) ao final do semestre não terá direito à avaliação final.

Será aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta) e frequência mínima de 75% no componente curricular. A avaliação final só será possível para o aluno que, além de pelo menos 75% de assiduidade na disciplina, obtenha média igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta). Considera-se como aprovado na avaliação final, o aluno que obtiver média maior ou igual a 50 (cinquenta). Será garantido ao aluno o direito de solicitar a revisão do instrumento de verificação escrita no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação e análise dos resultados pelo professor da área, após encaminhar a solicitação à Coordenação do Curso, indicando os critérios não cumpridos, bem como os itens e aspectos a serem revisados. A revisão do instrumento de avaliação seguirá rigorosamente os procedimentos previstos nos regulamentos didáticos vigentes das disciplinas dos Cursos Superiores.

No que se refere às disciplinas desenvolvidas por meio da EaD (Tabela 14), o Curso de Licenciatura em Geografia segue o que determina a Resolução-CS nº 72, de 13 de dezembro de 2019, que trata sobre as atividades online, atividades presenciais e o quadro de notas dos componentes curriculares ofertados por intermédio da EaD no IFPB.

Tabela 14. Curso de Licenciatura em Geografia: componentes curriculares EaD

Componente Curricular	Carga horária EaD (em horas-relógio)
Fundamentos da Educação a Distância	15
Políticas Educacionais	33
História da Educação	67
História das Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas	67
Metodologia da Pesquisa Científica	67
Recursos Hídricos	50
Cartografia II	50
Pedologia	50
Recursos Naturais e Educação Ambiental	67
Projeto de Pesquisa em Geografia	67
Sensoriamento Remoto	67
Geografia da Paraíba	50
Total	**650**

2.23. Números de Vagas

O Curso de Licenciatura em Geografia oferta 60 vagas anuais de forma gratuita e democrática, alinhando-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFPB 2020-2024), visando favorecer o acesso democrático ao ensino público e gratuito, à formação cidadã e à qualificação profissional.

O ingresso no curso de Licenciatura em Geografia é regulamentado pela Resolução-CS nº 05, de 23 de maio de 2018, que convalida a Resolução-AR nº 40, de 29/11/2017, que dispõe sobre Regulamento de acesso aos profissionais do magistério nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do IFPB, em conformidade com a Lei nº 13.478/2017, por meio de Processo Seletivo Diferenciado – PSD, e dá outras providências; pela Resolução-CS nº 54 de 20 de março de 2017, que convalida a Resolução *Ad referendum* nº 31, de 21 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba; pela Resolução-CS nº 134 de 11 de agosto de 2017, que dispõe sobre a regulamentação do processo de matrícula dos discentes nos cursos de graduação do IFPB, e dá outras providências; e pela Resolução CONSUPER nº 21/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalida a Resolução AR 16/2022-CONSUPER, que altera a Resolução AR nº 38, de 28/09/2020, e a Resolução 37, de 06/11/2020, que dispõe sobre o Regulamento de admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências.

De acordo com esses instrumentos, o ingresso nos cursos superiores de graduação do IFPB ocorrerá:

I – Através da adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), informando previamente o percentual de vagas destinadas a esta forma de seleção, sob responsabilidade do MEC;

II – Através do Processo Seletivo Especial (PSE), para as modalidades de reingresso, transferência interna, transferência externa e ingresso de graduados;

III – Através de termo de convênio, intercâmbio ou acordo interinstitucional, seguindo os critérios de Processo Seletivo, definidos no instrumento da parceria e descrito em Edital;

IV – Através de Processo Seletivo Diferenciado (PSD) para ingresso de profissionais do magistério em cursos de graduação para formação de professores.

O processo de matrícula segue o disposto da Resolução nº 134, Conselho Superior, de 11 de agosto de 2017, que dispõe sobre a regulamentação do processo de matrícula dos discentes nos cursos de graduação do IFPB e dá outras providências, estabelecido principalmente em seu Art. 1, e Resolução *Ad referendum* n°16, 19 de maio de 2022, que dispõe sobre o Processo Seletivo Especial-PSE.

Destaca-se, ainda, que o Colegiado do Curso é responsável por realizar estudos periódicos em conjunto com a comunidade acadêmica sobre o número de vagas ofertadas no Curso de Licenciatura em Geografia, podendo aumentar ou reduzir a quantidade de vagas.

2.24. Integração com as redes públicas de ensino

No que concerne à articulação com escolas públicas, o IFPB, de forma geral, e o IFPB Campus Picuí, de forma particular, vem promovendo ações que visam consolidar convênios, buscando promover a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, além de contribuir para a formação acadêmica e cidadã dos discentes do Ensino Fundamental e Médio da região de abrangência do Campus Picuí, contribuindo, assim, com o crescimento do IDEB das escolas da rede pública municipal e estadual.

Segundo o art. 4º da Resolução *Ad referendum* nº 13, de 06 de abril de 2018, as ações de formação docente, inicial e continuada serão realizadas de forma prioritária com a participação de docentes da rede pública de ensino, parceiros no desenvolvimento de estágio e práticas pedagógicas como componente curricular. Além do estágio e das práticas, outros programas institucionais, como o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), serão realizados com forte participação na rede pública de Educação Básica.

2.25. Atividades práticas de ensino para licenciaturas

A correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. As atividades práticas serão desenvolvidas no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia, inclusive por meio de parcerias com outras instituições de ensino, especialmente da Educação Básica, visando o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades previstas na formação do licenciando objetivando o desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas.

Desse modo, as propostas educacionais são pautadas em práticas interdisciplinares, interprofissionais e no trabalho de equipe colaborativo, envolvendo docentes, discentes e a comunidade, para a promoção de profissionais ativos e aptos a aprender a aprender, que compreende o aprender a conhecer, aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser.

Nesse contexto, as atividades práticas ocorrem em todo o desenho curricular conforme descrição abaixo:

- Aulas práticas: as atividades práticas de ensino, primam pela indissociabilidade entre teoria e prática, de forma interdisciplinar e contextualizada, com a consideração dos imperativos sociais e o perfil do egresso, com recursos tecnológicos inovadores, com metodologias inovadoras e ativas, ações que traduzem desempenhos capazes de solucionar, com pertinência, oportunidade e sucesso, os desafios que se apresentam à prática profissional, em situações de complexidade, representativas do efetivo exercício profissional. As aulas práticas ocorrem em todos os eixos temáticos, sempre relacionadas aos conteúdos teóricos em evidência, sejam transversais ou não transversais;
- Estágio Curricular Supervisionado: etapa em que o treinamento prático das competências adquiridas, acontece em permanente articulação com a teoria adquirida e ainda em aquisição através da associação com os conteúdos teóricos abordados durante o Estágio e através do aprofundamento e ampliação do conhecimento, para a busca de soluções dos problemas de saúde e da realidade social, em que o aluno se depara nas atividades práticas nos cenários de estágio;
- Ensino, pesquisa e extensão: associação dos conteúdos e das práticas investigativas, com as ações de interação e intervenção social no sentido da formação integral do aluno,

desenvolvendo neste processo, competências gerais e específicas que possibilitem a sua inserção no mundo do trabalho com diferenciais de qualidade;

- Atividades Complementares: objetivam estimular a prática de estudos independente transversais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais. Essas atividades são desenvolvidas pelo aluno, ao longo da integralização da matriz curricular, favorecem a inter-relação teoria e prática, com incentivo à produção do conhecimento, diversificação de temáticas abordadas no curso em teoria e transportadas para as práticas com o desenvolvimento de ações de responsabilidade social e ambiental.

Adicionalmente, também poderão ocorrer trabalhos de campo supervisionados a instituições de ensino, pesquisa ou extensão, fazendas, empresas, comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, escolas municipais e estaduais ou outros órgãos que possam contribuir para oferecer uma visão prática do curso aos alunos. Os trabalhos de campo poderão fazer parte da carga horária regular das disciplinas, quando mediadas e supervisionadas dentro do horário de aulas. As atividades de campo proporcionam ao discente o contato com realidades práticas do mundo do trabalho, condição fundamental para sua formação. Possibilitam, também, a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, aspecto elementar para uma formação de qualidade.

As atividades de campo serão desenvolvidas de acordo com a Resolução n° 60-CS, de 20 de março de 2017, que dispõe sobre os procedimentos gerais a serem adotados na realização das atividades de campo dos cursos ofertados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

2.26. Aproveitamento de Estudos

O processo de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores no Curso de Licenciatura em Geografia seguirá o disposto na Resolução nº 22 Conselho Superior, de 30 de junho de 2022, que convalida a Resolução *Ad referendum* n° 79/2021, que dispõe sobre o regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências.

O aproveitamento de estudos permite aproveitar o aprendizado do aluno em outras instituições de ensino nacionais ou internacionais ou de outros cursos. Para isso, os cursos devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados pelo Ministério da Educação. No âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia, serão adotadas três modalidades de aproveitamento de estudos:

I - Processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, se refere a comprovação, pelo estudante, de que detém as competências e/ou habilidades exigidas no Projeto Pedagógico do Curso, referentes ao componente curricular a um componente curricular específico, seja pelas experiências acumuladas, seja pelo desempenho intelectual;

II - Processo de aproveitamento de componente curricular: ocorre quando o estudante já cursou componentes curriculares, em cursos de graduação, que possuem compatibilidade com o componente curricular requerido em relação à ementa, carga horária, atualização do conteúdo e condições de oferta e desenvolvimento;

III - Procedimentos para equivalência de componentes curriculares: possibilidade do estudante matricular-se ou solicitar dispensa de componentes curriculares que possuem correspondência e que tenham sido ofertados em diferentes cursos de graduação da Instituição ou ofertados no mesmo curso em matrizes diferentes, mas que possuem equivalência nos planos de disciplina.

Para proceder com o aproveitamento, o aluno deverá apresentar requerimento através do SUAP juntamente com a documentação exigida pela Resolução nº 22 Conselho Superior, de 30 de junho de 2022.

Tabela 15. Equivalência de estudos

Unidade Curricular do presente PPC	Unidade curricular equivalente
Pensamento Geográfico	Introdução ao Pensamento Geográfico; História do Pensamento Geográfico; Fundamentos de Geografia
Cartografia I	Cartografia Geral
Estatística Aplicada à Geografia	Estatística
Geografia do Espaço Mundial	Organização do Espaço Mundial
Recursos Hídricos	Hidrogeografia; Hidrografia
Geografia Política	Geopolítica

3. CORPO DOCENTE

3.1. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Licenciatura em Geografia será constituído como um organismo consultivo, tendo como base legal a Portaria MEC nº 389/2016 e a Resolução nº 143 – CONSUPER/IFPB, de 02 de outubro de 2015, que trata especificamente da normatização dos NDEs dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal da Paraíba.

Conforme prevê a Resolução supra, o NDE responde diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);

IV - Propor e participar dos ajustes no curso a partir dos resultados obtidos nas avaliações interna e externa (SINAES);

V - Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao curso;

VI - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

Ainda conforme a Resolução aludida, o NDE deverá apresentar a seguinte composição e será definida por portaria exarada pela Direção Geral do campus:

I. Ser constituída por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II. Ter o coordenador do curso, como seu presidente;

III. Ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

IV. Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

O NDE se reunirá, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez a cada 2 (dois) meses ou de acordo com o calendário acadêmico, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 dos seus membros.

Com vista ao acompanhamento da consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, serão realizados estudos contínuos sobre o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante; estudo da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; estudo sobre a adequação das referências bibliográficas básicas e complementares; estudo sobre os periódicos especializados que complementam os conteúdos dos componentes curriculares; estudo sobre a produção e fomento das Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão; estudo sobre o número de vagas ofertadas no curso e estudo sobre o perfil docente do curso (Experiência, Titulação e Produção Acadêmica).

3.2. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso Superior (CCS) do IFPB é regulamentado pela resolução nº 141 – CONSUPER/IFPB, de 2 de outubro de 2015, sendo definido como o órgão deliberativo primário e de assessoramento acadêmico, com composição, competências e funcionamento definidos na norma citada, e que tem por objetivo desenvolver atividades voltadas para o constante aperfeiçoamento e melhoria dos cursos superiores.

De acordo com a Resolução citada, o Colegiado do Curso é constituído pelos seguintes membros permanentes:

I – Coordenador do Curso, como Presidente;

II - 4 (quatro) docentes efetivos vinculados à Coordenação do curso superior, escolhidos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um ano;

III - 1 (um) discente, escolhido por seus pares, com seu respectivo suplente, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução;

IV - 1 (um) docente que ministre aula no curso, que seja lotado noutra coordenação, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução;

V- 1 (um) representante técnico-administrativo em educação (pedagogo ou TAE), vinculado à coordenação pedagógica do campus, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

São atribuições do Colegiado do Curso (art. 5º):

I - Assessorar a comissão de elaboração/atualização do Plano Pedagógico do Curso (PPC);

II - Acompanhar a execução didático-pedagógica do PPC;

III - Propor à Diretoria de Ensino do campus, oferta de turmas, aumento ou redução do número de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

IV - Propor à Diretoria de Ensino do campus modificações no PPC, seguindo os trâmites administrativos para solicitação de mudança, alteração ou criação de cursos superiores no âmbito do IFPB;

V - Elaborar a proposta do Planejamento Acadêmico do Curso para cada período letivo, com a participação dos professores e com os subsídios apresentados pela representação estudantil;

VI - Aprovar os planos de disciplina e de atividade, para cada período letivo, contendo obrigatoriamente os critérios, instrumentos e épocas de avaliações nas diversas disciplinas do curso;

VII - Propor, elaborar e levar à prática projetos e programas, visando melhoria da qualidade do curso;

VIII - Contribuir para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso;

IX - Estabelecer critérios e cronograma para viabilizar a recepção de professores visitantes, a fim de, em forma de intercâmbio, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;

X - Aprovar a proposta de aproveitamento de estudos, adaptação curricular e dispensa de disciplina, conforme o caso, especialmente nas hipóteses de matrículas especiais ou decorrentes de transferências voluntárias, ex-officio ou ingressos de graduados, de acordo com as normas vigentes;

XI - Acompanhar a divisão equitativa do trabalho dos docentes do curso, considerando o disposto no documento que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XII - Apoiar e acompanhar os processos de avaliação do curso, fornecendo as informações necessárias, quando solicitadas;

XIII - Analisar, dar encaminhamento e atender, sempre que solicitado, a outras atribuições conferidas por legislação em vigor;

XIV - Emitir parecer sobre a possibilidade ou não de integralização curricular de alunos que tenham abandonado o curso ou já ultrapassado o tempo máximo de integralização, e que pretendam, mediante processo individualizado, respectivamente, de pré-matrícula e de dilatação de prazo,

continuidade de estudos;

XV - Acompanhar a sistemática de avaliação do desempenho docente e discente segundo o Projeto de Avaliação do IFPB.

O colegiado do curso de Licenciatura em Geografia do Campus Picuí possui mecanismos e rotinas específicas para as ações de reuniões ordinárias e extraordinárias, em consonância com os artigos 9º, 10 e 11º da resolução citada, sendo eles: a) as reuniões ordinárias ocorrem mensalmente, sendo a convocação realizada com antecedência de oito dias de antecedência, e a primeira deve ser realizada até 20 (vinte dias após o início do semestre). Havendo necessidade de reunião extraordinária, o coordenador do curso deve convocá-la com até 48h de antecedência. Em caso de excepcionalidade, a convocação poderá ocorrer com prazo reduzido. b) o registro das reuniões e as decisões é realizado em atas próprias no SUAP (Sistema Unificado da Administração Pública) pelo redator, que é decidido no início da reunião; c) o encaminhamento das decisões deve seguir o fluxo estabelecido institucionalmente: Coordenação de curso > Coordenação Geral de Ensino > Diretoria de Desenvolvimento de Ensino; d) sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões via SUAP, a partir de suas funcionalidades: Administração, Atividades Estudantis, Central de Serviços, Desenvolvimento Institucional, Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão de Pessoas, Saúde e Tecnologia da Informação.

Além do que define a Resolução nº 141/2015 – CONSUPER/IFPB, sobre as atribuições do Colegiado de Curso Superior, a Resolução *Ad Referendum*, nº 54/2017 – CS/IFPB, Capítulo X, do regimento didático dos Cursos Superiores Presenciais e a distância – estabelece em seu Art. 54 1º: Compete ao Colegiado do Curso definir o seu programa de tutoria acadêmica, com a finalidade de acompanhar e orientar individualmente a vida acadêmicados estudantes do curso.

A composição inicial do Colegiado do Curso será oficializada em Portaria exarada pela Direção geral do campus, logo que houver a autorização para funcionamento do curso e a formação da turma inicial.

Com vistas à implementação de ajuste de práticas de gestão e do funcionamento do órgão colegiado, os discentes e docentes do curso devem avaliar periodicamente as atividades e desempenho do Colegiado de Curso dentro do prazo de validade da portaria, em formulário específico repassado à comunidade acadêmica pela coordenação do curso.

3.3. Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar será a responsável pela concepção, produção e revisão do material disponibilizado para as disciplinas na modalidade Educação a Distância. Esta equipe é formada por profissionais do próprio Campus, contando com os professores das disciplinas e uma pedagoga. Os docentes serão responsáveis pela concepção do material didático, com o conteúdo programático em conformidade com as diretrizes institucionais e do projeto pedagógico de curso, enquanto a pedagoga auxiliará na concepção do material. Posteriormente, será solicitada a aquisição do material junto à Diretoria de Educação a Distância, contemplando a Resolução Nº 51 – CONSUPER, de 01 de outubro de 2019. Essa demanda deverá ser efetuada com prazo de três meses antes do início da disciplina, com o objetivo de garantir sua disponibilização no período de sua utilização.

3.4. Coordenação de Curso

As atividades da Coordenação estão voltadas para o desenvolvimento dos projetos e dos programas relativos ao Curso, para o apoio ao corpo docente, bem como associadas a ações de integração das áreas administrativas e da organização didático-pedagógica. A Coordenação do Curso também atua junto aos alunos, avaliando suas expectativas, ouvindo suas sugestões e estreitando o relacionamento com professores e alunos, seja por meio de reuniões ou contatos diretos.

Cabe, ainda, à Coordenação de Curso, na organização de seus projetos e programas, distribuir os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, de forma a harmonizar os interesses com as preocupações científico-culturais dominantes do seu pessoal docente, tendo sempre presente o calendário escolar anual e os objetivos do curso.

São atribuições da Coordenação do Curso, conforme art. 166 da Resolução n° 144 CONSUPER/IFPB, de 11 de agosto de 2017:

I- Coletar sugestões e elaborar um Plano de Trabalho Anual de Metas, delimitando a sistemática de atuação a ser assumida no desenvolvimento das atividades próprias da Coordenação e, ao final de cada ano letivo, avaliar essas ações, sugerindo medidas que visem ao seu aperfeiçoamento;

II- Avaliar os cursos regulares, considerando as informações geradas por dados relativos a alunos matriculados, egressos, relações com empresas/empresários, pais e demais segmentos externos;

III- Elaborar projetos de modificações e/ou extinção do curso, observando as diretrizes

institucionais sobre a matéria;

IV- Coordenar, supervisionar e avaliar, junto aos professores, a atualização e execução dos projetos de ensino do curso, propondo, se necessária, a adoção de providências relativas à reformulação destes;

V- Acompanhar as avaliações dos professores e controlar a entrega de provas e notas dentro do prazo determinado pela Coordenação de Controle Acadêmico;

VI- Estimular a atualização didática e científica dos professores do curso;

VII- Orientar os professores nas atividades acadêmicas;

VIII- Realizar ajustes de matrículas, trancamento e dispensa de disciplinas;

IX- Apoiar atividades científico-culturais de interesse dos alunos, articulando-se com os órgãos responsáveis pela pesquisa e extensão;

X- Avaliar os professores do curso e ser avaliados por eles e pelos concludentes, bem como coordenar a avaliação dos professores do curso feita pelos estudantes ao final de cada período letivo;

XI- Avaliar e propor soluções para situações conflitantes entre professores e alunos;

XII- Realizar, nos prazos determinados pelo MEC, INEP, CAPES e outros órgãos, os processos de inscrição dos estudantes habilitados a participarem dos programas e/ou instrumentos emanados pelas políticas desses órgãos;

XIII- Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos em conjunto com a Equipe Pedagógica Multiprofissional;

XIV- Realizar ações para o cumprimento dos Regimentos Didáticos, Regulamentos Disciplinares, Regulamento da Progressão Parcial, Regulamento do Conselho de Classe, Regulamento do Núcleo de Aprendizagem, Regulamento do Nome Social e demais marcos regulatórios da Instituição;

XV- Acompanhar, conjuntamente com os docentes, o desenvolvimento das aulas externas e visitas de campo;

XVI- Planejar a aquisição de equipamentos e materiais, responsabilizando-se pelo seu recebimento, controle e manutenção;

XVII- Contribuir com a Coordenação de Estágio na escolha dos professores orientadores;

XVIII- Executar projetos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, bem como os demais sistemas de avaliação, incluindo o processo de autoavaliação coordenado pela CPA;

XIX- Promover reuniões com a comunidade interna e externa e com os pais, visando ao acompanhamento e à avaliação das atividades de ensino do curso, com o objetivo principal de corrigir distorções no processo de ensino-aprendizagem;

XX- Realizar reuniões de Conselhos de Classe ou de Colegiado de Curso;

XXI- Manter atualizadas as informações referentes aos cursos, bem como solicitar suas divulgações na página oficial do IFPB, conforme legislação em vigor;

XXII- Apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas à Unidade Acadêmica à qual o curso sob sua coordenação está ligado.

3.4.1. Dados do Coordenador

A Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Geografia está sob responsabilidade do professor Leandro Reginaldo Maximino Lelis, Doutor em Geografia, com experiência em Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária, tendo atuado no magistério na Educação Profissional e Tecnológica e na Educação Básica, além de desenvolver ações de pesquisa e extensão. O docente atua em regime de 40 horas com dedicação exclusiva.

3.5. Corpo Docente

O quadro de professores que atuarão no curso de Licenciatura em Geografia é composto por 14 profissionais, todos com regime integral de 40 horas e dedicação exclusiva, sendo 02 com formação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), 02 com formação em Geologia, 02 com formação em História, 01 com formação em Letras, 02 com formação em Agronomia, 01 com formação em Zootecnia, 01 com formação em Engenharia Cartográfica, 01 com formação em Sociologia, 01 com formação em Tecnologia de Sistemas para Internet, 01 com formação em Ciências Agrárias (Licenciatura) todos com especialização, mestrado e/ou, doutorado nas diversas áreas específicas.

A pluralidade na formação dos docentes permite o caráter inter e multidisciplinar na formação dos discentes, contribuindo, assim, para atingir os objetivos dos componentes curriculares e do curso,

bem como as competências inerentes ao perfil do egresso. Essa pluralidade contribui também para abordagem de diversos temas relacionados à Geografia Física e Humana, de modo a possibilitar ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas e contribuir para sanar problemas reais vividos pelas comunidades da região polarizada pelo IFPB Campus Picuí.

Os docentes do curso atuam em seis grupos de pesquisa do IFPB Campus Picuí cadastrados no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Núcleo de Pesquisa e Extensão em Mineração (NUPEM), Núcleo de Estudos em Humanidades e Linguagens (NEHUL), Grupo Paraibano de Estudos Socioambientais (GPES), Núcleo de Estudos em Geologia e Geofísica Aplicada do Semiárido (NUGGAP) e Laboratório de Inovação, Pesquisa e Extensão em Educação Maker (LabMaker Picuí), além de desenvolverem ações de extensão em Picuí e nos municípios circunvizinhos.

No ensino, os docentes devem registrar individualmente seus mapas de atividades docentes, que são avaliados pela Coordenação do Curso e pela Diretoria de Desenvolvimento do Ensino, que é responsável pela sua publicização no SUAP.

Abaixo, encontra-se o perfil acadêmico do corpo docente do Curso Superior de Licenciatura em Geografia, do Instituto Federal da Paraíba, Campus Picuí.

Tabela 16. Corpo Docente

Docente	Regime de Trabalho	Tempo de vínculo com a IES (meses)
Alan Kellnon Nóbrega de Carvalho	DE	107 meses
Djair Alves de Melo	DE	138 meses
Igor Torres Reis	DE	169 meses
Jandeilson Alves de Arruda	DE	172 meses
João Ricardo Ferreira Pires	DE	66 meses
José Lucínio de Oliveira Freire	DE	138 meses
Leandro Luiz Silva de França	DE	23 meses
Leandro Reginaldo Maximino Lelis	DE	26 meses
Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos	DE	57 meses
Marcelo Silva de Andrade	DE	108 meses
Péricles Alves Batista	DE	79 meses
Vinícius Anselmo Carvalho Lisboa	DE	124 meses
Virna Lúcia Cunha de Farias	DE	145 meses

3.5.1. Titulação

Os docentes do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí apresentam formação em nível de mestrado (21,4%) e doutorado (78,6%) em diversas áreas do conhecimento, evidenciando a relevância de seus conhecimentos e títulos para excelente formação profissional dos discentes, fomentando um comportamento humanístico, raciocínio crítico com base em literatura atualizada, além de promover pesquisas, ações de extensão e iniciativas inovadores de ensino, relacionados aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso com grande incentivo à produção do conhecimento.

Tabela 17. Titulação do Corpo Docente

Docente	Titulação	Área do Conhecimento
Alan Kellnon Nóbrega de Carvalho	Doutorado	Geologia
Djair Alves de Melo	Doutorado	Ciências Agrárias
Igor Torres Reis	Doutorado	Zootecnia
Jandeilson Alves de Arruda	Doutorado	Agronomia
João Ricardo Ferreira Pires	Mestrado	História
José Lucínio de Oliveira Freire	Doutorado	Agronomia
Leandro Luiz Silva de França	Doutorado	Engenharia Cartográfica
Leandro Reginaldo Maximino Lelis	Doutorado	Geografia
Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos	Doutorado	História
Marcelo Silva de Andrade	Doutorado	Sociologia
Péricles Alves Batista	Doutorado	Geografia
Vinícius Anselmo Carvalho Lisboa	Doutorado	Geologia
Virna Lúcia Cunha de Farias	Doutorado	Letras

Os docentes do curso possuem uma ampla experiência no magistério da educação básica e superior, evidenciando suas contribuições para: promover diferentes ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, como núcleos de aprendizagem; expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, a partir de um diagnóstico local; apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de sempre trazer a realidade que o estudante vivencia no Seridó paraibano; elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, como as monitorias e; elaborar avaliações diagnósticas, formativas e

somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período a partir de provas, seminários, discussões, rodas de conversa, atividades de campo, de laboratório, participação, dentre outros. Essas ações demonstram a capacidade dos docentes para exercer liderança e para a produção acadêmica.

A tabela abaixo apresenta a experiência profissional, do magistério superior e na educação básica do corpo docente do curso de Licenciatura em Geografia.

Tabela 18. Experiência do Corpo Docente

Docente	Magistério Superior	Magistério na Educação Básica	Magistério na EaD
Alan Kellnon Nóbrega de Carvalho	-	92 meses	-
Djair Alves de Melo	124 meses	204 meses	-
Igor Torres Reis	153 meses	-	-
Jandeilson Alves de Arruda	156 meses	-	-
João Ricardo Ferreira Pires	156 meses	123 meses	-
José Lucínio de Oliveira Freire	124 meses	127 meses	-
Leandro Luiz Silva de França	12 meses	6 meses	12 meses
Leandro Reginaldo Maximino Lelis	30 meses	84 meses	-
Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos	9 meses	134 meses	-
Marcelo Silva de Andrade	118 meses	94 meses	-
Péricles Alves Batista	84 meses	228 meses	-
Vinícius Anselmo Carvalho Lisboa	24 meses	92 meses	-
Virna Lúcia Cunha de Farias	252 meses	336 meses	132 meses

3.5.1.1. Experiência no Magistério Superior

No tocante à experiência no Magistério Superior, apenas um docente (7%) não possui experiência no magistério superior, sendo o tempo médio de experiência nesse item de 80 meses, de modo que há capacidade para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

3.5.1.2. Experiência no Magistério da Educação Básica

A experiência no magistério da educação básica do corpo docente é, em média de 94 meses,

sendo que 86% dos docentes já aturam na educação básica em diversas instituições do país. Essa experiência reforça à capacidade de promover ações e identificar problemas dos alunos, bem como de definir melhores estratégias para aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem.

3.5.1.3. Experiência no exercício da docência na educação a distância

Embora grande parte dos docentes possua experiência em aulas remotas, motivada pela pandemia de COVID-19, apenas dois docentes possui experiência formal no exercício da docência na EaD. Desse modo, a Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia, em parceria com a Diretoria de Educação a Distância do IFPB, ofertará cursos de capacitação e formação, os quais serão importantes para viabilizar a construção e a atualização de conhecimentos acerca do exercício da docência na EaD. Outrossim, incentivar-se-á, também, a participação em cursos oferecidos por outras instituições de ensino.

3.6. Tutores

Tutor é o orientador acadêmico com formação superior adequada ao curso. É responsável pelo atendimento aos estudantes, acompanhando e orientando-os em todas as atividades que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. No Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí, a priori, são os professores que desempenham o papel de tutor. Idealmente, para ocupar o cargo de tutor, deve ter curso superior (bacharelado ou licenciatura) na área do componente curricular, experiência no magistério e ter conhecimento de informática e internet.

A tabela a seguir apresenta os professores que serão tutores no Curso de Licenciatura em Geografia, bem como suas respectivas experiências na EaD, área de formação e titulação.

Tabela 19. Experiência e titulação do corpo de tutores

Tutor	Experiência	Graduação	Titulação
Leandro Luiz Silva de França	12 meses como professor na EaD	Engenharia Cartográfica	Doutorado
Leandro Reginaldo Maximino Lelis	16 meses como tutor na EaD	Geografia	Doutorado
Virna Lúcia Cunha de Farias	132 meses com atividades variadas na EaD	Letras	Doutorado

3.6.1. Experiência do corpo de tutores em educação a distância

Conforme notado na tabela anterior, as experiências dos docentes com educação a distância do Curso de Licenciatura em Geografia ainda são bastante restritas, uma vez que apenas três professores possuem experiência da EaD, seja como professor ou tutor. No entanto, pontua-se que todos os professores que atuarão nos componentes EaD possuem experiência em aulas remotas, síncronas e assíncronas, em decorrência do período da pandemia de COVID-19. Além disso, os docentes detêm conhecimentos de informática e internet que possibilitarão o pleno desenvolvimento dos componentes curriculares ministrados por intermédio da EaD. A seguir, apresenta-se breve resumo das experiências dos dois professores que possuem experiências na educação a distância.

1. Leandro Luiz Silva de França

Na modalidade EaD, atuou na Especialização em Geoprocessamento ofertada pela UNIFIP, ministrando a disciplina Sistema de Informação Geográfica, com carga horária de 40 horas. Na UNIUBE, atuou na Especialização em Georreferenciamento, ministrando o componente Métodos e Medidas de Posicionamento, com carga horária de 48 horas.

Desde março de 2023, exerce a função Professor Conteudista I na Especialização em Geoprocessamento da UAB/UFABC, sendo responsável por elaborar material didático para os componentes Sistemas de Localização Espacial e Topografia e Bancos de Dados Espaciais.

2. Leandro Reginaldo Maximino Lelis

Exerceu, entre 01 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2024, a função de professor tutor do Curso de Especialização em Ensino de Geografia, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), ofertado pela Faculdade de Geografia e Cartografia, da Universidade Federal do Pará (FGC/UFPA), com carga horária de 20 horas semanais.

Desempenhou as atividades estabelecidas no anexo VII da Portaria 183, de 21/10/2016 CAPES: Mediação na comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes; acompanhamento das atividades dos estudantes, conforme o cronograma do curso; Apoiou o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades pelos estudantes; Estabeleceu contato permanente com os estudantes e mediou as atividades; Colaborou com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes; Participou das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino; Elaborou relatórios mensais de acompanhamento dos estudantes e encaminhou à coordenadoria de

tutoria; Participou do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável; Manteve regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e deu retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas e apoiou operacionalmente a coordenação do curso nas atividades, em especial na aplicação de avaliações.

Atuou nos componentes listados abaixo:

1. Ensino de Geografia no Brasil e no Pará (Carga Horária: 30h)
2. Ensino de Geografia e a Base Nacional Comum Curricular (Carga Horária: 30h)
3. Ensino de Geografia Humana (Carga Horária: 30h)
4. Ensino de Geografia Física (Carga Horária: 30h)
5. Questões Ambientais no Ensino de Geografia (Carga Horária: 30h)
6. Metodologia da Pesquisa Geográfica (Carga Horária: 30h)
7. Questões Urbanas no Ensino da Geografia (Carga Horária: 30h)
8. Questões Agrárias no Ensino da Geografia (Carga Horária: 30h)
9. Uso da Cartografia no Ensino de Geografia (Carga Horária: 30h)
10. Novas Tecnologias e o Ensino da Geografia (Carga Horária: 30h)
11. Metodologia do Ensino de Geografia (Carga Horária: 30h)
12. Estágio de Vivência Técnica (Carga Horária: 30h)
13. Defesas de TCC (Carga Horária: 30h)

3. Virna Lúcia Cunha de Farias

Atua, desde 2014, no Curso de Licenciatura em Letras ofertado pelo IFPB Campus Picuí por meio da modalidade EaD, exercendo diferentes funções, como professora formadora, professora tutora e coordenadora de Educação a Distância do IFPB do Campus Picuí.

Como professora formadora, lecionou, por diversas vezes, o componente curricular Literatura Brasileira III. No posto de professora tutora, contribuiu nos componentes Literatura brasileira III e Literatura Afro-brasileira.

3.7. Pessoal Técnico Administrativo

O corpo técnico-administrativo do IFPB Campus Picuí é composto por profissionais multidisciplinares e especializados, com vistas ao atendimento das necessidades dos estudantes do curso no que diz respeito ao funcionamento das atividades didáticas com apoio

sociopsicopedagógico e em saúde, bem como ao acesso aos recursos bibliográficos e de informática.

A equipe multidisciplinar do Campus Picuí atua na Coordenação Pedagógica (COPED), que tem uma relação mais específica para o cumprimento da otimização do processo ensino-aprendizagem, equipe composta por duas Pedagogas e uma Técnica em Assuntos Educacionais, e pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST) com atenção psicossocial e em saúde, equipe formada por uma Assistente Social, uma Nutricionista e um Psicólogo. Os cargos de Médico, Técnica em Enfermagem e Odontólogo estão aguardando preenchimento. As atuações desses profissionais estão condizentes com a proposta do curso e com o regimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB.

Na tabela a seguir, são apresentados os dados do corpo Técnico-Administrativo do Instituto Federal da Paraíba - Campus Picuí.

Tabela 20. Pessoal Técnico-Administrativo

Servidor	Regime de Trabalho	Graduação	Titulação
Alex Ribeiro Silva	40h	Psicólogo	Especialização
Carmem Maia dos Santos	40h	Pedagoga	Especialização
Cátia Monteiro Barbosa Maciel	40h	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais Coordenação da CLAI	Graduação
Daiane Pontes Bezerra	40h	Nutricionista Coordenação CAEST	Graduação
Felipe Xavier Barbalho da Costa	40h	Assistente de alunos Coordenação de Registros Escolares	Especialização
Francisca Tatiana de Oliveira Souza	40h	Tecnóloga em Agroecologia	Mestrado
Francisco Raimundo de Freitas	40h	Assistente de alunos	Especialização
Francisco Tadeu Dantas Júnior	40h	Assistente em Administração	Graduação
Igor Alberto Dantas	40h	Técnico de Laboratório	Graduação
Jonas Pessoa da Costa	40h	Auxiliar de Nutrição e Dietética	Graduação
Joseana Bernardo dos Santos Pereira	40h	Técnica em Agropecuária	Graduação
José Leonilton Dantas	40h	Assistente em Administração	Especialização
Kamila Mirley Lopes Maciel	40h	Técnica em Assuntos Educacionais	Especialização
Leandro Alves de Brito	40h	Administrador	Mestrado
Luana Cristina de Medeiros	40h	Auxiliar de Biblioteca	Especialização
Madele Maria Barros de Oliveira Freire	40h	Pedagoga	Mestrado
Marcel Raulino Rocha do Nascimento	40h	Técnico de Laboratório Coordenação de Manutenção	Graduação
Nathalya Cristina Ribeiro Trigueiro	40h	Assistente Social	Mestrado
Paula Barreto Maia Nunes	40h	Assistente em Administração	Mestrado
Pedro Leandro Dantas Pereira	40h	Técnico em Agropecuária	Graduação
Railma de Andrade Fernandes Dantas	40h	Assistente de Alunos	Especialização
Tiago de Medeiros Dantas	40h	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialização

Tiago do Nascimento de Carvalho	40h	Técnico em Contabilidade	Graduação
Victor Hugo Henrique	40h	Assistente em Administração Coordenador de Planejamento	Especialização
Walter Emanuel Silva de Araújo	40h	Assistente de alunos	Ens. Médio

3.8. Política Institucional de Capacitação de Servidores

A capacitação e qualificação de servidores é um processo permanente e deliberado de aprendizagem e de fortalecimento das atuações dos servidores públicos, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais.

A Resolução AR 33/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 22 de outubro de 2024, regulamenta a Política de Capacitação e Qualificação do Instituto Federal da Paraíba. Esta define que as ações para a capacitação são tidas como toda e qualquer ação voltada para o desenvolvimento de competências, organizada de maneira formal, realizada de modo individual ou coletivo, presencial, semipresencial ou a distância, com supervisão, orientação ou tutoria (Art. 3°, I), ao passo que as ações de desenvolvimento de qualificação como o processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o(a) servidor(a) adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira (Art. 3°, IV).

As ações de desenvolvimento de qualificação para servidores, adotadas pelo Instituto Federal da Paraíba, conforme estabelece o Art. 3°, IV, alíneas **a** a **f**, são: a. curso de nível médio; b. curso de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos); c. curso de pós-graduação lato sensu (especialização com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas ou equivalente); d. curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado); e. curso de pós-graduação stricto sensu (doutorado); f. pós-doutorado ou estágio pós-doutoral.

A Resolução AR 33/2024 prevê, também, treinamentos regularmente instituídos (Art. 3°, II), determinados como qualquer ação de desenvolvimento promovida ou apoiada pelo IFPB, bem como ações de desenvolvimento em serviço (Art. 3°, III), definidos como toda ação de desenvolvimento que não ensejar o afastamento integral do(a) servidor(a) ou que comprometa a jornada semanal de trabalho.

4. INFRAESTRUTURA

4.1. Infraestrutura do Campus

O Campus Picuí dispõe de uma ótima estrutura para atendimento de toda a comunidade acadêmica, tanto relacionadas às questões de gestão, ensino, pesquisa e extensão, quanto às de convivência, saúde e alimentação.

Para melhor conservação da estrutura e funcionamento, o campus segue a política institucional sobre a adoção de procedimentos de conscientização interna sobre guarda, administração e utilização do patrimônio público, conforme Resolução *Ad Referendum* n° 29, de 09 de julho de 2018, que dispõe sobre aprovação do Manual de Rotinas de Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e a Resolução *Ad Referendum* n° 28, de 09 de julho de 2018, que dispõe sobre aprovação do Manual de Gestão dos Almoxarifados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

O número de salas de aulas é adequado ao número de cursos ofertados e discentes matriculados. Além disso, as salas destinadas às atividades de gestão e administrativas atendem, também, às necessidades da Instituição. Todas as salas apresentam mobiliário adequado e, em sua grande maioria, apresentam bom sistema para aproveitamento de luz solar e estão equipadas com condicionadores de ar. A infraestrutura geral do IFPB Campus Picuí pode ser conferida na Tabela 21.

Tabela 21. Infraestrutura do IFPB Campus Picuí

Ambiente	Quantidade	Área
Direção Geral	01	32m²
Sala da Direção de Administração e Planejamento (DAPF)	01	32m²
Sala de Reuniões da DAPF	01	15m²
Sala da Direção de Ensino	01	32m²
Reprografia	01	12m²
Sala da Coordenação de Controle Acadêmico	01	50m²
Sala da Coordenação de Manutenção	01	20m²
Sala da Coordenação Pedagógica	01	40m²
Sala da Coordenação de Assistência Estudantil	01	20m²
Consultório médico	01	24m²
Sala da Coordenação de Gestão de Pessoas	01	20m²

Coordenação de Almoxarifado	01	20m²
Coordenação de TI	02	40m²
Coordenação de Licitação e Contratos	01	20m²
Coordenação de Execução Financeira	01	20m²
Coordenação de Pós-Graduação	01	20m²
Copa	01	20m²
Guarita com banheiro	01	14,08m²
Estacionamento e acesso ao campus	01	2500m²
Áreas de lazer, convivência e pátio coberto	07	450m²
Sala de apoio terceirizados	01	50m²
Protocolo/Recepção	01	6m²
Sala da Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI)	01	64m²
Depósito	02	94m²
Almoxarifado	01	64 m²
Sala da Coordenação de turno	01	24 m²
Sala da Coordenação de Estágio e Egressos e Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Extensão	01	24m²
Miniauditório	01	64m²
LabMaker	01	64m²
Laboratório de Informática	02	128m²
Laboratório (Outros)	22	528m²
Sala de Desenho	02	128m²
Sala de Docentes	01	64m²
Sala de Vídeo	01	64m²
Sala dos núcleos de pesquisa e extensão	01	64m²
Gabinete odontológico	01	24m²
Banheiros (Instalações Sanitárias)	18	432m²
Biblioteca	01	1370m²
Cantina Escolar	01	24m²
Salas de aula	22	528m²
Sala de Reuniões	01	35,80m²
Sala de Coordenações de Curso (com sala de reuniões)	06	144m²
Restaurante Estudantil	01	800 m²
Ginásio Poliesportivo (Em construção)	01	-
Reservatório de água	01	25m²
Minhocário/Sala de ferramentas	01	48m²
Garagem coberta	01	40m²

Área Agrogeoambiental	01	400m²
Área Agroecológica/Viveiro	01	12000m²

4.2. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O curso não dispõe de sala individual para os docentes em tempo integral. Os docentes utilizam uma sala coletiva dos docentes ou espaços coletivos dentro da coordenação do curso para atendimento aos discentes.

4.3. Espaço de trabalho para o coordenador

A coordenação do curso dispõe de uma sala com área de 24 m², com sanitário, equipada com estação de trabalho com computador conectado à internet via cabo ou Wi-Fi, cadeiras para atendimento individual ou grupo de estudantes, bem como de um armário e estante para armazenamento de documentos. Além disso, possui uma sala de reuniões, para as atividades do colegiado, NDE e atendimento a grupos de estudantes, com mesa e cadeiras.

Todos os espaços possuem equipamentos adequados e são devidamente climatizados, recebendo serviço de limpeza diária, de modo a garantir o bom andamento da prática laboral executada pelo coordenador e os seus colaboradores.

4.4. Sala coletiva de professores

A sala dos professores utilizada pelo Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB, Campus Picuí, constitui-se em espaço amplo e capaz de acolher os docentes do curso com conforto e segurança, dispondo de mesas, cadeiras, sofás, armários, computador com acesso à internet via cabo ou rede Wi-Fi, impressora e ar-condicionado, permitindo o trabalho individual do professor ou pequenas reuniões com alunos ou professores, como orientações, discussões de projetos de pesquisa e extensão.

O espaço atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação, climatização e infraestrutura de informática.

Além da sala dos professores, os docentes também utilizam as salas de reunião da coordenação do curso. Esta é equipada com mesa e cadeiras, dispondo de acesso à internet via cabo ou rede Wi-Fi, sendo climatizada e apresentando bom aspecto em relação à acústica, iluminação e limpeza.

4.5. Salas de aula

O IFPB Campus Picuí possui um total de 22 salas de aula e 1 miniauditório que podem atender ao Curso de Licenciatura em Geografia. Possuem excelente infraestrutura física e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e de atendimento aos públicos interno e externo.

Todas as salas estão equipadas com 40 conjuntos de cadeiras e mesas confortáveis e ergonômicas, projetores multimídia em espaços amplos, com acessibilidade e espaços reservados para deficientes físicos. Além disso, as salas possuem mesas e cadeiras ergonômicas para os professores, quadros brancos.

Todos os ambientes são climatizados e atendem aos requisitos de acústica, sendo a limpeza realizada pelo menos duas vezes ao dia por equipe devidamente treinada para este fim.

O miniauditório possui quadro branco, *Smart* TV e projetor multimídia.

Tanto nas salas de aulas como no miniauditório é possível a realização das atividades de ensino-aprendizagem, além de atividades de encontros científicos, apresentação de trabalhos, bancas diversas, entre outras atividades.

4.6. Biblioteca

Em um contexto de formação e desenvolvimento do ensino-aprendizagem, a biblioteca, com boas dotações para subsidiar as práticas de ensino, pesquisa e extensão, torna-se fundamental. Esta é uma importante e indispensável unidade de informação para dinamizar o processo educacional, uma vez que disponibiliza aos seus usuários conteúdo das mais diversas áreas, além de um ambiente favorável ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Inserida nesse contexto, a biblioteca do IFPB Campus Picuí, denominada de Biblioteca Belizário Rodrigues Neto, foi criada em setembro de 2010, sendo subordinada à Direção de Ensino. As bibliotecas do IFPB apresentam como missão apoiar as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão por meio de serviços de bibliotecas e gestão de materiais informacionais e acervos bibliográficos, colaborando com o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico da Instituição e da

sociedade.

No âmbito do IFPB, o funcionamento das bibliotecas encontra-se regulamentado por meio da Resolução Nº 111-CS, de 10 de abril de 2017 que dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

A infraestrutura da biblioteca é composta pelos seguintes ambientes:

a) Recepção – local de atendimento e orientação aos usuários, onde são realizados os processos de cadastro, consulta, empréstimo, reserva e devolução de materiais;

b) Sala da administração – local destinado à coordenação geral da biblioteca, onde são elaborados projetos e políticas de desenvolvimento da biblioteca, planejamento, coordenação e implementação de ações para assegurar o funcionamento de atividades e serviços inerentes a biblioteca;

c) Sala de processamento técnico – local destinado a atividades de registro, classificação, catalogação e preparação do acervo para organização nas estantes;

d) Sala de manutenção e recuperação do acervo – local para realização de serviços de tratamento do acervo;

e) Acervo geral – local de exposição de livros, que permite aos seus usuários fazer consultas. Além disso, disponibiliza cabines individuais de estudo e mesas para estudo em grupo;

f) Biblioteca digital – local equipado de computadores conectados a internet para estudo e pesquisa;

g) Sala de coleções especiais – local que armazena obras de referência como dicionários, atlas, manuais, mapas, revistas, DVDs, CDs, entre outros.

h) Copa – Local para dar suporte aos servidores, equipado com materiais para preparo da alimentação;

h) Banheiros.

Na Tabela 22, apresenta-se o detalhamento da infraestrutura da biblioteca com suas respectivas áreas.

Tabela 22. Infraestrutura da biblioteca do IFPB Campus Picuí

Ambiente	Quantidade	Área
Recepção e atendimento ao usuário	01	40 m^2
Administração e processamento técnico do acervo	01	30 m^2
Disponibilização do acervo	01	1.100 m^2
Salão de Estudo (Estudo em grupo)	01	80 m^2
Sala de computadores e de mídia (acesso à internet)	01	40 m^2
Sala de coleções especiais	01	40 m^2
Banheiros	02	40 m^2
TOTAL		1.370 m^2

São considerados usuários da Biblioteca os servidores lotados no IFPB Campus Picuí, os alunos regularmente matriculados, assim como membros da comunidade externa que a frequentam com a finalidade de realizar suas pesquisas, que podem ter acesso aos ambientes no horário das 07h00min às 22h00min.

O acesso ao acervo geral é livre, com direito à consulta de todos os documentos registrados a partir do Código de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim. Para cada aluno é permitido o empréstimo de até 03 livros, por 15 dias consecutivos, e para cada servidor podem ser emprestados 04 livros, por 30 dias consecutivos. O empréstimo do material bibliográfico é pessoal e intransferível, cabendo ao usuário a responsabilidade pela conservação e devolução das obras. É permitida a renovação do empréstimo, exceto se houver reserva para tal obra.

A biblioteca do IFPB Campus Picuí exerce dois tipos de atividades, sendo: serviços meios: que correspondem à formação, desenvolvimento e tratamento da coleção; e serviços fins: tratam da circulação e uso da informação. Entre os serviços oferecidos, tem-se:

- Empréstimo domiciliar de documentos do acervo geral, permitido aos servidores e alunos do IFPB-Picuí;
- Orientação técnica para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, com base nas Normas Técnicas de Documentação ABNT;
- Disponibilização de biblioteca virtual com computadores conectados à internet para pesquisas acadêmicas;
- Auxílio à pesquisa científica tanto no acervo local quanto nas bibliotecas digitais e bases de dados;
- Elaboração de ficha catalográfica: para a elaboração da ficha catalográfica de trabalhos acadêmicos, o usuário deverá enviar via e-mail seu TCC/Monografia ou Relatório de Estágio completos para biblioteca.pc@ifpb.edu.br.

O sistema de classificação de acervo adotado é o Classificação Decimal Universal (CDU). Atualmente, a biblioteca dispõe do *Software* de Gestão de Bibliotecas Koha. Através do Portal do IFPB é possível consultar os exemplares disponíveis. Por meio do sistema também é possível que o usuário realize a reserva e a renovação de livros de forma virtual, não sendo necessário o seu deslocamento ao ambiente da biblioteca.

Os usuários da biblioteca também possuem acesso ao Portal de Periódicos da Capes, que oferece textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

Para a composição do acervo, a aquisição de títulos segue o que preconiza a Resolução n° 114-CS, de 10 de abril de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, sendo adquiridos os títulos contidos nas bibliográficas básicas e complementares, em consonância com os conteúdos descritos nos ementários das unidades curriculares, presentes nos PPCs dos cursos regulares do IFPB Campus Picuí, em quantidade adequada em relação aos números de vagas ofertadas.

4.6.1. Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico

A manutenção e a guarda do Acervo acadêmico da biblioteca do IFPB Campus Picuí seguem as orientações contidas na Resolução nº 48-CS, de 20 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a Regulamentação da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Relevante salientar que o artigo 7º da resolução supracitada determina que o IFPB deve manter permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o Acervo Acadêmico sob sua guarda.

4.6.2. Sistema de gestão do acervo bibliográfico

A Resolução nº 111-CS, de 10 de abril de 2017, que Convalida a Resolução-AR nº 29, de 25/10/2016, dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Em seu artigo 54º, define que o sistema automatizado de gestão de Bibliotecas padrão será o sistema livre e de código aberto Koha, após parametrização e adequação para as bibliotecas do IFPB. O Koha é um *software* livre utilizado para gestão de bibliotecas que está entre os mais utilizados no mundo.

Destaca-se, também, a Resolução-CS n° 54, de 19 de dezembro de 2018, que dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, e a Resolução-CS n° 08, de 23 de maio de

2018, que convalida a Resolução-AR nº 05, de 08/02/2018, que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

4.6.3. Plano de Contingenciamento

A biblioteca do IFPB Campus Picuí segue o plano de contingenciamento institucional, que tem o objetivo de detectar ameaças e listar as medidas mais importantes para evitar sua ocorrência ou reduzir suas consequências, priorizando a prevenção e evitando a necessidade de planejar ações corretivas no futuro. É importante destacar que os perigos e as explicações abrangidas neste se aplicarão a todas as bibliotecas do IFPB, considerando as particularidades e requisitos de cada biblioteca.

Alguns perigos são inerentes à atividade laboral e à atividade humana em sua totalidade. No entanto, identificar esses riscos e implementar ações para minimizá-los e reduzir os danos potenciais é uma medida eficaz de segurança. No edifício da Biblioteca do campus, foram detectadas as seguintes categorias de riscos:

a) Riscos físicos: incluem níveis elevados de ruído, temperaturas extremas (calor/frio), vibrações e umidade.
b) Riscos de infraestrutura: envolvem a interrupção no fornecimento de energia elétrica e água.
c) Riscos de acidentes naturais: compreendem alagamentos, chuvas intensas, ventos fortes e quedas de árvores.
d) Riscos químicos: abrangem poeira, gases, vapores e substâncias químicas. e) Riscos biológicos: incluem vírus, bactérias, fungos, parasitas, animais peçonhentos, insetos em geral e abelhas.
e) Riscos ergonômicos: relacionados ao esforço físico, postura inadequada, ritmo excessivo, repetitividade e acidentes devido à falta de energia.
f) Riscos de acidentes: englobam arranjo físico improvisado ou inadequado, iluminação insuficiente, falta de equipamento de proteção individual (EPI), uso inadequado de ferramentas, máquinas e equipamentos, bem como incêndios.
g) Riscos de saúde: referem-se a emergências médicas gerais.
h) Riscos econômicos: relacionados ao orçamento insuficiente para a manutenção de acervos, espaços e serviços terceirizados, bem como para a manutenção dos contratos de estágios remunerados.

i) Riscos de acesso informacional: incluem quedas de energia elétrica, perda de acesso à internet, falta de equipamentos para acesso a conteúdos digitais, falhas no parque computacional que suporta as coleções digitais (mantidas ou não pela Biblioteca do IFPB Picuí), furto de materiais bibliográficos, vandalismo ao acervo e perda ou danos a itens emprestados do acervo.

Considerando as orientações institucionais, há uma diversidade de ações de contingência que podem ser realizadas, tais como:

- Realocar espaços, redistribuir acervo, mobiliário e equipamentos, e isolar áreas que possam afetar a segurança e saúde de usuários, servidores e acervos.
- Solicitar assistência das áreas técnicas do instituto para mudanças estruturais.
- Ativar a brigada de incêndio e os socorristas conforme necessário.
- Entrar em contato com as equipes de manutenção elétrica da universidade.
- Redistribuir áreas de estudo e trabalho para locais mais bem iluminados.
- Acionar a vigilância em caso de furtos.
- Registrar e notificar autoridades de segurança pública em caso de violência ou infrações.
- Reformular atividades e serviços que não atendam aos padrões de saúde e segurança.
- Parar atividades que exijam EPIs inadequados ou insuficientes.
- Orientar e notificar sobre o uso impróprio de ferramentas, máquinas e equipamentos.
- Suspender o uso de equipamentos danificados ou perigosos.
- Descartar ferramentas, máquinas e equipamentos desnecessários ou perigosos.
- Acionar serviços médicos de emergência em caso de acidentes.
- Buscar assistência médica especializada em situações de emergência.
- Suspender serviços dependentes de mão de obra terceirizada.
- Intensificar campanhas de segurança e limpeza.
- Ativar a equipe de eletricistas em caso de falhas elétricas.
- Restaurar ou substituir itens danificados quando possível.

Espera-se, dessa forma, promover uma adequada manutenção dos produtos e serviços da biblioteca a partir do plano de contingência e gerenciamento dos riscos identificados.

4.7. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O IFPB Campus Picuí dispõe de modernos equipamentos relacionados à informática, que

atendem aos cursos presenciais e à distância ofertados no campus e são compartilhados com todos os cursos.

Há dois laboratórios de informática básica, equipados com 20 (vinte) microcomputadores cada, todos conectados à internet, além de um laboratório de EaD, que serão de amplo e irrestrito acesso aos alunos matriculados no Curso de Licenciatura em Geografia. Além destes laboratórios, os alunos têm a sua disposição, ainda, oito máquinas conectadas à internet para pesquisa e realização de trabalhos na biblioteca do Campus.

Os laboratórios e a biblioteca funcionam nos turnos da manhã, tarde e noite. Todos esses ambientes possuem normas de uso e são padronizados de acordo com sua especificidade.

A manutenção e supervisão dos dispositivos são realizadas sob uma política específica, que trata dos aspectos de segurança, integridade e disponibilidade. Todos os equipamentos passam por manutenção preventiva periódica, a cada fim de semestre, momento em que são realizadas atualizações de *softwares* e *hardwares*. A manutenção corretiva é realizada sob demanda, podendo ser solicitada por qualquer servidor através de um sistema de abertura de chamados específico para o setor de Tecnologia da Informação (TI), no SUAP.

4.8. Laboratórios didáticos de formação básica

Para atendimento ao Curso de Licenciatura em Geografia, o Instituto Federal e Tecnológico da Paraíba, Campus Picuí, conta com uma infraestrutura que inclui três laboratórios: dois de Informática e um para EaD (Tabela 23). Estes ambientes darão suporte às atividades de ensino, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão e, consequentemente, ao desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso. Apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos. O grupo de técnicos e os coordenadores dos cursos que utilizam os laboratórios frequentemente se encontram para verificar a necessidade de novas compras, normas de uso, segurança visando o uso eficiente e de qualidade dos espaços.

Tabela 23. Laboratórios didáticos de formação básica

Laboratório	Quantidade	Área	Localização
Informática	02	128m²	Bloco B (subsolo)
EaD	01	64m²	Bloco B (subsolo)

4.9. Laboratórios didáticos de formação específica

Para atendimento ao Curso de Licenciatura em Geografia, o IFPB Campus Picuí conta com uma infraestrutura de laboratórios específicos, a saber: Microbiologia (didático), Solos (didático), Sementes (didático), Topografia (didático), Laboratório de Mineralogia e Petrografia, Laboratório de Pesquisa Mineral e Mapeamento Geológico, Laboratório de Geologia e Geofísica Aplicada, Laboratório de CAD e Geoprocessamento.

Estes laboratórios são de uso comum em cooperação com os cursos técnicos integrados em Geologia e Edificações e superiores em Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Agroecologia, e darão suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e, consequentemente, ao desenvolvimento de trabalhos de conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia.

Os laboratórios apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos. A necessidade de novas compras, as normas de uso, a segurança visando o uso eficiente e de qualidade dos espaços, dentre outros aspectos, são definidos por meio de conversas frequentes entre os técnicos e os coordenadores dos cursos que utilizam os laboratórios.

Toda e qualquer atividade prática a ser desenvolvida dentro de um laboratório apresenta riscos e está propensa a acidentes. Para minimizar esses riscos, os laboratórios possuem normas de conduta para assegurar a integridade das pessoas, das instalações e dos equipamentos, para a correta manipulação de reagentes químicos e equipamentos.

Na tabela exposta na sequência, estão dispostos os laboratórios disponíveis para o Curso de Licenciatura em Geografia e suas respectivas áreas totais, capacidade e localização.

Tabela 24. Laboratórios didáticos de formação específica

Laboratório	Quantidade	Área	Localização
Microbiologia	01	64m²	Bloco A (térreo)
Solos	01	64m²	Bloco A (térreo)
Sementes	01	64m²	Bloco A (térreo)
Topografia	01	64m²	Bloco C (térreo)
Mineralogia e Petrografia	01	64m²	Bloco C (térreo)
Pesquisa Mineral e Mapeamento Geológico	01	64m²	Bloco C (térreo)

Geologia e Geofísica Aplicada	01	64m²	Bloco C (térreo)
CAD e Geoprocessamento	01	64m²	Bloco C (térreo)

4.10 Infraestrutura para a Educação a Distância

O IFPB investe em uma infraestrutura robusta para apoiar os cursos a distância, garantindo aos estudantes uma experiência de aprendizado de alta qualidade. Isso inclui laboratórios de informática equipados com computadores e acesso à internet, proporcionando aos alunos os recursos necessários para participar das atividades online, realizar pesquisas e interagir com os colegas e professores.

Outrossim, o IFPB disponibiliza o AVA, onde os alunos podem acessar materiais didáticos, assistir aulas gravadas, participar de fóruns de discussão e realizar avaliações. Esses espaços virtuais são projetados para promover a interação e o engajamento dos alunos, replicando o ambiente de aprendizado presencial da melhor forma possível.

A instituição também oferece suporte técnico e pedagógico aos estudantes, garantindo que tenham todo o apoio necessário ao longo de sua jornada educacional no IFPB. Destaca-se, também, a Diretoria de Educação a Distância (DED) do IFPB, que oferece um suporte abrangente aos docentes na elaboração de videoaulas, visando garantir a qualidade e eficácia do material educacional. Para isso, a instituição disponibiliza um estúdio de gravação, onde os professores podem produzir conteúdos audiovisuais com alta qualidade de imagem e som.

A equipe de suporte da DED também oferece serviços de edição de vídeo, auxiliando os docentes na pós-produção do material, garantindo que as videoaulas atinjam os padrões de excelência exigidos. Esse suporte abrangente permite que os professores foquem no conteúdo didático, enquanto a equipe especializada cuida dos aspectos técnicos e estéticos da produção audiovisual, contribuindo para uma experiência de aprendizado enriquecedora para os alunos dos cursos a distância do IFPB.

4.11 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático

O PDI 2020-2024 assevera que os recursos didáticos deverão ser diversificados (chats, web-aulas, webconferências, vídeos, aúdio-aulas, etc.) a fim de viabilizar uma prática pedagógica coerente. Desse modo, no Curso de Licenciatura em Geografia do IFPB Campus Picuí, as disciplinas ofertadas na modalidade EaD terão seus conteúdos trabalhados por meio de recursos variados, tais como:

a) Ferramentas de interação online, tais como fórum, wiki, redes sociais, chat, e e-mail, entre outras;
b) Ferramentas de colaboração;
c) Orientações por meio de videoconferências, áudios, web-conferências, vídeo–aulas, entre outras;
d) Materiais didáticos produzidos, em linguagem dialógica, pelo docente ou por terceiros, desde que com a devida autorização;
e) Materiais didáticos que oportunizam os alunos com deficiência motora, física ou cognitiva.

Ademais, os alunos terão, quando necessário, assistência pedagógica de tutores nos laboratórios do campus, de tutores e professores formadores a distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como a colaboração da equipe gestora do curso. O material didático é produzido pelos professores das disciplinas, com o auxílio da equipe que integra a Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia. A Diretoria de Educação a Distância (DED) prestará, quando solicitada, suporte na elaboração desses materiais.

De acordo com a Resolução Nº 51/2019 – CONSUPER (Art. 5º), são tipos de materiais didáticos para os componentes curriculares na modalidade Educação a Distância:
I. materiais didáticos escritos: caracterizados pelo predomínio do uso da língua escrita;
II. materiais didáticos audiovisuais: caracterizados pelo predomínio da oralidade e do uso extensivo de recursos audiovisuais;
III. materiais didáticos interativos: caracterizados pelo predomínio da interatividade humano-computador e/ou pelo uso extensivo de linguagens de programação de computadores.

Além disso, o processo de produção de materiais didáticos para componentes curriculares e atividades na modalidade Educação a Distância pode exigir a hibridização de mais de um tipo dos materiais tipificados acima. A formalização da demanda por material didático deve ser realizada por meio de processo específico, endereçado à Diretoria de Educação a Distância (DEaD) (IFPB, Resolução Nº 51 – CONSUPER, 2019, Art. 8). Os conteúdos didáticos contratados deverão ser submetidos a uma avaliação de design de aprendizagem e originalidade (Art. 10). A Resolução Nº 51/2019 – CONSUPER enumera todos os subprocessos envolvidos na produção deste material didático.

A Resolução Nº 72 – CONSUPER, de 13 de dezembro de 2019, dispõe o Regulamento da composição das atividades online e a constituição do quadro de notas dos componentes curriculares ofertados na modalidade à distância, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. As atividades online são todas aquelas atividades, avaliativas ou não, individuais ou colaborativas, inseridas pelo professor utilizando os objetos de aprendizagem do ambiente virtual de aprendizagem (Art. 6).

4.12 Comitê de Ética em Pesquisa

O Instituto Federal da Paraíba mantém o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), estabelecido por ordem federal (de acordo com as Resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Saúde - Diretrizes e Normas Regulamentadoras para Pesquisa com Seres Humanos). Este comitê central é constituído por um colegiado interdisciplinar e independente, situado em João Pessoa - PB. Sua principal missão é assegurar os direitos dos voluntários (participantes da pesquisa), contribuindo para a preservação de seus direitos e dignidade. Suas ações são balizadas pela Resolução nº 2/2022 - CEPE/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalida Resolução-AR nº 01, de 13/10/2022, que dispõe sobre aprovação das alterações no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Adicionalmente, o CEP contribui para elevar a qualidade das investigações científicas e promover discussões sobre o papel da geração de conhecimento no avanço institucional e no progresso social da comunidade. Além disso, ajuda a valorizar o pesquisador ao conceder o reconhecimento de que sua proposta é eticamente apropriada. Este comitê interdisciplinar desempenha a função de avaliar os projetos de pesquisa que envolvem a participação de seres humanos.

As características e obrigações dos Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil estão descritas nas diretrizes emitidas pelo Conselho Nacional de Saúde. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB é oficialmente reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), faz parte da própria instituição e presta assistência a instituições parceiras.

4.13 Política Institucional de Acessibilidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) estabelece, por meio das iniciativas promovidas pelas suas políticas educacionais de inclusão social, as medidas essenciais para garantir o acesso e a mobilidade de pessoas com deficiência que frequentam o espaço público do campus, seja como visitantes ou estudantes matriculados em cursos oferecidos pela instituição. Tais medidas visam cumprir integralmente a Resolução nº 240 do Conselho Superior/IFPB, datada de 17 de dezembro de 2015, que aprova o Plano de Acessibilidade do IFPB, com especial destaque para o Art. 2º, que define que a concepção e implementação das ações previstas do Plano de Acessibilidade do IFPB, em observação às orientações normativas, visam:

I – Eliminar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais ora existentes;

II – Facilitar o acesso, a circulação e a comunicação;

III – Fomentar a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas com deficiência;

IV – Promover a educação inclusiva, coibindo quaisquer tipos de discriminação;

VI – Garantir a igualdade nas condições de Facesso às atividades escolares e administrativas;

VII – Proporcionar o atendimento prioritário e educacional especializado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

VIII – Assegurar a flexibilização e propostas pedagógicas diferenciadas, viabilizando a permanência na escola;

IX – Estimular a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e com transtorno do espectro autista;

X – Estimular a formação e capacitação do corpo técnico das áreas de engenharia e arquitetura responsáveis pela elaboração e fiscalização dos projetos e obras de infraestrutura e acessibilidade, assim como, dos profissionais das áreas pedagógica, de comunicação e de transportes responsáveis pela implantação das ações em suas respectivas áreas de atuação.

A Política Institucional de Acessibilidade do IFPB não apenas visa cumprir as obrigações legais relacionadas à acessibilidade, como também busca criar um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos os indivíduos tenham igualdade de oportunidades e possam participar plenamente da vida acadêmica e social da instituição. Desse modo, a Política mencionada reflete o compromisso do IFPB com a promoção da igualdade e da diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

5. CERTIFICAÇÃO

O procedimento de CERTIFICAÇÃO/DIPLOMAÇÃO para os estudantes do Curso de Licenciatura em Geografia seguirá as diretrizes estabelecidas nas resoluções do IFPB para os cursos de Licenciatura. Em particular, será aplicada a Resolução nº 54 Conselho Superior, de 20 de março de 2017. Complementando essa resolução, serão consideradas as disposições da Resolução nº 44 Conselho Superior, de 20 de fevereiro de 2017, que trata da outorga de grau para os programas de graduação do IFPB, com enfoque no CAPÍTULO V - PROCEDIMENTOS RELATIVOS A CERTIFICADOS E DIPLOMAS. Pertinente ressaltar que a Resolução AR nº 57/2023, que dispõe sobre os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação/diplomação de estudantes com necessidades específicas no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, também será seguida.

Além disso, serão seguidas as normativas contidas em portarias que regulamentam a emissão e o registro de diplomas em formato eletrônico nas instituições de ensino superior, a saber: Portaria nº 330, de 5 de abril de 2018, que aborda a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior vinculadas ao sistema federal de ensino; Portaria n° 554, de 11 de março de 2019, que estabelece diretrizes para a emissão e o registro de diplomas de graduação em formato digital por parte das Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino; e Portaria nº 1.001, de 8 de dezembro de 2021, que promove modificações na Portaria nº 330 MEC, de 5 de abril de 2018, que aborda a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior vinculadas ao sistema federal de ensino, bem como na Portaria nº 554 MEC, de 11 de março de 2019, que trata da emissão e do registro de diplomas de graduação em formato digital por parte das Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao sistema federal de ensino.

Adicionalmente, o Controle Acadêmico do IFPB Campus Picuí seguirá as orientações comunicadas por meio do Ofício Circular 2/2019 - DCAD/PRE/REITORIA/IFPB, datado de 10 de setembro de 2019.

REFERÊNCIAS

BORTOLOZZO, A.; BARROS, G.; MOURA, L. Quem é e o que faz o professor-tutor. *In*: Congresso Nacional de Educação, 9, Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 3, 2009, Curitiba. **Anais** [...], Curitiba, 2009. p. 6160-6171.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 21 mar. 2014.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001**. Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da

acessibilidade das pessoas portadoras de eficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do Art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do Art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/588140/publicacao/15779863. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 564/2015, aprovado em 10 de dezembro de 2015**. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-a-distancia. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 1.383, de 31 de outubro de 2017**. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente. Acesso em: 08 mar. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-2024-563084558. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639. Acesso em: 06 jun. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025**. Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-506-de-10-de-julho-de-2025-641610361. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. IBGE. **Cidades**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/picui/panorama. Acesso em: 02 mar. 2024.

CORTELAZZO, I.; RIBEIRO, M.; MUGNOL, M.; RIBEIRO, R.; AGUIAR, V. **Manual do Tutor**. 2017. Grupo Educacional UNINTER. Disponível em: https://silo.tips/download/faa-parte-desse-grupo-manual-do-tutor. Acesso em: 11 jul. 2025.

CURY, C. R. J. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, out. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/K76wNhbJLyq4p5MdSFhfvQM/?lang=pt&format=html#. Acesso em: 08 mar. 2024.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?lang#. Acesso em: 08 mar. 2024.

FORMIGA, G.; INÁCIO, F.; MONTEIRO, M.; DUARTE, C. O cenário de EaD institucionalizada: uma análise do Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal da Paraíba. **Revista Principia**, João Pessoa, n. 36, p. 132-140, set. 2017. Disponível em: https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/1632. Acesso em: 13 jan. 2025.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editoria e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/77e2ec74-3617-4401-b74a-57014e29ceb8/content. Acesso em: 08 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 217, de 10 de outubro de 2014**. Convalida a Resolução 03D/2009, de 05 de março de 2009, que dispõe sobre o desligamento de alunos regulares dos cursos de graduação do IFPB e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2014/resolucao-no-217. Acesso em: 15 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 132, de 02 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a aprovação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/resolucao-ifpc-cs-132-2015.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 138, de 02 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação das Relações Étnico-raciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-138. Acesso em: 22 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 139, de 02 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o regulamento dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-139/view. Acesso em: 22 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 141, de 02 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a Regulamentação do Colegiado dos Cursos Superiores presenciais e a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-141. Acesso em: 22 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 143, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-143/view. Acesso em: 25 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 146, de 02 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-146. Acesso em: 22 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 240, de 17 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-240/view. Acesso em: 23 mar. 2024.

IFPB. **Resolução *Ad Referendum* nº 29, de 25 de outubro de 2016**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2016/ad-referendum/resolucao-no-29. Acesso em 17 mar. 2024.

IFPB. **Instrução Normativa PRE/IFPB nº 02/2016 - PRE**. Normatiza os procedimentos para oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/instrucao-normativa-pre-no-02-2016-oferta-disciplina-libras.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 44, de 20 de fevereiro de 2017**. Convalida a Resolução-AR nº 18, de 10/10/2016 que dispõe sobre a Colação de Grau dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/resolucao-no-44-2017/view. Acesso em: 17 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 43, de 20 de fevereiro de 2017**. Convalida a Resolução-AR nº 15, de 03/10/2016 que dispõe sobre Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-43. Acesso em: 16 mar. 2024.

IFPB. **Resolução nº 48-CS, de 20 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a Regulamentação da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-48. Acesso em: 18 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 54, de 20 de março de 2017**. Convalida a Resolução-AR nº 31, 21/11/2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54. Acesso em: 20 mar. 2024.

IFPB. **Resolução n° 60-CS, de 20 de março de 2017**. Convalida a Resolução-AR nº 32, de 09/12/2016, que dispõe sobre a aprovação de procedimentos gerais a serem adotados na realização das atividades de campo dos cursos ofertados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-60. Acesso em: 23 ago. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Deliberativo n° 111, de 10 de abril de 2017.** Convalida a Resolução-AR nº 29, de 25/10/2016, dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/bibliotecas/arquivos/resolucao-no-111-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-29-2016-regimento-geral-bibliotecas.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior n° 114, de 10 de abril de 2017.** Convalida a Resolução-AR nº 03, de 06/01/2017 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/bibliotecas/arquivos/resolucao-no-114-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-03-2017-acervo-das-bibliotecas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

IFPB. **Instrução Normativa Nº 01/2017 – PRE, de 21 de junho de 2017**. Dispõe sobre o emprego da modalidade de educação a distância nos cursos técnicos de nível médio e de graduação presenciais regularmente autorizados, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/ead/assuntos/pasta-legislacoes/normas-ifpb/instrucao-normativa-pre-no-01-2017-utilizacao-de-20-de-ead-em-cursos-presenciais.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 134, de 11 de agosto de 2017**. Convalida a Resolução AR nº 15, de 02 de junho de 2017 que dispõe sobre o Regulamento do processo de matrícula de discentes nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/resolucao-no-134-2017/view. Acesso em: 15 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 144, de 11 de agosto de 2017.** Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. Disponível em:

https://www.ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-144-2017-consuper-regimento-geral-do-ifpb. Acesso em: 20 mar. 2024.

IFPB. **Instrução Normativa PRE/IFPB nº 03, de 21 de novembro de 2017**. Normatiza os procedimentos do sistema de apoio na elaboração dos trabalhos acadêmicos no âmbito das bibliotecas do IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/instrucao-normativa-no-003-2017.pdf/view. Acesso em: 20 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior *Ad Referendum* nº 20, de 24 de abril de 2018**. Dispõe sobre a Política de Línguas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-20/view. Acesso em: 21 mar. 2024.

IFPB. **Resolução-CS nº 05, de 23 de maio de 2018**. Convalida a Resolução-AR nº 40, de 29/11/2017 que dispõe sobre Regulamento de acesso aos profissionais do magistério nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do IFPB, em conformidade com a Lei nº 13.478/2017, por meio de Processo Seletivo Diferenciado – PSD, e dá outas providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/regulamentos/Arquivos/Resolucao052018PSD.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 08, de 23 de maio de 2018**. Convalida a Resolução-AR nº 05, de 08/02/2018 que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/bibliotecas/arquivos/Resolucao082018SistemaBibliotecas.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

IFPB. **Resolução *ad referendum* nº 25, de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre a aprovação da reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-25. Acesso em: 20 mar. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 16, de 02 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/sousa/assistencia-estudantil/documentos/resolucao-no-16-2018.pdf/view. Acesso em: 22 mar. 2024.

IFPB. **Resolução-CS nº 16, de 02 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pro-reitoria/prae/defe/principais-normas-e-legislacoes/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifpb.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

IFPB. **Resolução *Ad Referendum* nº 34, de 24 de setembro de 2018**. Altera a Resolução nº 158, de 15 dezembro de 2017, que dispõe sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-34/view. Acesso em: 25 mar. 2024.

IFPB. **Resolução-CS nº 44, de 19 de dezembro de 2018**. Convalida a Resolução-AR nº 13, de 06/04/2018 que dispõe sobre a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores para a educação básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-44. Acesso em: 25 mar. 2024.

IFPB. **Resolução-CS nº 54, de 19 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54. Acesso em: 17 jan. 2026.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 24, de 30 de abril de 2019**. Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-24. Acesso em: 23 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 60, de 12 de julho de 2019**. Convalida a Resolução-AR Nº 23, de 12/06/2019 que dispõe sobre alteração da Resolução-CS Nº 142, de 02/10/2015 que dispõe sobre as normas, critérios e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-60. Acesso em: 25 mar. 2024.

IFPB. **Resolução-CS nº 40, de 07 de agosto de 2019**. Convalida a Resolução-AR nº 19, de 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-cs-no-40-politica-de-internacionalizacao.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

IFPB. **Resolução-CS nº 51, de 01 de outubro de 2019**. Convalida a Resolução-AR Nº 27, de 02/08/2019 que dispõe sobre o Regulamento da aquisição, elaboração e produção de conteúdos e materiais didáticos escritos, audiovisuais e interativos para cursos, componentes curriculares e atividades ofertadas na modalidade a Distância. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-51/view. Acesso em: 06 jun. 2025.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 61, de 01 de outubro de 2019**. Dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/campinagrande/assuntos/estagio/documentos/resolucao_cs_61_2019_normas-de-estagio_ifpb.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

IFPB. **Resolução-CS nº 72, de 13 de dezembro de 2019**. Convalida a Resolução-AR nº 29, de 13/08/2019 que dispõe sobre o Regulamento da composição das atividades on-line, atividades presenciais e a constituição do quadro de notas dos cursos e componentes curriculares ofertados na

modalidade à distância no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-72. Acesso em: 17 jan. 2025.

IFPB. **Resolução nº 1/2020 - CONSUPER/REITORIA/IFPB, de 31 de março de 2020**. Convalida a Resolução-AR nº 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Línguas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-no-01-2020-politica-de-linguas.pdf. Acesso em: jan. 2026.

IFPB. **Nota Técnica PRE/REITORIA/IFPB nº 06, de 30 de junho de 2020**. Dispõe sobre as orientações e procedimentos para depósito dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Relatórios de Estágios (RE) no Repositório Institucional (RI) no âmbito do IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/nota-tecnica-6-2020-pre-reitoria-ifpb.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFPB. **Resolução 29/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**. Estabelece os procedimentos para desenvolvimento e registro de Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), durante o período de suspensão das atividades presenciais, no âmbito do IFPB, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2020/aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-29. Acesso em: 26 set. 2026.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020 – 2024**. João Pessoa: IFPB, 2021. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf/view. Acesso em: 10 dez. 2023.

IFPB. **Instrução Normativa 2/2021 - PRE/REITORIA/IFPB, de 18 de junho de 2021**. Institui e normatiza os procedimentos para elaboração do Plano de Disciplina dos Cursos de Graduação e outros procedimentos. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/instrucao-normativa-2-2021-pre-reitoria-ifpb-de18-de-junho-de-2021_-plano-de-disciplina.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 63, 16 de julho de 2021**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-63/view. Acesso em: 28 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 64, de 16 de julho de 2021.** Dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores (PQS) do IFPB (2020-2024). Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-no-64-2021.pdf/view. Acesso em: 18 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 79, de 22 de setembro de 2021**. Dispõe sobre o regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados

pelo IFPB e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/res-ar-no-79-2021-reg-competencias-1.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 82, de 18 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a alteração da Regulamentação da Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-no-82-2021.pdf/view. Acesso em: 29 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior AR nº 16, de 19 de maio de 2022**. Altera a Resolução AR nº 38, de 28 de setembro de 2020, e a Resolução 37, de 06 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Regulamento de admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial- PSE, e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/processos-seletivos-1/arquivos/resolucao-ar-16-2022-alteracao-do-pse.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 22, de 30 de junho 2022**. Convalida a Resolução AR 79/2–21 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-22/view. Acesso em: 22 mar. 2024.

IFPB. **Resolução AR nº 27/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 8 de julho de 2022**. Dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências. Disponível: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-27-2022-programa-de-nivelamento-e-aprimoramento-da-aprendizagem-pronapa.pdf/view. Acesso em: 24 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior AR nº 28, de 11 de julho de 2022**. Dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) quando previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de graduação e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-28-2022-regulamento-de-tcc-quando-previsto-no-ppc.pdf/view. Acesso em: 27 mar. 2024.

IFPB. **Resolução 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**. Convalidar a Resolução AR 84/2021 do Consuper que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pro-reitoria/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-34-2022-consuper-ifpb. Acesso em: 13 jan. 2026.

IFPB. **Resolução Conselho Superior *Ad Referendum* nº 38, 12 de setembro de 2022**. Regulamenta os procedimentos para o Programa de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PROMIFPB), e dá outras providências. Disponível em:

https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-no-38. Acesso em: 30 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 34, de 22 de setembro de 2022**. Convalida a Resolução AR 84/2021 do Consuper que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-34-2022-consuper-ifpb/resolucao-34-2022-curricularizacao-da-extensao-do-ifpb.pdf/view. Acesso em: 25 mar. 2024.

IFPB. **Resolução nº 2/2022 - CEPE/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 26 de dezembro de 2022**. Convalida Resolução-AR nº 01, de 13/10/2022, que dispõe sobre aprovação das alterações no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/cepe/resolucoes/2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-02. Acesso em: 17 jan. 2026.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 13, 23 de janeiro de 2023**. Convalida a Resolução *Ad referendum* n° 27 Conselho Superior, que dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-13/view. Acesso em: 24 mar. 2024.

IFPB. **Resolução Conselho Superior nº 18, de 17 de fevereiro de 2023**. Convalida a Resolução AR 5/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que dispõe sobre regulamento referente à oferta e registro das atividades complementares no currículo dos cursos de graduação do IFPB. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/10/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o_18-2023-Regulamento-atividades_complementares_no_curricul_g63G1S4.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

IFPB. **Resolução CONSUPER nº 21/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**. Convalida a Resolução AR 16/2022-CONSUPER, que altera a Resolução AR nº 38, de 28/09/2020, e a Resolução 37, de 06/11/2020, que dispõe sobre o Regulamento de admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2023/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-21. Acesso em: 13 jan. 2025.

IFPB. **Portaria Nº 2158 – REITORIA/IFPB**. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/ead/assuntos/pasta-legislacoes/normas-ifpb/portaria_2158-2023-moodl-presencial.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

IFPB. **Resolução 61/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**. Convalida a Resolução AR 17/2022 que dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pro-reitoria/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-no-61-2023-cs-ifpb/resolucao-61-2023. Acesso em: 13 jan. 2026.

IFPB. **Portaria 2158/2023 - REITORIA/IFPB, de 14 de novembro de 2023**. Institui o Sistema de Gestão da Aprendizagem, disponível em presencial.ifpb.edu.br, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem, exclusivo para execução de disciplinas, ou componentes curriculares, na modalidade educação a distância, em cursos presenciais, autorizados para uso da modalidade EaD, no âmbito do IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/ead/principais-normas-e-legislacao. Acesso em: 26 set. 2026.

IFPB. **Resolução AR 57/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 28 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação/diplomação de estudantes com necessidades específicas no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2023/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-no-57. Acesso em: 17 jan. 2026.

IFPB. **Resolução nº 6/2024 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**. Dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do Instituto Federal da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2024/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-06/view. Acesso em: 25 mar. 2024.

IFPB. **Resolução nº 9/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**. Aprova a Regulamentação das A1vidades dos Docentes (RAD), por regime de trabalho, no âmbito do Ins1tuto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/ead/assuntos/pasta-legislacoes/normas-ifpb/Resoluo92024RegulamentoparaaGestodasAtividadesDocentes.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

IFPB. **Resolução nº 17/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**. Dispõe sobre regulamento referente ao Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE), integrante da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2024/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-17. Acesso em: 29 nov. 2024.

IFPB. **Resolução AR 33/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 22 de outubro de 2024**. Dispõe sobre a alteração da Regulamento referente à Polí6ca de Capacitação e Qualificação dos servidores do Ins6tuto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2024/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-no-33. Acesso em: 17 jan. 2026.

IFPB. **Portaria 214/2025 - REITORIA/IFPB, de 10 de fevereiro de 2025**. Designa representantes da Comissão Própria de Avaliação - CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA das unidades deste Instituto Federal de Própria de Avaliação - CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

IFSC. **Livro - O papel do tutor na EaD e atuação no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.** Florianópolis: IFSC, 2017. Disponível em: https://moodle.ead.ifsc.edu.br/mod/book/tool/print/index.php?id=68836. Acesso em: 11 jul. 2025.

MACHADO, L. D.; MACHADO, E. de C. O papel da tutoria em ambientes de EAD. *In*: Congresso Internacional de Educação a Distância, 11, Salvador, 2004. **Anais** [...] 2004. p. 1-11.

MARTINS, J.; DETONI, D. J.. Principais atribuições dos tutores na EaD. *In*: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, 13, Buenos Aires, 2008. **Anais** [...], Florianópolis: UFSC, 2013. p.1-11. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113255. Acesso em: 11 jul. 2025.

MILL, D.; ABREU E LIMA, D.; LIMA, V. S.; TANCREDI, R. M. S. P. O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 2, n. 4, p. 112-127, ago./dez. 2008. Disponível em: https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/106/63. Acesso em: 11 jul. 2025.

NOBRE, C. V.; MELO, K. S. Convergência das competências essenciais do mediador pedagógico da EAD. *In*: Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 8, 2011, Ouro Preto. **Anais** [...] Ouro Preto: UFOP, 2011.

NOGUEIRA, R. C. C; BOTH, I. J. A importância do tutor em Educação a Distância (EaD). **Caderno Intersaberes**, v. 1, n. 1, p. 72-82, 2012. Disponível em: https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/162. Acesso em: 12 jul. 2025.

NUNES, V. B. O papel do tutor na educação a distância: como tem sido concebido pelas instituições de ensino. *In*: Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 19, Salvador, 2013. **Anais** [...] ABED, 2013. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2013/cd/41.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

PAIVA, J. da S.; GUERRA, M. das G. G. V. Avaliação dos cursos na modalidade a distância do IFPB: um caminho em construção. **Revista Principia**, João Pessoa, n. 55, p. 99-107, set. 2021. Disponível em: https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/4005. Acesso em: 13 jan. 2026.

TERRIBILI, A. Brasil tem formado menos professores(as). **SINPRO-DF**, 17 out. 2022. Disponível: https://www.sinprodf.org.br/menos-professores/. Acesso em: 08 mar. 2024.

APÊNDICE A – Ementário

Componentes Curriculares Obrigatórios

PENSAMENTO GEOGRÁFICO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

A evolução do pensamento geográfico. As bases epistemológicas da Geografia. O espaço geográfico como objeto de estudo da Geografia. A importância social do conhecimento geográfico. Os reflexos da construção científica do pensamento geográfico no ensino da Geografia.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: EDUFSC, 2011.
MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1999.

Bibliografia Complementar

CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
GOMES, P.C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.
MOREIRA, R. **Para onde vai o Pensamento Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2006.
SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 2008.
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CABRAL, J. R. dos S.; MORAIS, A. R. C.; LIMA, D. da C. A.; PALHARES, J. M. UMA ABORDAGEM SOBRE A EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA. **Revista Territorium Terram**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 633–648, 2023. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/5273. Acesso em: 1 mar. 2024.
FERREIRA CRUZ, Ewerton; MARTINEZ, José Henrique Izidoro Apezteguia; SILVA, Glaycon de Souza Andrade e; EUSTÁQUIO, Gleyber. Da Geografia primitiva à pré-grega: a importância da epistemologia no ensino de Geografia. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, *[S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 1–16, 2022. DOI: 10.51359/2594-9616.2022.250177. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/250177. Acesso em: 1 mar. 2024.

RODRIGUEZ, J. M.; SÁNCHEZ VINCENS, R. HISTORIA DO PENSAMENTO GEOGRAFICO. **GEOgraphia**, v. 19, n. 39, p. 103-106, 22 mai. 2017.

Observações
-

GEOLOGIA GERAL							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Vinicius Anselmo Carvalho Lisboa						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Fornecer noções básicas sobre os princípios fundamentais e históricos da Geologia; estrutura e constituição da Terra; conceito de mineral e rocha; Geologia estrutural (falhas e dobras); Teoria da Tectônica de Placas; Processos endógenos (plutonismo e metamorfismo) e exógenos (vulcanismo, intemperismo e sedimentação); Tempo Geológico; uso dos fósseis na Geologia (noções de Paleontologia); evolução da crosta terrestre (Geologia histórica); e aplicações com áreas afins.

Bibliografia Básica

GROTZINGER, J.; JORDAN, T. **Para entender a Terra**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
TEIXEIRA, W. *et al*. **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2009.
WICANDER R.; MONROE J. S. **Fundamentos de Geologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Bibliografia Complementar

CLARK, S. P. **Estrutura da terra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
EICHER, D. L. **Tempo geológico**. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
ERNST, W. G. **Minerais e rochas**. São Paulo: Edgard Blücher, 1971.
MCALESTER, A. L. **História geológica da vida**. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.
SKINNER, B. J.; PORTER, S. C.; PARK, J. **Dinâmica da Terra**: Uma Introdução à Geologia Física. Porto Alegre: Bookman, 2011.
TARBUCK, E. J.; LUTGENS, F. K.; TASA, D. **Ciências da Terra**: Uma Introdução à Geologia Física. Porto Alegre: Bookman, 2017.
LEVIN, H. L. **A Terra**: Evolução do Planeta e do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SOARES, R. C.; DE OLIVEIRA LOPES, L. S.; SOUZA, O. M.; ANTUNES, M. R. V. Geologia geral nos cursos de geologia e geografia: uma cooperação possível. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, p. 3439-3448, 2017. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1973. Acesso em: 02 set. 2024.

Observações

-

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Virna Lúcia Cunha de Farias						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Prática de leitura, interpretação, escrita e divulgação de textos científicos: planejamento, produção de textos e apresentação formal. Domínio das habilidades linguísticas de expressão oral e escrita, considerando a norma padrão da língua. Desenvolvimento da Argumentação: estratégias argumentativas e operadores argumentativos. Análise de textos acadêmicos: esquemas, resumos, resenhas, artigos científicos. Produção e desenvolvimento de paráfrase, resumos, esquemas, resenha descritiva e crítica e artigo científico.

Bibliografia Básica

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever:** estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2011.
MACHADO, A. R.; LOUSADO, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

Bibliografia Complementar

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**: leitura e redação. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.
KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2007.
MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resumo** – leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resenha** – leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
MEDEIROS, J. B. **Redação científica** – a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

Buscar-se-á trabalhar textos que tratem de conteúdos geográficos, além dos conteúdos obrigatórios, expostos no item 2.11 (educação ambiental, direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena).

INFORMÁTICA INSTRUMENTAL							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Introdução à informática; História dos computadores; Componentes de um computador; Processador; Memória; Dispositivos de Entrada e Saída; Informação e a sua Representação; *Software* e suas classificações; Sistemas Operacionais (Windows ou Linux); Processadores de textos (Microsoft Word, Google Documentos ou Libre Office Writer); Planilhas eletrônicas (Microsoft Excel, Google Planilhas ou Libre Office Calc); Editores de apresentações gráficas (Microsoft PowerPoint, Google Apresentações ou Libre Office Impress).

Bibliografia Básica

FERREIRA, Maria Cecília. **Informática Aplicada.** 2. ed. São Paulo: Érica, 2014. 160 p.
VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática:** conceitos básicos. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 389 p.
NORTON, Peter; RATTO, Maria Claudia Santos Ribeiro (Trad.). **Introdução à informática.** São Paulo: Pearson, 1997. 619 p.

Bibliografia Complementar

SILVA, Mário Gomes da. **Informática:** terminologia: Microsoft Windows 7, Internet, Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2011. 304 p.
ERCÍLIA, Maria; GRAEFF, Antonio. **A Internet.** 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008. 121 p.
MORIMOTO, Carlos Eduardo. **Linux:** Guia Prático. Porto Alegre: Sul Editores, 2009. 719 p.
BARROS, Fernando. **Confrontos e contrastes regionais da ciência e tecnologia.** Brasília: Universidade Federal de Brasília, 1999. 137 p.
TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação:** novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 9 ed. São Paulo: Érica, 2012. 224 p.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Informática na Educação: Teoria e Prática. Rio Grande do Sul, 1998-. ISSN. 1982-1654. Quadrimestral.
Revista de Informática Teórica e Prática. Rio Grande do Sul, 2010-. ISSN. 2175-2745. Semestral.

Observações

-

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	15 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	15 h/r	**Prática**	-	**EaD**	15 h/r	**Extensão**	-

Ementa

História e evolução da Educação a Distância (EaD) no Brasil. Conceitos da EaD. EaD e sua regulamentação no Brasil. Tecnologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido por meio da EaD. Possibilidades e desafios na EaD.

Bibliografia Básica

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

BRASIL. **Decreto n° 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639. Acesso em: 20 jan. 2026.

SEIXAS, M. M. F. P. **Fundamentos da educação a distância**. João Pessoa: Editora IFPB, 2024. v. 2. Disponível em: http://editora.ifpb.edu.br/ifpb/catalog/book/488. Acesso em: 20 jan. 2026.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639. Acesso em: 06 jun. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025**. Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-506-de-10-de-julho-de-2025-641610361. Acesso em: 16 jan. 2025.

HACK, J. R. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. Disponível em: https://antigo.uab.ufsc.br/portugues/files/2012/04/livro-introdu%C3%A7%C3%A3o-a-EAD.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)
HERMIDA, J. F.; BONFIM, C. R. de S. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, v. 166, p. 181, 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. Disponível em: https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/index. Acesso em: 20 jan. 2026.

Observações
-

POLÍTICAS EDUCACIONAIS							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	33 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	-						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33 h/r	**Prática**	-	**EaD**	33 h/r	**Extensão**	-

Ementa

Introdução às Políticas Educacionais. História das Políticas Educacionais no Brasil. Legislação Educacional Brasileira. Políticas de Inclusão e Diversidade. Políticas de Avaliação e Qualidade Educacional. Políticas de Financiamento da Educação. O Papel do Estado e da Sociedade Civil na Educação. Desafios Contemporâneos nas Políticas Educacionais. Políticas de Avaliação e Qualidade Educacional.

Bibliografia Básica

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018.
SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.
GADOTTI, Moacir. **Política Educacional no Brasil**: Análise e Perspectivas. São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
FÁVERO, Osmar. **História das políticas educacionais no Brasil:** *1822-2022*. São Paulo: Unesp, 2022.
BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto. **Políticas Públicas de Educação e Diversidade Cultural**. Porto Alegre: Penso, 2019.
LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 3. ed. Goiânia: Alternativa, 2016.
SOUZA, Marilene Proença Rebello. **Políticas educacionais e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/. Acesso em: 19 jun. 2025.

Observações

Dentre os temas obrigatórios, apresentados no item 2.11, a disciplina abordará, sobretudo, a Política de educação das relações étnico-raciais, a Política de educação ambiental e a Política de educação em direitos humanos.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Marcelo Silva de Andrade						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	50 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Leitura e análise do Projeto Político Pedagógico da escola. Observação e análise do funcionamento da escola. Produção de relatório.

Bibliografia Básica

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICONEZ, Stela Bertholo (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 1991.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
TARDIF, Maurice. **Saberes docente e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2000.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: ensino médio. Brasília: MEC, 2018.
CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula**. 9. ed. 3ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2015.
CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2014.
MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025
Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações

-

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	67 h/r	**Extensão**	-

Ementa

Práticas educacionais e modelos formativos em diferentes contextos históricos: Antiguidade, Medievo, Primeira Modernidade, Sociedade Industrial Disciplinar. A história da educação no Brasil. As diferentes práticas educativas na Colônia. Educação, construção da identidade nacional e exclusão social no Império. A escolarização como projeto nacional na Primeira República. O projeto da "Escola Nova". Trabalhismo e educação no governo Vargas. Educação em tempos da redemocratização e desenvolvimentismo. Dominação e resistência na educação durante o período da Ditadura Militar. Desafios da educação brasileira na Nova República.

Bibliografia Básica

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2014.

Bibliografia Complementar

SAVIANI, Demerval *et al*. **O legado da educação do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Demerval *et al*. **O legado educacional do século XIX**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil** (Volume 1 – Séculos XVI-XVIII). 6. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2014.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil** (Volume 2 – Século XIX). 5. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2014.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil** (Volume 3 – Século XX). 4. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. História da educação da população negra no Brasil e a produção discente sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014**). Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, p. 1-23, 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/54469. Acesso em 7 dez. 2023.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 328-375, maio/ago. 2006. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dGYwqHWMsW9qcp8WxJ6q9yP/?lang=pt. Acesso em: 7 dez. 2023.

IVASHITA, Simone. Fontes para a história da educação: a importância dos arquivos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas-SP, v. 14, n. 58, p. 68–77, 2015. DOI: 10.20396/rho.v14i58.8640379. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640379. Acesso em: 7 dez. 2023.
RODRIGUES, Manuel Ferreira. Cultura material e reflexão epistemológica para renovação da História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 1-27, 2018. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42976. Acesso em: 7 dez. 2023.
SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas-SP, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em https://www.fe.unicamp.br/lancamentos/histedbr-line-v-agosto2006-n-especial-2006. Acesso em: 7 dez. 2023.

Observações

Dentre os temas obrigatórios, exibidos no item 2.11, a disciplina abordará, de maneira transversal, a Política de educação das relações étnico-raciais e a Política de educação em direitos humanos.

FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Marcelo Silva de Andrade						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Introdução à Filosofia e à Sociologia. Destacar a importância da reflexão filosófica e sociológica para o processo educativo. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Diretrizes Nacionais para a Educação em direitos humanos. As principais correntes filosóficas e sociológicas da educação. Educação e Sociedade. As concepções de ser humano e de sociedade em diferentes filósofos e sociólogos. Educação e Emancipação. Analisar aspectos macro e microssociológicos da prática educativa. A educação na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar**: o ser, o conhecimento, a linguagem. 36. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.
DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 4. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.
FIGUEIREDO, Vinícius. **Seis filósofos na sala de aula**. São Paulo: Berlendis & Vertechia, 2006.

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995.
LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
PAGANI, Pedro Angelo; SILVA, Divino José (organizadores). **Introdução à filosofia da educação**: temas contemporâneos e história. São Paulo: Avercamp, 2007.
SOUZA, João Valdir Alves de. **Introdução à Sociologia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DANNER, Leno Francisco. Pensando sobre educação e política: Sócrates, Platão e Aristóteles, ou sobre as bases da educação ocidental – uma contribuição para o caso brasileiro. **SABERES**, Natal – RN, v. 2, n.5, ago. 2010.
FERNANDES, Ângela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea**. Caderno Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010.
SILVA, Enrico Paternostro Bueno da. Educação e reprodução social: de Durkheim a Bourdieu. **Rev. Cienc. Educ., Americana**, ano XXIII, n. 48, p. 1-23, 202.
SANTOS, Ivone Laurentino dos. Por uma pedagogia dos direitos humano em Paulo Freire. **Revista OLHARES**, v. 9, n. 3–Guarulhos, novembro de 2021.
SOUZA, Iael de. Sociologia da educação: as relações de produção entre o modo de produção capitalista e os modos de educar. **Contexto e Educação**. Editora Unijuí. Ano 30. N° 96. Maio/agosto, 2015.

Observações

Dentre os temas obrigatórios, expostos no item 2.11, a disciplina trabalhará, especialmente, a política de educação em direitos humanos.

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Introdução à Psicologia. Teorias da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Fatores que influenciam no desenvolvimento. Princípios e Fases do desenvolvimento humano (infância, adolescência e adulta). Abordagens teóricas da Psicologia da Educação e suas interfaces para o ensino e a aprendizagem escolar. Temas contemporâneos da Psicologia da Educação de interesse do cotidiano escolar.

Bibliografia Básica

BEE, Helen; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L.T. **Psicologias***:* uma introdução ao estudo de Psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

WOOLFOLK, Anita. **Psicologia educacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

Bibliografia Complementar

LUIZ, Fernanda Bordignon; LUCA, Gabriel Gomes de; FONSECA, Fabiana Bechara. **Psicologia da educação**. 2. ed. Curitiba: Fael, 2018.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary Nascimento. **Psicologia da aprendizagem**. 3. ed. rev. Fortaleza: EdUECE, 2015. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431616/2/Livro_Psicologia%20da%20Aprendizagem.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da aprendizagem:** da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2021.

SANTROCK, John W. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: AMGH, 2018.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

PRADO NETTO, A.; COSTA, O. S. A importância da psicologia da aprendizagem e suas teorias para o campo do ensino-aprendizagem. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 27, n. 2, p. 216–224, 2017. DOI: 10.18224/frag.v27i2.4495. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4495. Acesso em: 30 ago. 2024.

Observações

-

GEOGRAFIA DO ESPAÇO MUNDIAL							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

O espaço geográfico mundial e suas múltiplas configurações. Continentes: a regionalização do mundo a partir da base físico-territorial. A divisão do mundo em oriente e ocidente. Guerra Fria e o mundo bipolar. A nova ordem mundial. A regionalização Norte-Sul. Geografia do Desenvolvimento-Subdesenvolvimento: a divisão do mundo a partir dos diferentes estágios de desenvolvimento. Teoria do sistema-mundo: os países centrais, periféricos e semiperiféricos.

Bibliografia Básica

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Bibliografia Complementar

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

COSTA, Wanderley Messias da; GARCIA, Tatiane de Souza Leite (org.). **América do Sul**: geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais. São Paulo: Edições FFLCH/USP, 2022. E-book. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/823. Acesso em: 08 dez. 2023.

DURAND, Marie-Françoise; COPINSCHI, Philippe; MARTIN, Benoit; PLACIDI, Delphine. **Atlas da Mundialização:** Compreender o Espaço Mundial Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2013.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DANTAS, Aldo. GEOGRAFIA E EPISTEMOLOGIA DO SUL NA OBRA DE MILTON SANTOS. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 3, p. 49-61, set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/HvTh6cbKcYr83RpVXBjgGLv/#. Acesso em: 08 dez. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, n. 3, jan./jul. 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553781/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf. Acesso em: 08 dez. 2023.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, n. 1, 1998. Tradução de Henrique Carneiro. Disponível em: https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf. Acesso em: 08 dez. 2023.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, V, p. 95-108, 2015. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6582409. Acesso em: 08 dez. 2023.

Observações
-

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Marcelo Silva de Andrade						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	50 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Observação e análise do ambiente escolar. O exercício do olhar e do refletir sobre a prática docente. Produção de relatório.

Bibliografia Básica

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICONEZ, Stela Bertholo (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas – SP: Papirus, 1991.
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2005.
TARDIF, Maurice. **Saberes docente e formação profissional**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2000.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: ensino médio. Brasília: MEC, 2018.
CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula**. 9. ed. 3ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2015.
CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensino de geografia na escola**. Papirus Editora, 2014.
MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025
Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações

-

HISTÓRIA DAS CULTURAS AFRICANAS, AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	João Ricardo Ferreira Pires						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	67 h/r	**Extensão**	-

Ementa

Análise da importância cultural das contribuições de africanos e de povos originários das Américas para a contemporaneidade. Apresentação e contextualização de elementos históricos da África, do Brasil Africano e dos Povos Indígenas do Brasil. Introdução a discussão Decolonial no mundo contemporâneo. Aprofundamento das implicações metodológicas e pedagógicas na Educação Básica das temáticas Afro-Brasileira e Indígena. Discussão e aplicação de atividades de extensão.

Bibliografia Básica

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Ensinar História afro-brasileira e indígena no século XXI**: a diversidade em debate. Curitiba: Appris, 2019. 358 p. (Educação, tecnologias e transdisciplinaridade.). ISBN 9788547324490 (broch.).

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. 3. ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2012. 109 p. ISBN 9788581840246 (broch.).

SILVÉRIO, Valter Roberto; ROCHA, Maria Corina; BLANCO RINCÓN, Marian; BARBOSA, Muryatan Santana. **Síntese da coleção História geral da África**. [redação v.1 Maria Corina Rocha, Mariana Blanco Rincon, Muryatan Santana Barbosa; redação v.2 Maria Corina Rocha, Muryatan Santana Barbosa]. Brasília: Unesco, 2013. 2 v.

Bibliografia Complementar

BERNARDINO, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 366 p. (Coleção cultura negra e identidades). ISBN 9788551303375.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/historia. Acesso em 19 fev. 24.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 729 p. ISBN 9788535926200.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2015. 175 p. ISBN 9788508168064 (broch.).

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

África: Revista do Centro de Estudos Africanos (São Paulo, CEA-USP). Disponível em: https://www.revistas.usp.br/africa/index. Acesso em: 19 fev. 24

Afro-Ásia: Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais (Salvador, CEAO-UFBA). Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia. Acesso em: 19 fev. 24.

Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afrobrasileiros (São Luís, UFMA). Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/index. Acesso em: 19 fev. 24.

Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana (São Paulo, NEACP-USP). Disponível em: https://www.revistas.usp.br/sankofa/issue/view/13090. Acesso em: 19 fev. 24.

Maloca: Revista de Estudos Indígenas (UNICAMP). Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/index. Acesso em: 19 fev. 24.

Observações

Dentre os temas obrigatórios, apresentados no item 2.11, a disciplina abordará, principalmente, a Política de educação das relações étnico-raciais e o Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**		83 h/r	
Pré-Requisitos	-						
Docente	João Ricardo Ferreira Pires, Marcelo Silva de Andrade						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	83 h/r

Ementa

Diversidade étnico-racial, diversidade de gênero e sexo, diversidade religiosa e diversidades de faixa geracional. Discriminação, racismo e identidade no Brasil. Políticas afirmativas. Educação das Relações Étnico-Raciais. Educação de Pessoas com Deficiência. Direitos Humanos.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2010. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/orientacoes_acoes_miolo.pdf. Acesso em: 23 mai. 25.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Educação e diversidade**. Curitiba: Ed. InterSaberes, 2012.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Renato Emerson dos (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.

SILVA, Karla Fernada Wunder; KRAEMER, Graciele Marjana; LOPES, Luciane Bresciani (org.). **A educação das pessoas com deficiência.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Em Favor de Igualdade Racial. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/index. Acesso em: 23 mai. 2025.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

Revista Brasileira de Educação e Diversidades. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/rbed/information/librarians. Acesso em: 23 mai. 2025.

Revista de Estudos em Educação e Diversidade. Disponível em: https://www.uesb.br/noticias/revista-de-estudos-em-educacao-e-diversidade-submissao-de-trabalhos/. Acesso em: 23 mai. 2025.

Revista Brasileira de Extensão Universitária. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU. Acesso em: 15 jun. 2025.
A Revista Latino-Americana de Diversidade e Inclusão – RELADI. Disponível em: https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/reladi/about. Acesso em: 23 mai. 2025.
Revista Brasileira de Educação Especial. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/. Acesso em: 23 mai. 2025.

Observações

Dentre os temas obrigatórios, indicados no item 2.11, a disciplina abordará, especialmente, a Política de educação das relações étnico-raciais, o Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e a Política de educação em direitos humanos mediante projeto de extensão a ser desenvolvido em parceria com instituição de Educação Básica.

DIDÁTICA GERAL							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

O conceito de Didática. A evolução histórica da Didática. O pensamento didático brasileiro. A importância da Didática na construção do processo de ensino e aprendizagem e da formação, construção da identidade e prática docente. O currículo e a prática docente. O planejamento escolar. Metodologias de ensino. Contexto, funções, referenciais e instrumentos da avaliação no processo de ensino e aprendizagem. Concepções, pressupostos e metodologias das modalidades da Educação Básica.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: ensino médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/bncc-2013-ensino-medio. Acesso em: 28 jun. 2025.
CANDAU, V. M. (org). **Rumo a uma nova didática**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção Magistério. Série Formação do professor).
SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

Bibliografia Complementar

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. ver., reimp. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. Coleção educação contemporânea.
HAYDT, R. C. C. **Curso de Didática Geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.
SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
VEIGA, I. P. A. **Repensando a Didática**. 21. ed. rev. Campinas: Papirus, 2004.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MOEHLECKE, S. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39-58, 2012.
VIANNA, H. M. Avaliação de programas educacionais: duas questões. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 43-45, 2005.

Observações

-

ESTATÍSTICA APLICADA À GEOGRAFIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Luiz Silva de França						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Conceito de população e amostra, métodos de amostragem, determinação do tamanho da amostra. Medidas de Tendência central. Medidas de dispersão e variabilidade. Aplicação de métodos para coleta, organização e interpretação de dados qualitativos e quantitativos. Tabelas e gráficos de distribuição de frequências. Intervalo de confiança para a média, erro padrão. Variância, desvio padrão e coeficiente de variação. Métodos Paramétricos e Não-paramétricos usados na inferência sobre populações através de amostras: testes de comparação entre médias, análise de variância, testes de comparação entre proporções. Correlação e regressão linear. Uso do QGIS, GeoDa, Excel e pacotes estatísticos, análise dos resultados.

Bibliografia Básica

LANDIM, Paulo Milton Barbosa. **Análise estatística de dados geológicos multivariados**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton O. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2013.
PIMENTEL-GOMES, Frederico; GARCIA, Carlos Henrique. **Estatística aplicada a experimentos agronômicos e florestais**: exposição com exemplos e orientações para uso de aplicativos. Piracicaba: FEALQ, 2002.

Bibliografia Complementar

ANDRIOTTI, José Leonardo Silva. **Fundamentos de estatística e geoestatística**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013.
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUNBELE, Norma F. **Estatística aplicada à engenharia**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
ROGERSON, Peter A. **Métodos estatísticos para Geografia**: um guia para o estudante. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
YAMAMOTO, J. K. **Estatística, Análise e Interpolação de Dados Geoespaciais**: 50 Scripts em R. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MATSUMOTO, P. S. S.; FLORES, E. F. Estatística espacial na Geografia: um estudo dos acidentes de trânsito em Presidente Prudente – SP. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 12, 2012. DOI: 10.35416/geoatos.v1i12.1755. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/1755. Acesso em: 3 set. 2024.

Observações
-

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Djair Alves de Melo						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	67 h/r	**Extensão**	-

Ementa

Ciência e métodos científicos. Tipos de conhecimentos. Métodos e técnicas de pesquisa. Pesquisa e análise qualitativa e quantitativa. Tipos de trabalhos científicos. Pesquisa (conceitos, tipos, instrumentos). Ética e Pesquisa. O projeto de pesquisa. Artigo científico. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. Teoria do conhecimento e realidade objetiva. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, pp. 73-86.

SPOSITO, Eliseu Savério. A questão do método e a crítica do conhecimento. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, pp. 13-72.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Trabalho de Campo: uma ferramenta do geógrafo. **Geousp**, São Paulo, n. 2, p. 85-89, 1997. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123246/119601. Acesso em: 01 abr. 2024.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Os caminhos da pesquisa de campo em Geografia. **Geousp**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 93-97, 1997. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123230/119587. Acesso em: 01 abr. 2024.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 2001. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/351/333. Acesso em: 01 abr. 2024.

Observações

-

GEOGRAFIA DO BRASIL							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Formação territorial do Brasil. Os ciclos econômicos e a formação do território brasileiro. Características gerais do território brasileiro. Diferentes possibilidades de regionalização do território brasileiro. As desigualdades regionais. Território brasileiro no período contemporâneo: permanências, mudanças e contradições.

Bibliografia Básica

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editora, 2012.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org). **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Bibliografia Complementar

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. **A geografia do Brasil na educação básica**. 2010. 206f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/server/api/core/bitstreams/65f21a1c-efd3-40a0-9289-d9b73e18aac0/content. Acesso em: 10 dez. 2023.

CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil**: Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2018.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n. 375). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1741. Acesso em: 10 dez. 2023.

MONTEIRO NETO, Aristides. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 9, p. 67-81, jun. 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5582/1/BRU_n09_desigualdades.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 83, p. 7-32, 2017. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/760/641. Acesso em: 10 dez. 2023.

Observações
-

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	João Ricardo Ferreira Pires						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	50 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Observação e análise de aulas no Ensino Fundamental Anos Finais. Elaboração de relatório.

Bibliografia Básica

CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica**: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2006.
PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.
PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula.** 9. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.
CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. E**nsino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.
CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MARTINS, Rosa Elisabete Militz W.; TONINI. Ivaine Maria. A importância do estágio supervisionado em Geografia na construção do saber/fazer docente. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n.3, p. 98-106, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/21000. Acesso em: 08 mar. 2024.
Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025
Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações

-

GEOGRAFIA AGRÁRIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

A questão agrária brasileira. O debate paradigmático: questão agrária e capitalismo agrário. Desenvolvimento do capital no campo. Modernização da agricultura e suas repercussões. As transformações recentes no campo e na agricultura brasileira. Relação campo-cidade. Territórios em disputa: agricultura capitalista *versus* agricultura camponesa. Movimentos sociais rurais e a luta pela terra. Reforma agrária.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (org.). **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/nera/ltd/geografiaagraria_2007.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

Bibliografia Complementar

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. Disponível em: https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura brasileira**: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org). Geografia do Brasil. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em: https://mst.org.br/download/brava-gente-a-trajetoria-do-mst-e-a-luta-pela-terra-no-brasil/. Acesso em: 11 dez. 2023.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, p. 1-21, set. 2011. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 14–30, ago. 2006. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11793. Acesso em: 11 dez. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, Buenos Aires, n. 24, p. 73-85, out. 2008. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/13865/1/OSAL24.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185–206, set. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/. Acesso em: 11 dez. 2023.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas-MS, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339/854. Acesso em: 11 dez. 2023.

Observações

No contexto da análise acerca dos desdobramentos ambientais gerados pela modernização do campo, abordar-se-á a política de educação ambiental como instrumento para a conscientização ambiental. Nas discussões sobre a questão agrária e os conflitos no campo, será trabalhada, de forma transversal, a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena.

CLIMATOLOGIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docentes	Jandeilson Alves de Arruda						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Objetivos e campos de estudos da Climatologia em Geografia. A Atmosfera terrestre: composição, massa e estrutura. Balanço de radiação na atmosfera. Elementos do clima e seus fatores de variação espacial: temperatura, umidade e pressão. Circulação atmosférica. Classificações climáticas: abordagens. Distribuição dos climas do mundo. Climas do Brasil. Interações e repercussões das atividades humanas com o clima. Variações e mudanças climáticas.

Bibliografia Básica

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012.
CAVALCANTI, I. F. et al. (org.) **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
MENDONÇA, F., DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
PETERSON, J. F.; SACK, D.; GABLER, R. E. **Fundamentos de Geografia Física**. São Paulo: Cengage Leaarning, 2014.

Bibliografia Complementar

BARRY, Roger G. **Atmosfera, tempo e clima.** Porto Alegre Bookman 2012.
CHRISTOPHERSON, R. W. **Geossistemas**: uma introdução à geografia física. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
CONTI, J. B. **Clima e Meio Ambiente**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2011.
VAREJÃO SILVA, M. **Meteorologia e Climatologia**. Brasília: Ministério da Agricultura/INMET, 2000.
VIANELLO, R. L; ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa: UFV, 1991.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BEZERRA PAIVA GOMES, Flávia Ingrid Bezerra Paiva Gomes; MARIA ELISA ZANELLA. Histórico, causas e características da semiaridez do Nordeste do Brasil. **Geografares**, *[S. l.]*, v. 3, n. 37, p. 209–233, 2023. DOI: 10.47456/geo.v3i37.41515. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/41515. Acesso em: 08 mar. 2024.
GERALDO, A. F.; MELLO, N. G. da S. Principais sistemas atmosféricos atuantes sobre a região nordeste do brasil e a influência dos oceanos pacífico e atlântico no clima da região. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 1, n. 1. 2005.
GOMES, F. I. B. P; ZANELLA, M. E. Reflexões acerca dos impactos naturais e sociais esperados em decorrência das mudanças climáticas no semiárido brasileiro. **Journal of Hyperspectral Remote Sensing**, v. 11, n. 6, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/jhrs/issue/view/3299. Acesso em: 08 mar. 2024.

Observações

A política de educação ambiental será trabalhada enquanto instrumento importante para conscientizar a população a respeito das questões ambientais, especialmente no que se refere às mudanças climáticas.

ENSINO DE GEOGRAFIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Reflexão sobre a formação inicial do professor em Geografia, os saberes, o seu papel e as práticas de ensino. Objeto do ensino de Geografia na escola básica. Presunções metodológicas para a construção dos conceitos geográficos na geografia escolar. A compreensão sociocultural e o ensino de Geografia. O processo ensino-aprendizagem a partir dos fundamentos metodológicos da Geografia. Orientações curriculares para o ensino de Geografia. Planejamento, organização e seleção dos conteúdos. Metodologias, estratégias e recursos aplicados ao ensino de Geografia.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, R. D.; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico**: ensino e representação. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAN, J.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2011.

VESENTINI, J. W. (org.). **O ensino de geografia no século XXI.** Campinas: Papirus, 2015.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, R. D de (org). **Novos rumos da cartografia escolar**: currículo, linguagens e tecnologia. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: ensino médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/bncc-2013-ensino-medio. Acesso em: 28 jun. 2025.

CARLOS, A. F. A. (org.). **A geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Ensino da geografia**: caminhos e encantos. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2016.

CAVALCANTI, L. S. O **ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2015.

COPATTI C. **Geografia(s), professor(es) e a construção do pensamento pedagógico-geográfico coleção educação e geografia**. Curitiba: CRV, 2020.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (org.). **Geografia em perspectiva**: ensino e pesquisa. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CALLAI, H. C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, v. 70, p. 9-30, 2018.
MANFIO, V.; SEVERO, M. D.; WOLLMANN, C. A. Educação e Geografia Escolar: os Dilemas, Desafios e o Papel do Professor na Construção do Conhecimento. **Revista Perspectiva Geográfica**. v. 11, n. 14, p. 63-73, 2016.
REGO, N.; COSTELLA, R. Z. Educação geográfica e ensino de geografia, distinções e relações em busca de estranhamentos. **Signos geográficos: Boletim NEPEG de Ensino de Geografia**, v.1, p.1-15, 2019.
Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025
Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações

A educação ambiental, a educação em direitos humanos e a educação das relações étnico-raciais serão tratadas a partir de uma perspectiva transversal. Além disso, serão discutidas possibilidades para os futuros professores de Geografia abordarem esses temas em sala de aula.

CARTOGRAFIA I							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Luiz Silva de França						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Estudo dos fundamentos da cartografia, abrangendo conceitos básicos, tipos de mapas, escalas, coordenadas geográficas, orientação e simbologia. Introdução às projeções cartográficas, sistema UTM, declinação magnética e convergência meridiana. Prática em perfis topográficos e construção de mapas temáticos. Aplicações da Cartografia Sistemática Brasileira.

Bibliografia Básica

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 143 p.
MARTINELLI, Marcello. **Cartografia temática:** caderno de mapas. São Paulo: EDUSP, 2003. 176 p.
OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário Cartográfico**. IBGE: Rio de Janeiro, 1993. 645 p.
OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de Cartografia Moderna**. IBGE: Rio de Janeiro, 1993.
SAMPAIO, Tony Vinicius Moreira. **Cartografia temática.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018.
SILVEIRA, Ricardo Michael Pinheiro. **Cartografia temática.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. 236 p.

Bibliografia Complementar

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2022. 3 v. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/41-41-historia_do_brasil_nos_velhos_mapas_tres_volumes_. Acesso em: 22 mai. 2025.
LOPES, Jonathan Felix Ribeiro. **Cartografia histórica e geopolítica do espaço brasileiro no contexto da colonização da América do Sul (séculos XVI-XVIII).** Brasília: Receita Federal do Brasil, 2023. Disponível em: https://biblioteca.geografia.blog.br/2023/11/chgebccasrfb2023.html. Acesso em: 22 mai. 2025.
LOBÃO, Jocimara Souza Britto; OLIVEIRA, Ana Isabel Leite; OLIVEIRA JUNIOR, Israel de (org.). **Cartografia social: (re)descobrindo saberes**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022. 500 p. ISBN 978-65-89524-04-5. Disponível em: https://books.scielo.org/id/bsx4q. Acesso em: 22 mai. 2025.
NUNES, Christian *et al*. **A cartografia social e o mapeamento participativo na análise do espaço geográfico**. Belém: GAPTA-UFPA, 2021. ISBN 978-65-994316-0-9. Disponível em: https://clubedeautores.com.br/livro/a-cartografia-social-e-o-mapeamento-participativo-na-analise-do-espaco-geografico. Acesso em: 22 mai. 2025.
RIZZATTI, Maurício; BECKER, Elsbeth Léia Spode; CASSOL, Roberto. **Breve história da cartografia:** dos povos primitivos ao Google Earth. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/livro/historia-cartografia/. Acesso em: 22 maio 2025.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo. Acesso em: 14 jun. 2025.
Revista Brasileira de Cartografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia. Acesso em: 14 jun. 2025.
Revista Brasileira de Geografia Física. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe. Acesso em: 14 jun. 2025.

Observações
Aborda cartografias indígenas e afro-brasileiras, direitos humanos e temas ambientais.

RECURSOS HÍDRICOS							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Igor Torres Reis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50 h/r	**Prática**	-	**EaD**	50 h/r	**Extensão**	-

Ementa

Aspectos conceituais do gerenciamento de recursos hídricos. Monitoramento Quantitativo e Qualitativo de Recursos Hídricos. Alocação de Recursos Hídricos. Outorga e Cobrança de Recursos Hídricos. Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos: Secas e Enchentes. Agências de Água. Comitês de Bacias Hidrográficas. Instrumentos econômicos aplicados à gestão de recursos hídricos. Planos de Recursos Hídricos. Bancos de dados de recursos hídricos.

Bibliografia Básica

GHEYI, H. R.; PAZ, V. P. S.; MEDEIROS, S. S.; GALVÃO, C. O. **Recursos Hídricos e Regiões Áridas e Semiáridas** – estudos e aplicações. Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, 2011. 258p.
MILLER JR, G. T. **Ciência Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil** – capital ecológico, uso e conservação. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. 748p.

Bibliografia Complementar

MANCUSO, P. C.; SANTOS, H. F. **Reúso de Água**. Barueri, SP: Manole, 2003. 579p.
MIERZWA, J. C.; HESPANHOL, I. **Água na Indústria**: uso racional e reuso. São Paulo, SP: Editora Oficina de Textos, 2005. 339p.
ROCHA, A. P. T.; ABREU, B. S.; FURTADO, D. A.; BARACUHY, J. G. V.; FERNANDES NETO, S. **Manejo ecológico integrado de bacias hidrográficas no semiárido brasileiro**. v. 1. Campina Grande: EPGRAF, 2011. 332p.
ROCHA, A. P. T.; ABREU, B. S.; FURTADO, D. A.; BARACUHY, J. G. V.; SANTOS, R. T.; FERNANDES NETO, S. **Manejo ecológico integrado de bacias hidrográficas no semiárido brasileiro**. v. 2. Campina Grande: EPGRAF, 2012. 511p.
SOUZA, L. C.; CORDEIRO, S. L. **Água e sua proteção**. Curitiba: Juruá, 2012. 146p.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CARVALHO, A. DE; MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. Revista Brasileira de Recursos Hídricos (RBRH): análise dos estudos recentes sobre recursos hídricos e suas conexões com a geografia física. **Revista Geografias**, *6*(2), p. 118–133, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13300. Acesso em: 30 mar. 2024.
PORTELA, N. F.; BRAGA, T. M. Conflitos federativos em gestão de recursos hídricos no Brasil: reflexões a partir do caso da bacia do rio Macaé (RJ). ***Revista Geografias***, *2*(2), p. 74–85. 2006. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13207. Acesso em: 30 mar. 2024.

Observações

Trata da política de educação ambiental como ferramenta para a preservação dos recursos hídricos.

GEOCARTOGRAFIA							
Tipo de Disciplina				**Carga Horária**		83 h/r	
Pré-Requisitos			-				
Docente			Leandro Luiz Silva de França, Leandro Reginaldo Maximino Lelis				
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	83 h/r

Ementa

A Cartografia enquanto recurso para o ensino de Geografia. Metodologias didático-pedagógicas para o ensino de Cartografia. Cartografia tátil. Elaboração de materiais didáticos voltados para a Cartografia escolar.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Rosangela Doin de (org.). **Cartografia Escolar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
CASTREGHINI, Maria Isabel; VENTORINI, Silvia Elena. **Cartografia tátil e representação espacial na orientação e mobilidade de pessoas com deficiência visual**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico**: ensino e representação. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
ALMEIDA, Rosangela Doin de (org.). **Novos rumos da cartografia escolar**: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.
CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica**: teorias e práticas docentes. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
MENEZES, Priscylla Karoline de; PEREIRA, Bruno Magnum; CORRÊA, Ana Paula Saragossa (org.). **Desafios da cartografia escolar no ensino de geografia**. Anápolis: Editora UEG, 2019.
THIOLLENT, Michel; IMPERATORE, Simone; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos (org.). **Extensão universitária**: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba: CRV, 2022.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

LOCH, Ruth Emilia Nogueira. Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais. **Portal de Cartografia das Geociências**, v. 1, n. 1, p. 36-58, 2008. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/view/1362/0. Acesso em: 18 jun. 2025.
Revista Brasileira de Cartografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia. Acesso em: 18 jun. 2025.
Revista Brasileira de Extensão Universitária. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 18 jun. 2025.

Observações

O componente atende a curricularização da extensão.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	João Ricardo Ferreira Pires						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	50 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Desenvolvimento de atividades orientadas e supervisionadas no âmbito do Ensino Fundamental Anos Finais para proporcionar experiências didático-pedagógicas. Regência desenvolvida por meio da elaboração, aplicação e avaliação de sequências didáticas no Ensino Fundamental Anos Finais. Elaboração de relatório que apresente as atividades realizadas em sala de aula.

Bibliografia Básica

CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica**: teorias e práticas docentes. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico**: ensino e representação. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula.** 9. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. **Estágio enquanto espaço de pesquisa**: caminhos a percorrer na formação docente em Geografia. 151 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56848. Acesso em: 10 mar. 2024.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações
-

GEOGRAFIA URBANA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Fundamentos teórico-metodológicos da Geografia Urbana. Aspectos históricos e pressupostos teóricos do processo de urbanização. A cidade e o espaço geográfico. Urbanização e espaço urbano. Dinâmica interna do espaço urbano. Problemas socioambientais urbanos. Rede Urbana. Dinâmica Urbana Brasileira. As escalas urbanas: pequenas cidades, cidades médias e metrópoles. O urbano e seu tratamento no ensino de Geografia.

Bibliografia Básica

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.
SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Bibliografia Complementar

CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.
RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001.
SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

PAIVA, M. L. A.; JÚNIOR, M. M. O ENSINO DE GEOGRAFIA, A CIDADE E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/126/156. Acesso em: 1 mar. 2024.
SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. TEORIA E METODOLOGIA EM GEOGRAFIA URBANA. **Revista Contexto Geográfico**, *[S. l.]*, v. 8, n. 16, p. 1–7, 2023. DOI: 10.28998/contegeo.8i16.15826. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/15826. Acesso em: 1 mar. 2024.
SPÓSITO, M. E. B. A ANÁLISE URBANA NA OBRA DE MILTON SANTOS. **Caderno Prudentino de Geografia**, *[S. l.]*, v. 1, n. 21, p. 25–42, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7262. Acesso em: 1 mar. 2024.

Observações

As discussões a respeito dos problemas socioambientais urbanos destacarão a relevância da educação ambiental no período contemporâneo.

CURRÍCULOS E PROGRAMAS							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**		67 h/r	
Pré-Requisitos	-						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Introdução ao Currículo e ao Programa. Introdução ao Currículo e ao Programa. Histórico e Evolução dos Currículos no Brasil. Fundamentos Teóricos do Currículo. Currículo de Geografia: Diretrizes e Conteúdos. Elaboração e Planejamento de Currículos e Programas. Implementação e Avaliação de Currículos. Currículo e Diversidade. Tendências e Inovações no Currículo de Geografia. Estudos de Caso e Práticas.

Bibliografia Básica

KRAWIEC, Sylvia; SILVA, Miriam; SANTOS, Ana Maria (Orgs.). **Currículo e Formação de Professores**: reflexões e práticas. São Paulo: Cortez, 2017.
LIMA, Maria Alice de Miranda. **Currículo e Políticas Educacionais no Brasil:** uma análise crítica. Rio de Janeiro: Wak, 2015.
MACHADO, Marcos. **Currículo e Avaliação**: princípios, práticas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: ensino médio. Brasília: MEC, 2018.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
GARCIA, Regina Leite (Org.). **Currículo e Diversidade**: construindo práticas inclusivas. São Paulo: Summus, 2018.
SILVA, Aline. **Currículo e Ensino de Geografia**: abordagens e práticas. Curitiba: Appris, 2019.
TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/. Acesso em: 19 jun. 2025.

Observações

A educação ambiental, a educação em direitos humanos, a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena serão destacados no âmbito das discussões relacionadas aos currículos e programas.

ENSINO DE SOLOS							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**		83 h/r	
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista, Jandeilson Alves de Arruda, Igor Torres						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	83 h/r

Ementa

Processo de ensino-aprendizagem na Geografia Física. Metodologias didático-pedagógicas sobre a ciência do solo. Desenvolvimento de metodologias ativas e materiais didáticos voltados para a ciência do solo.

Bibliografia Básica

LEPSCH, I. F. **19 Lições de Pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
POPP, J. H. **Geologia Geral**. 6. ed. São Paulo: LTC, 2010.
BRADY, N.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Bibliografia Complementar

CORINGA, E. A. O. **Solos**. Curitiba: Livro Técnico, 2012.
EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.
LUZZI, D. **Educação e meio ambiente**: uma relação intrínseca. Barueri: Manole, 2012.
LEPSCH, I.F. **Formação e conservação do solo**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos. 2010.
TEIXEIRA, W. *et al*. **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2009.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Acta Geográfica. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Brasileira de Ciência do Solo. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcs/. Acesso em 15 jun. 2025.
Revista Brasileira Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Brasileira de Extensão Universitária. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Geonorte. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações

A Política de Educação Ambiental será importante aliada para trabalhar a importância da conservação dos solos mediante atividades de extensão.

CARTOGRAFIA II							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	Cartografia I						
Docente	Leandro Luiz Silva de França						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50h/r	**Prática**	-	**EaD**	50 h/r	**Extensão**	-

Ementa

Aprofundamento na elaboração e análise de mapas temáticos aplicados à Geografia. Aplicações em SIG e geoprocessamento. Classificação e representação de variáveis ambientais e socioeconômicas. Práticas com técnicas de interpolação, análise espacial e modelagem cartográfica. Integração com temas sociais, ambientais e culturais.

Bibliografia Básica

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 143 p.
MARTINELLI, Marcello. **Cartografia temática: caderno de mapas**. São Paulo: EDUSP, 2003. 176 p.
OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário Cartográfico**. IBGE: Rio de Janeiro, 1993. 645 p.
OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de Cartografia Moderna**. IBGE: Rio de Janeiro, 1993.

Bibliografia Complementar

LOBÃO, Jocimara Souza Britto; OLIVEIRA, Ana Isabel Leite; OLIVEIRA JUNIOR, Israel de (Orgs.). **Cartografia social:** (re)descobrindo saberes. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022. 500 p. ISBN 978-65-89524-04-5. Disponível em: https://books.scielo.org/id/bsx4q. Acesso em: 22 mai. 2025.
LOPES, Jonathan Felix Ribeiro. **Cartografia histórica e geopolítica do espaço brasileiro no contexto da colonização da América do Sul (séculos XVI-XVIII).** Brasília: Receita Federal do Brasil, 2023. Disponível em: https://biblioteca.geografia.blog.br/2023/11/chgebccasrfb2023.html. Acesso em: 22 mai. 2025.
MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. Editora Interciência, 2014.
NUNES, Christian *et al*. **A cartografia social e o mapeamento participativo na análise do espaço geográfico**. Belém: GAPTA-UFPA, 2021. ISBN 978-65-994316-0-9. Disponível em: https://clubedeautores.com.br/livro/a-cartografia-social-e-o-mapeamento-participativo-na-analise-do-espaco-geografico. Acesso em: 22 mai. 2025.
RIZZATTI, Maurício; BECKER, Elsbeth Léia Spode; CASSOL, Roberto. **Breve história da cartografia:** dos povos primitivos ao Google Earth. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/livro/historia-cartografia/. Acesso em: 22 mai. 2025.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo. Acesso em: 14 jun. 2025.
Revista Brasileira de Cartografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia. Acesso em: 14 jun. 2025.
Revista Brasileira de Geografia Física. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe. Acesso em: 14 jun. 2025.

Observações
Explora mapas sociais e temáticos com foco ambiental, étnico-racial e em direitos humanos.

GEOMORFOLOGIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	Geologia Geral						
Docente	Alan Kellnon Nobrega de Carvalho						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Introdução à Geomorfologia. O papel da Geomorfologia na ciência. Sistema de Paisagens. Diferenciação de paisagens. Sistema Crustal: os ciclos geológicos e tectônicos. Rochas e relevo. Antéclises. Sinéclises. Maciços Antigos e relevo plataformal. Relevo em carste. Relevo em Faixas Móveis. Morfoestruturas e Morfoesculturas. O papel do Clima na elaboração do relevo. Teorias Geomorfológicas. Geomorfologia da Faixa Seridó. Geomorfologia costeira e submarina.

Bibliografia Básica

CHRISTOPHERSON, Robert W. **Geossistemas**: Uma Introdução à Geografia Física. Porto Alegre: Bookman Editora, 2012.
CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 1980.
GROTZINGER, John P; JORDAN, Tom. **Para entender a Terra**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Bibliografia Complementar

FLORENZANO, Teresa Gallotti (org). **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **Geomorfologia urbana**. Bertrand Brasil, 2011.
GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia ambiental**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
MEDEIROS, Paulo César. **Geomorfologia:** fundamentos e métodos para o estudo do relevo. Curitiba: Intersaberes, 2016.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Geografia Física. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe. Acesso em: 14 jun. 2025.
Revista Brasileira de Geomorfologia. Disponível em: https://rbgeomorfologia.org.br/rbg. Acesso em: 14 jun. 2025.

Observações

-

PEDOLOGIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Jandeilson Alves de Arruda						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50 h/r	**Prática**	-	**EaD**	50 h/r	**Extensão**	-

Ementa

A pedologia – conceitos, objetivos e relações interdisciplinares. Fatores de formação do solo e processos pedogenéticos. O perfil do solo: nomenclatura dos horizontes. Características do perfil do solo (físicas, químicas e mineralógicas). Características morfológicas. Classificação dos solos: princípios e critérios básicos. Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos. Solo e paisagem: Relevo, vegetação e clima. Capacidade de uso, Ocupação e Erosão dos Solos.

Bibliografia Básica

BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.
LEPSCH, I. F. **Formação e conservação do solo**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 216p.
LEPSCH, I. F. **19 Lições de Pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 456p.
OLIVEIRA, João Bertoldo de. **Pedologia Aplicada**. Piracicaba: FEALQ, 2011. 592 p.
RESENDE, Mauro; CURI, Nilton; REZENDE, Sérvulo Batista de; CORRÊA, Gilberto Fernandes. **Pedologia**: base para distinção de ambientes. 5. ed. rev. ampl. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2014.

Bibliografia Complementar

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2010. 355p.
GUERRA, Antonio José Teixeira; SILVA, Antonio Soares da; BOTELHO, Rosangela Garrido Machado (org.). **Erosão e conservação dos solos**: conceitos, temas e aplicações. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
JONG VAN LIER, Quirijn de. **Física do Solo**. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010. 298p.
POPP, José Henrique. **Geologia Geral**. 6.ed. São Paulo: LTC, 2010. 324p.
TEIXEIRA, W. *et al*. **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2009.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

COSTA, M. O.; LAWAL, S. Solos e Geografia Física: Reflexões e práticas de ensino. Instituto de Geociências – Unicamp. **I Congresso Nacional de Geografia Física**. Campinas, São Paulo, 2017. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2371. Acesso em: 01 abr. 2024.
FAGERIA, N. K.; STONE, L. F. **Qualidade do solo e meio ambiente**. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2006. 35 p. (Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 197). Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/214941/qualidade-do-solo-e-meio-ambiente. Acesso em: 01 abr. 2024.
LADEIRA, F. S. B. Solos do passado: origem e identificação. **Revista Brasileira De Ciência Do Solo**, 34(6), p. 1773-1786, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcs/a/7zyTLBm8nXMdxtcZJB4mQvv/abstract/?lang=pt. Acesso em: 01 abr. 2024.
SANTOS, M. C. **Cadernos do Semiárido: riquezas & oportunidades**. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco. v. 10, n. 10, mar./abr. 2017. Recife: EDUFRPE, 2017. Disponível em: https://www.creape.org.br/cadernos-do-semiarido-riquezas-e-oportunidades/. Acesso em: 01 abr. 2024.

SOUZA, L. S.; PAIVA, A. Q.; SOUZA, L. D.; COGO, N. P. Água no solo influenciada pela posição na paisagem, em uma toposseqüência de solos de tabuleiro do estado da Bahia. **Revista Brasileira De Ciência Do Solo**, 26(4), 843–855, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcs/a/R83hDk95jxyXYzVWBkjqmKq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 abr. 2024.

Observações

Nos tópicos “O perfil do solo: nomenclatura dos horizontes” e “Características do perfil do solo (físicas, químicas e mineralógicas)” serão realizadas atividades relacionadas à Política Nacional de Educação Ambiental.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	50 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Desenvolvimento de atividades orientadas e supervisionadas no âmbito do Ensino Fundamental Anos Finais para proporcionar experiências didático-pedagógicas. Regência desenvolvida por meio da elaboração, aplicação e avaliação de sequências didáticas no Ensino Fundamental Anos Finais. Elaboração de relatório que apresente as atividades realizadas em sala de aula.

Bibliografia Básica

CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica**: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2011.

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico**: ensino e representação. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula.** 9. ed. 3ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2015. 144 p.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. **Estágio enquanto espaço de pesquisa**: caminhos a percorrer na formação docente em Geografia. 151 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56848. Acesso em: 10 mar. 2024.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? **Terra Livre,** v. 1, nº 16, p. 133-152, 2015. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/353. Acesso em: 15 mar. 2024.

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025

Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações
-

GEOGRAFIA POLÍTICA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Fundamentos de Geografia Política. Geografia Política e Geopolítica. Estado, nação, fronteiras, territórios, etnias e poder. Relações internacionais. O espaço nacional e o poder local. As novas relações espaciais de poder na Nova Ordem Mundial. A divisão regional do mundo. Os grandes grupos econômicos. Brasil: potência regional.

Bibliografia Básica

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP, 2008.
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia do Brasil**: A Mundialização do Capitalismo e a Geopolítica Mundial do Fim do Século XX. São Paulo: EDUSP, 2001.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.
LACOSTE, Ives. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2005.
MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1999.
VESENTINI, J.W. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global**. Campinas: Papirus, 2003.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DA CUNHA HORTA, C. A. Geografia política e Geopolítica: velhas e novas convergências. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, 4 fev. 2010. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13510. Acesso em: 01 abr. 2024.
FUINI, L. L. SOBRE PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA POLÍTICA DE CLAUDE RAFFESTIN. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 162–168, 2015. Disponível em: https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/250/270. Acesso em: 1 mar. 2024.
GONÇALVES, C. U. Geografia Política E Poder Na Gestão Do Território. **Revista Fragmentos De Cultura** - Revista Interdisciplinar De Ciências Humanas, vol. 18, nº 2, janeiro de 2009, p. 251-63. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/608. Acesso em: 01 abr. 2024.
VESENTINI, J. W. Repensando a Geografia Política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], v. 20, p. 127-142, 2011. DOI: 10.7154/RDG.2010.0020.0009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47246. Acesso em: 1 mar. 2024.

Observações

-

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Introdução ao Planejamento Educacional. Fundamentos do Planejamento Pedagógico. Elaboração de Planos de Aula e Sequências Didáticas. A avaliação educacional. Pressupostos históricos, filosóficos e sociológicos da Avaliação educacional. Políticas institucionais de avaliação e seu processo de inclusão e exclusão na escola e na sociedade. A avaliação formativa como alternativa visando às aprendizagens. Técnicas e instrumentos de coleta de dados avaliativos. A avaliação da aprendizagem no contexto das novas tecnologias educacionais.

Bibliografia Básica

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. 14. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
PACHECO, José Augusto; ALARCÃO, Isabel (Orgs.). **Planejamento do ensino e avaliação da aprendizagem:** uma experiência de formação reflexiva de professores. Porto Alegre: Penso, 2014.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833-27.841.
_____. **Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/.
DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 11. Ed. Campinas: Autores Associados, 2015.
FERNANDES, Domingos. **Avaliar para aprender:** fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
SANTANA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar?:** critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

VIANNA, H. M. Avaliação de programas educacionais: duas questões. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 43-45, 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0103-68312005000200003&script=sci_abstract. Acesso em: 28 ago. 2024.

Observações

Revista Brasileira de Educação. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/. Acesso em: 19 jun. 2025.

RECURSOS NATURAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	José Lucínio de Oliveira Freira						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	67 h/r	**Extensão**	-

Ementa

Meio ambiente e recursos naturais. Os recursos naturais como base para o desenvolvimento: a natureza como recurso. O binômio sociedade e natureza. Problemas ambientais do Brasil. Conceitos e métodos em conservação dos recursos naturais. Sustentabilidade: realidade ou utopia? A construção do conhecimento em Educação Ambiental. O processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil. Principais tendências da Educação Ambiental. O significado da Educação Ambiental em cada uma das abordagens, suas interfaces, oposições teóricas e metodológicas e implicações pedagógicas. Avaliação em Educação Ambiental. Educação Ambiental e Políticas Públicas. A Política Nacional de Educação Ambiental.

Bibliografia Básica

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é, o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.
CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.
DIAS, F. Genebaldo. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental:** práticas inovadoras de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia, 2012.

Bibliografia Complementar

CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental:** princípios, histórias, formação de professores. 4. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
CUNHA, S. B; GUERRA, J. T. A **Questão ambiental**: diferentes abordagens. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
PHILIPPI JR., A.; PELICCIONE, M.C.F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** 2. ed. rev. atual. Barueri, SP: Manole, 2014.
PINOTI, Rafael. **Educação Ambiental para o século XXI:** No Brasil e no mundo**.** São Paulo: Blucher, 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 52-60, ago. 2021. Disponível em: http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/684. Acesso em: 10 set. 2024.
DULLEY, Richard Domingues. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais.** Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-2.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.
PEREIRA, A. W. *et al*. A educação ambiental, o ensino de geografia e a escola: (re) discutindo algumas (in) certezas cotidianas. **Ambiente & Educação**. ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533 v. 20, n.1, p. 28-48, 2015. Disponível em: https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/5816. Acesso em: 10 set. 2024.
Revista Brasileira de Educação Ambiental. Disponível em: https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/revista-brasileira-de-educacao-ambiental-revbea/. Acesso em: 10 set. 2024.

RODRIGUEZ, S. C. M; DIAS, L.A.L; CARVALHO, A. C; FENZI, N; LOPES, L. O. dos C. Os recursos naturais no processo de desenvolvimento econômico capitalista: uma breve reflexão. **SEMIOSES: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro, v. 13. n. 4. out./dez. 2019. Disponível em: https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/semioses/article/view/433. Acesso em: 10 set. 2024.

Observações

O componente discute a Política Nacional de Educação Ambiental.

GEOPROCESSAMENTO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	Cartografia II						
Docente	Leandro Luiz Silva de França						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Conceitos fundamentais do geoprocessamento. Uso do geoprocessamento em aplicações ambientais. Ciências e tecnologias associadas ao geoprocessamento. Modelos de representação de dados espaciais. Sistemas de georreferenciamento. Cartografia básica e temática. O Sistema de Posicionamento Global. Utilização de GPS de navegação para o georrefenciamento de informações espaciais. Sistemas de Informações Geográficas. Bancos de dados geográficos.

Bibliografia Básica

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Introdução ao geoprocessamento ambiental**. São Paulo: Érica, 2014.
SILVA J. X. da; ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento & meio ambiente.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Bibliografia Complementar

BIELENKI JÚNIOR, Cláudio; BARBASSA, Ademir Paceli. **Geoprocessamento e recursos hídricos**: aplicações práticas. São Carlos: EDUFSCar, 2012.
LONGLEY, Paul A. *et al*. **Sistemas e ciência da informação geográfica**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
MENDES, C. A.; CIRILO, J. A. **Geoprocessamento em Recursos Hídricos**: Princípios, Integração e Aplicação. 2. ed. Viçosa, MG: ABRH, 2013.
MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.
SILVA, J. X. da; ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e Análise Ambiental**: Aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

DA FONSECA, Samuel Ferreira. Geoprocessamento aplicado no ensino médio como suporte para interdisciplinaridade. **RAEGA-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 42, p. 165-178, 2017.
Revista Brasileira de Cartografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia. Acesso em: 14 jun. 2025.
Revista Brasileira de Sensoriamento Remoto. Disponível em: https://rbsr.reativarambiental.com.br/. Acesso em: 14 jun. 2025.

Observações

-

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos							
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Origem e expansão geográfica dos seres humanos pela Terra. Estudos demográficos: conceitos e teorias. Estrutura e dinâmica demográfica do mundo e do Brasil. Tendências demográficas contemporâneas. Migrações: tipologias. Movimentos migratórios no mundo e no Brasil. Distribuição geográfica da população. Crescimento populacional e meio ambiente.

Bibliografia Básica

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento?. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3288. Acesso em: 14 dez. 2023.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

HOGAN, Daniel Joseph (org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental**: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2007.

Bibliografia Complementar

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. 152f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MCCR-7UWH66/1/jos__eustaquio_diniz_alves_tese_demografia_1994.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. São Paulo: Difel, 1971.

HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo (org.). **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2009. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/wp-content/uploads/2022/12/populacao-e-mudanca-climatica.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para Discussão nº 1.034). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1873/1/TD_1034.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5–26, jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YZN87LBgMWZwKjFhYLCy4dx/#. Acesso em: 14 dez. 2023.

HOGAN, Daniel Joseph. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 323–338, jul. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/LWGJ5dnzkNkfqD4ggSMqhCz/#. Acesso em: 14 dez. 2023.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3–22, jul. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/ddmq64Q3LR7dwYJYcNR4pQf/?lang=pt#. Acesso em: 14 dez. 2023.

MARTINE, George. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. 2, p. 181–190, jul. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/bh49qB98nMGtVNkcJ85BKbf/?lang=pt#. Acesso em: 14 dez. 2023.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 3, p. 433–460, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/pXt5ZtxqShgBKDJVTDjfWRn/?lang=pt#. Acesso em: 14 dez. 2023.

OLIVEIRA, Anderson Silva. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 15, n. 32, p. 69–79, 2019. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/48614. Acesso em: 14 dez. 2023.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, dez. 2012. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 dez. 2023.

Observações

O componente trata da Política Nacional de Educação Ambiental nas discussões acerca da pressão causada pelo crescimento populacional ao meio ambiente.

VIVEIRO EDUCATIVO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	83 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Jandeilson Alves de Arruda, Igor Torres Reis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	83 h/r

Ementa

Montagem de um viveiro. Coleta e processamento de sementes florestais. Substratos para produção de mudas. Produção de mudas de plantas nativas e exóticas. Uso pedagógico do viveiro educativo. Atividades com a comunidade.

Bibliografia Básica

GOMES, J. M.; PAIVA, H. N. **Viveiros florestais**: propagação sexuada. 3.ed. Viçosa: UFV, 2011. 116p.
LORENZI, H. **Árvores Brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil. 5. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, v.1, 2008. 348p.
WENDLING, I.; GATTO, A.; PAIVA, H.N.; GONÇALVES, W. **Substratos, adubação e irrigação na produção de mudas**. 2.ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, P. E. **Espécies arbóreas brasileiras**. Brasília: EMBRAPA, v.1, 2003.
CARVALHO, P. E. **Espécies arbóreas brasileiras**. Brasília: EMBRAPA, v.2, 2006.
CARVALHO, P. E. **Espécies arbóreas brasileiras**. Brasília: EMBRAPA, v.3, 2008.
FERREIRA, A. G.; BORGHETTI, F. **Germinação**: do básico ao aplicado. Porto Alegre: Artmed, 2004.
LUZZI, D. **Educação e meio ambiente**: uma relação intrínseca. Barueri: Manole, 2012.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação Ambiental. Disponível em: https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/revista-brasileira-de-educacao-ambiental-revbea/. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Brasileira de Extensão Universitária. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Brasileira de Geografia Física. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe. Acesso em: 15 jun. 2025.
Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente. Disponível em: https://editoraintegrar.com.br/publish/index.php/rema/index. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações

A disciplina atende a Política Nacional de Educação Ambiental e a Curricularização da Extensão.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	50 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Observação e análise de aulas no Ensino Médio. Elaboração de relatório.

Bibliografia Básica

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.

REGO, Nelson *et al*. (org.). **Geografia**: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula.** 9. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SIMIONATO, Margareth Fadanelli. **Formação de professores:** abordagens contemporâneas. São Paulo: Paulinas, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025

Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações

-

GEOGRAFIA ECONÔMICA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Geografia Econômica: teorias, conceitos e temas. Os dois circuitos da economia urbana. Os circuitos espaciais de produção. Globalização econômica. Mundialização do capital. Reestruturação produtiva e suas repercussões. Divisão Territorial do Trabalho. A geografia da economia global contemporânea.

Bibliografia Básica

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.
CHESNAIS, Francois. **A finança mundializada** – raizes sociais e políticas, configurações, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

Bibliografia Complementar

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2012.
SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 188–197, jul. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/6x94zJ3FLh3hcbzh3BNHHNf/?lang=pt#. Acesso em: 16 dez. 2023.
ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 27, 2014. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1316. Acesso em: 16 dez. 2023.
CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461–474, dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sn/a/fG9sSJcJXRMygQBpFjCTzTH/?lang=pt#. Acesso em: 16 dez. 2023.
SERAFIM GOMES, Maria Terezinha. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 21, abr. 2011. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21231. Acesso em: 16 dez. 2023.

Observações
-

PROJETO DE PESQUISA EM GEOGRAFIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	67 h/r	**Extensão**	-

Ementa

A pesquisa em Geografia: teorias, métodos e técnicas. Projeto de pesquisa em Geografia. Elaboração de projetos de pesquisa a partir de uma perspectiva geográfica. Escrita de projeto de pesquisa na área de Geografia.

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2023.
SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. de L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. Disponível em: https://books.scielo.org/id/hvsdh/pdf/marafon-9788575114438.pdf#page=203. Acesso em: 01 abr. 2024.
SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física global. Esboço metodológico. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p 141-152, 2004. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389/2718. Acesso em: 01 abr. 2024.
CASTRO, Iná Elias de. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução?. **Espaço Aberto**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 87–100, 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2435. Acesso em: 01 abr. 2024.
CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em Geografia. **Revista da ANPEGE**, *[S. l.]*, v. 11, n. 15, p. 9–30, 2017. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6445. Acesso em: 01 abr. 2024.
LUSTOSA, Cesar Augusto. Milton Santos e o Método de pesquisa em Geografia. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, v.2, n.1, p. 58-70, 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15420/22236. Acesso em: 01 abr. 2024.
PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, *[S. l.]*, v. 1, n. 23, p. 4–18, 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/3682. Acesso em: 01 abr. 2024.
SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.

Observações

-

EDUCAÇÃO INCLUSIVA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Introdução à Educação Inclusiva. Fundamentos da Educação Inclusiva. Diversidade e Diferença no Contexto Escolar. Frequentes Necessidades de Inclusão. Metodologias Pedagógicas para Inclusão. Recursos Educacionais e Tecnologias Assistivas. Formação de Professores e a Educação Inclusiva. Produção do Plano Individual de Ensino (PIE). Gestão Escolar e a Inclusão Educacional. Desafios e Perspectivas da Educação Inclusiva no Ensino de Geografia.

Bibliografia Básica

GLAT, Rosana; BLANCO, Rogério (Orgs.). **Políticas de educação inclusiva:** práticas escolares e formação de professores. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorin. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. 5. ed. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2017.

Bibliografia Complementar

GARCIA, Regina Leite (org.). **Educação inclusiva:** doze olhares sobre a inclusão em educação. São Paulo: Summus, 2017.

LIMA, Maria Alice de Miranda. **Formação de professores e educação inclusiva:** desafios, políticas e práticas. Rio de Janeiro: Wak, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2015.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Denise Meyer (Org.). **Práticas pedagógicas inclusivas:** contribuições para a formação de professores. Curitiba: Appris, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação Especial. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/. Acesso em: 26 mai. 2024.

Revista Educação Especial. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/index. Acesso em: 26 mai. 2024.

Observações

-

TDICS APLICADAS AO ENSINO DE GEOGRAFIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Metodologias ativas. Novas tecnologias na educação. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e ensino de Geografia. Gamificação. Jogos digitais na educação.

Bibliografia Básica

BACICH, L.; MORAN, J (org.). **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora:** Uma Abordagem Teórico-Prática. Porto Alegre: Penso, 2017.

MORAN, J.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2011.

SOUSA, R. P. de; MOITA, F. da M. C da S. C.; CARVALHO, A. B. G. (org.). **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

Bibliografia Complementar

ALVES, L. M. **Gamificação da educação**: aplicando metodologias de jogos no ambiente educacional. Joinville: Clube dos Autores, 2018.

CAMARGO, F.; DAROS, T. **A Sala de Aula Inovadora**: Estratégias Pedagógicas para Fomentar o Aprendizado Ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.

HOEFELMANN, C. **O uso dos jogos digitais educacionais no processo de ensino e aprendizagem**. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação na Cultura Digital) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Departamento de Metodologia de Ensino, Guabiruba, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169052. Acesso em: 26 mar. 2024.

PRENSKY, M. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. São Paulo: Senac, 2012.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FARDO, M. L. A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/41629. Acesso em: 26 mar. 2024.

MORÁN, J. *et al*. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4941832/mod_resource/content/1/Artigo-Moran.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

PAIVA, M. R. F. *et al*. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, 2016. Disponível em: https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049. Acesso em: 26 mar. 2024.

SCHUARTZ, A. S.; SARMENTO, H. B. de M. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 429–438, set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/xLqFn9kxxWfM5hHjHjxbC7D/#. Acesso em: 26 mar. 2024.

SCHUCK, R. J.; CAZAROTTO, R. T.; SANTANA, E. L. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental. **Ensino em Re-Vista**, *[S. l.]*, v. 27, n. 3, p. 1131–1154, 2020. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/54601. Acesso em: 26 mar. 2024.
VALENTE, J. A. A Comunicação e a Educação baseada no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. **Revista UNIFESO – Humanas e Sociais**, v. 1, n. 1, p. 141-166, 2014. Disponível em: https://revista.unifeso.edu.br/index.php/revistaunifesohumanasesociais/article/view/17. Acesso em: 26 mar. 2024.

Observações

Além dos conhecimentos geográficos, trabalhar-se-á, de forma transversal, temas obrigatórios, como educação ambiental, direitos humanos e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

SENSORIAMENTO REMOTO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	Geoprocessamento						
Docente	Leandro Luiz Silva de França						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	67 h/r	**Extensão**	-

Ementa

Conceitos e histórico do Sensoriamento Remoto. Importância do Sensoriamento remoto para a gestão ambiental. Princípios físicos do Sensoriamento Remoto. O espectro eletromagnético. Características espectrais dos alvos solo, água e vegetação. Sistemas sensores. Sistemas aéreos. Sensores orbitais. Introdução à interpretação de imagens orbitais. Os sistemas multiespectrais. Noções de processamento digital de imagens.

Bibliografia Básica

.

BLASCHKE, Thomas; KUX, Hermann. **Sensoriamento remoto e SIG avançados**: novos sistemas sensores, métodos inovadores. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto.** 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MOREIRA, Maurício Alves. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologia de aplicação**. 4. ed. Viçosa: UFV, 2011.

Bibliografia Complementar

IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Introdução ao geoprocessamento ambiental**. São Paulo: Érica, 2014.

LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. **Análise da Paisagem com SIG**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

NOVO, E. M. L. de M. **Sensoriamento Remoto**: Princípios e Aplicações. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2010.

PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E.; KUPLICH, T. M. **Sensoriamento remoto da vegetação**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

SILVA, A. de B. **Sistemas de informações geo-referenciadas**: conceitos e fundamentos. Campinas: Unicamp, 2003.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FLORENZANO, T. G. Geotecnologias na Geografia aplicada: difusão e acesso. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 17, p. 24–29, 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47272. Acesso em: 3 dez. 2024.

MENEZES, A. F. *et al*. Utilização do sensoriamento remoto no ensino da geografia para o ensino médio como recurso didático. **Geo UERJ**, v. 2, n. 24, 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/5704. Acesso em: 06 dez. 2024.

Revista Brasileira de Cartografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia. Acesso em: 14 jun. 2025.

Revista Brasileira de Sensoriamento Remoto. Disponível em: https://rbsr.reativarambiental.com.br/. Acesso em: 14 jun. 2025.

Observações
-

GEOGRAFIA DO NORDESTE							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

A construção regional do espaço nordestino. O processo e as características naturais, sociais e econômicas da Região Nordeste do Brasil. A organização política do espaço nordestino. As paisagens naturais e as transformações ambientais. Aspectos demográficos, agrários, urbanos e culturais do Região Nordeste.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife/São Paulo: Massangana/Cortez, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Editora ATLAS S/A, 1986.

MARANHÃO, Silvio (org.). **A Questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Bibliografia Complementar

ANDRIGHETTI, Ynná. **Nordeste -** Mito e Realidade. São Paulo: Moderna, 1998.

CASTRO, I. E. de. **Seca Versus seca**: novos interesses, novos territórios, novos discursos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, E.R.L. **Brasil** – questões atuais da reconstrução do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

ROCHA, A. P. B. *et al*. **Geografia do Nordeste**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2011.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CLAUDINO-SALES, V. de. Perspectivas e desafios da geografia física no Nordeste brasileiro. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 2–18, 2019. DOI: 10.35701/rcgs.v21n2.607. Disponível em: https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/607. Acesso em: 20 ago. 2024.

NASCIMENTO, M. J.; LIMA , F. E. de S. . O Nordeste brasileiro no ensino de geografia: uma análise a partir do livro didático do ensino médio. **Revista GeoInterações**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 2–19, 2021. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/3230. Acesso em: 1 mar. 2024.

QUIRINO, P. P. Geografia do sentimento: a construção do Nordeste brasileiro, breves considerações. **Revista Ciência Geográfica**, 26(3), 1606–1633. Disponível em: https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/3085. Acesso em: 1 mar. 2024.

Observações

Ao se tratar sobre a diversidade cultural no Nordeste, serão discutidos temas obrigatórios, como a cultura afro-brasileira, africana e indígena e as relações étnico-raciais.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	50 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Desenvolvimento de atividades orientadas e supervisionadas no âmbito do Ensino Médio para proporcionar experiências didático-pedagógicas. Regência desenvolvida por meio da elaboração, aplicação e avaliação de sequências didáticas no Ensino Médio. Elaboração de relatório que apresente as atividades realizadas em sala de aula.

Bibliografia Básica

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.

REGO, Nelson *et al*. (org.). **Geografia**: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula.** 9. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SIMIONATO, Margareth Fadanelli. **Formação de professores:** abordagens contemporâneas. São Paulo: Paulinas, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025

Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações
-

GEOGRAFIA CULTURAL							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Geografia Cultural: uma perspectiva histórica. O horizonte humanista na evolução do pensamento geográfico. A dimensão cultural do espaço: tradição e renovação. As manifestações culturais na produção do espaço. A retomada dos conceitos geográficos. O surgimento de novas categorias analíticas. O estudo dos significados. Diversidade de modos de vida: crenças, valores e mitos espaciais. Identidades territoriais e dos lugares como forças geográficas. Caracterização, memória e delimitação de paisagens culturais. Novos campos e perspectivas.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Bibliografia Complementar

CLAVAL, P. **Terra dos homens**: a geografia. São Paulo: Contexto, 2010.
CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Z. (org.). **Cultura, Espaço e o Urbano**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (org.). **Geografia em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
TUAN, Yi-Fu. (2012). **Topolifia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Tradução de Lívia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CLAVAL, P. (1999): A geografia cultural. Florianópolis: Ed. UFSC.
CLAVAL, P. Geografia Cultural: um balanço. **Revista Geografia (Londrina)**, v. 20, n. 3 p. 5-24, set./dez. 2013. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160. Acesso em: 01 abr. 2024.
CORRÊA, R. L. (2007) Formas simbólicas e espaço. Algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p.7-17, 2007.
ROSENDAHL, Z. Os estudos da Geografia Cultural no Brasil: as reflexões pretéritas, o presente contínuo e suas perspectivas futuras. **Geograficidade**, v. 10, n. Especial, p. 11-20, 2020.

Observações

No tópico “Diversidade de modos de vida: crenças, valores e mitos espaciais” será destacada a influência da cultura afro-brasileira, africana e indígena, além da importância da educação das relações étnico-raciais.

GEOGRAFIA DA PARAÍBA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Péricles Alves Batista						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50 h/r	**Prática**	-	**EaD**	50 h/r	**Extensão**	-

Ementa

A Paraíba no contexto do Brasil e do Nordeste. A produção do espaço paraibano. Quadro natural paraibano: As paisagens naturais e as transformações ambientais. A economia paraibana. A economia contemporânea paraibana. Dinâmicas demográficas na Paraíba. Estrutura agrária, relações de produção e modernização do campo paraibano. Processo de urbanização e rede urbana paraibana. A Indústria e a economia paraibana. A Paraíba e o mercado internacional. Indicadores socioeconômicos da Paraíba.

Bibliografia Básica

MELO, A. S. T.; RODRIGUEZ, J. L. **Paraíba**: desenvolvimento econômico e a questão ambiental. João Pessoa, PB: Grafset, 2004.

SILVA, Anieres Barbosa da; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; GALVÃO, Josias de Castro (org.). **Paraíba:** Pluralidade e Representações Geográficas. Campina Grande: EDUFCG, 2017.

SILVA, Anieres Barbosa da; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; GALVÃO, Josias de Castro (org.). **Paraíba 2:** Pluralidade e Representações Geográficas. Campina Grande: EDUFCG, 2019.

Bibliografia Complementar

NASCIMENTO, Renan Loureiro Xavier *et al*. (org.). **Caderno de caracterização**: estado da Paraíba. Brasília, DF: Codevasf, 2022.

MIRANDA, Lívia; MORAES, Demóstenes de (org.). **Reforma Urbana e Direito à Cidade**: Paraíba. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FARIAS, T. da S.; NETO, J. F. de C.; VIANNA, P. C. G. Análise geográfica da atuação da operação pipa no sertão paraibano. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 30, n. 57, p. 517–539, 2024. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/9217. Acesso em: 20 ago. 2024.

FRANCISCO, Paulo Roberto Megna; SANTOS, Djail; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; RIBEIRO, George do Nascimento. Mapeamento do potencial pedólogico das terras do estado da Paraíba. **Revista de Geografia**, v. 32, n. 3, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/229149. Acesso em: 20 ago. 2024.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, n. 10, jan./jun. 2007. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424. Acesso em: 23 jun. 2024.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, *[S. l.]*, v. 7, n. 01, p. 147–160, 2017. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6560. Acesso em: 20 fev. 2024.

Revista Okara: Geografia em debate. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/about. Acesso em: 23 jun. 2025.
Revista Paisagens & Geografias. Disponível em: https://paisagensegeografias.revistas.ufcg.edu.br/index.php/A1p7D. Acesso em: 23 jun. 2025.
VALVERDE, Orlando. O Uso da Terra na Leste da Paraíba. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 17, n. 1, IBGE, 1955. Disponível em: https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1903. Acesso em: 30 ago. 2014.

Observações
-

BIOGEOGRAFIA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Jandeilson Alves de Arruda						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Conceituação e importância da Biogeografia e as inter-relações com as ciências afins. A biosfera. A vida e os ambientes no tempo e no espaço. Os grandes domínios de vegetação. Zoogeografia. Biogeografia e Conservação da natureza. Biomas mundiais e brasileiros. O processo de degradação antrópica sobre as principais regiões biogeográficas. Análise e valoração das áreas verdes urbanas.

Bibliografia Básica

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editora, 2012.
COX, C. B.; MOORE, P. D. **Biogeografia**: uma abordagem ecológica. Rio de Janeiro: LCT, 2009.
PETERSON, J. F. **Fundamentos de Geografia Física**. São Paulo: Cengage Leaarning, 2014.

Bibliografia Complementar

AB´SABER, A. **Ecossistemas do Brasil.** São Paulo: Metalivros, 2006.
COELHO, R. M. P. **Fundamentos em Ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
FIGUEIRÓ, Adriano. **Biogeografia**: dinâmicas e transformações da natureza. Editora: Oficina de Textos, 2015.
SCARLATTO, F. C. **Do nicho ao lixo**: ambiente, sociedade e educação. São Paulo: Atual, 2009.
DIAS, G. F. **Ecopercepção**: um resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista da Biologia. Especial Biogeografia, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: https://revistas.usp.br/revbiologia/issue/view/8247. Acesso em: 08 mar. 2024.
ROSS, J. L.S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 8, p. 63-74, 1994. Disponível em: https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47327. Acesso em: 08 mar. 2024.

Observações

O componente contempla a Política Nacional de Educação Ambiental.

LIBRAS							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Introdução à Libras. Fundamentos Linguísticos da Libras. Aspectos Culturais da Comunidade Surda. Desenvolvimento de Competências Comunicativas em Libras. Contextualização da Libras no Ensino de Geografia. Prática de Interpretação e Tradução de Libras. Legislação e Direitos da Pessoa Surda. Tecnologias Assistivas e Libras

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2004.
SILVA, L. da. **Língua brasileira de sinais - LIBRAS**. Curitiba: Fael, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, W. G. **Introdução à língua brasileira de sinais**. lhéus, BA: UAB/UESC, 2013. Disponível em: https://portalidea.com.br/cursos/1759e1ccb7d31282d8c60d083262898f.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.
ALMEIDA, W. G. (org.). **Educação de surdos**: formação, estratégias e prática docente. Ilhéus, BA: Editus, 2015. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.
GESSER, A. **Libras, que língua é essa?**. São Paulo: Parábola, 2009.
MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FELIPE, T. A. Os processos de formação de palavra na Libras. **ETD Educação Temática Digital**, v. 7, n. 02, p. 200-212, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v07n02/v07n02a20.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.
PEREIRA, F. R.; ARRUDA, G. B. Material didático no ensino de geografia para surdos. **Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 3, n. 5, p. 103-110, 2017.
Revista SCIAS Língua de Sinais. https://revista.uemg.br/index.php/sciasls. Acesso em: 30 ago. 2024.
Revista Brasileira de Educação Especial. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/. Acesso em: 30 ago. 2024.
Revista Educação Especial. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/index. Acesso em: 30 ago. 2024.

Observações

-

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	Projeto de Pesquisa em Geografia						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67 h/r	**Prática**	-	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Ajustes de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Desenvolvimento do projeto (pesquisa bibliográfica, coleta e análise de dados, escrita do TCC, etc.). Acompanhamento de plano de trabalho para execução do TCC. Apresentação do TCC.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como escrever uma monografia**: manual de elaboração com exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2010.

LUCENA, Fábio de Oliveira. **Monografia**: arte e técnica da construção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

Bibliografia Complementar

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ALMEIDA, Nara Gabriela Nascimento de. A importância da metodologia científica através do projeto de pesquisa para a construção da monografia. **Folha de Rosto**, v. 2, n. 1, p. 57-66, jan./jun., 2016. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/92/67. Acesso em: 01 abr. 2024.

Observações

-

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Leandro Reginaldo Maximino Lelis						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	**Prática**	50 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Desenvolvimento de atividades orientadas e supervisionadas no âmbito do Ensino Médio para proporcionar experiências didático-pedagógicas. Regência desenvolvida por meio da elaboração, aplicação e avaliação de sequências didáticas no Ensino Médio. Elaboração de relatório que apresente as atividades realizadas em sala de aula.

Bibliografia Básica

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.

REGO, Nelson *et al*. (org.). **Geografia**: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula.** 9. ed. 3ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2015. 144 p.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SIMIONATO, Margareth Fadanelli. **Formação de professores:** abordagens contemporâneas. São Paulo: Paulinas, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Brasileira de Educação em Geografia. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/index. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista de Ensino de Geografia. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia. Acesso em: 15 jun. 2025

Revista Geografia Pesquisa & Ensino. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia. Acesso em: 15 jun. 2025.

Observações
-

Componentes Curriculares Optativos

AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL							
Tipo de Disciplina	Optativa			**Carga Horária**		67 h/r	
Pré-Requisitos	-						
Docente	Montesquieu da Silva Vieira						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	57 h/r	**Prática**		**EaD**	-	**Extensão**	10 h/r

Ementa

Histórico da Agroecologia e as consequências da revolução verde. Importância dos sistemas alimentares e a sustentabilidade ambiental. Tipos de "agriculturas sustentáveis". Os agroecossistemas e os fatores ambientais de importância agrícola. Base ecológica para o manejo de insetos, microrganismos e Plantas espontâneas. Plano de conversão agrícola.

Bibliografia Básica

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão popular, AS-PTA, 2012. 400 p.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa, 2005. 517 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 2009. 658 p. il.

Bibliografia Complementar

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p. il.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010. 327 p.

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 320 p.

HENTZ, A.; MANESCHY, R. **Práticas agroecológicas**: soluções sustentáveis para a agricultura familiar na região sudeste do Pará. Jundiaí: Paco /editorial, 2011. 360p.

LABOURIAU-SALGADO, M. L. **História ecológica da terra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1994. 307 p.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Agroecologia**: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2012. 196p.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

A extensão é efetivada a partir do projeto "Fábrica de Solos", que trabalha com a compostagem a fim de transformar biomassa em matéria orgânica.

ECOLOGIA DO SEMIÁRIDO							
Tipo de Disciplina	Optativa			**Carga Horária**	67 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	José Lucínio de Oliveira Freire						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	59 h/r	**Prática**		**EaD**	-	**Extensão**	8 h/r

Ementa

História da Ecologia como Ciência. Fundamentos da ecologia e princípios básicos dos ecossistemas. Conceitos básicos e níveis de organização da Ecologia. Estrutura e funcionamento dos ecossistemas do semiárido. Semiárido nordestino: caracterização geográfica, fauna, flora e recursos hídricos. Caatinga. Estrutura, funcionamento e dinâmica de ecossistemas do semiárido. Ecologia de comunidades e os conceitos de biodiversidade. Interferências antrópicas no semiárido. Principais ecorregiões do semiárido nordestino.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. J. G.; NOGUEIRA, E. M. S.; SANTOS, C. A. B. **Ecologia e biodiversidade do semiárido nordestino**. v. I e II. Paulo Afonso: Editora Sabeh, 2006.

EL-DIER, A. C. A.; MOURA, G. J. B.; ARAÚJO, E. L. (Eds.). **Ecologia e conservação de ecossistemas no Nordeste do Brasil**. Recife: NUPEEA, 2012.

BEGON, M.; HARPER, J. L.; TOWNSEND, C. R. **Ecologia**: de indivíduos a ecossistemas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VELLOSO, A. L.; SAMPAIO, E. V. S. B.; PAREYO, F. G. C. **Ecorregiões**: propostas para o bioma Caatinga. Recife: APN – ICANCB, 2002. 76p.

Bibliografia Complementar

CLEFFI, N. M. **Curso de Biologia**: Ecologia. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1985.

DARWIN, C. **A origem das espécies**. São Paulo: Ediouro, 2013.

ODUM, E. P.; BARRET, G. W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

OLIVEIRA, F. S.; SILVA, A. C. C.; REIS, L. M. M.; SILVA, V. P. **O estudo do semi-árido no contexto da sala de aula**: desafios da educação ambiental. In: I Jornada Nacional da Produção Cientifica em Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, 2006.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. Missouri: Guanabara Koogan, 2011.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

A extensão é trabalhada por meio do projeto “Construção de um módulo multidisciplinar de Ecologia do Semiárido em escolas de ensino médio no Seridó paraibano”.

POLUIÇÃO E IMPACTOS AMBIENTAIS							
Tipo de Disciplina	Optativa			**Carga Horária**	50 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Montesquieu da Silva Vieira						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	42 h/r	**Prática**	8 h/r	**EaD**	-	**Extensão**	8 h/r

Ementa

Conceitos e definições relacionados à poluição e impactos ambientais. Características dos sistemas ambientais. Impactos ambientais e seu controle nos meios aquáticos, terrestre e atmosférico. Mudanças climáticas.

Bibliografia Básica

BRAGA, B. *et al*. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.

CALIJURI, M. Do M. CUNHA, D. G. F. Engenharia Ambiental: co**nceitos, tecnologia e gestão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FELLENBERG, G. **Introdução aos problemas da poluição ambiental**. São Paulo: EPU, 2013.

SÁNCHEZ, L. H. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Bibliografia Complementar

BIASOTTO, E., PACHECO, E. B. A. V., BONELLI, C. M. C. **Meio ambiente, poluição e reciclagem**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2010.

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Manole, 2014.

SCARLATO, F. C.; PONTIN, J. A. **Do nicho ao lixo**: ambiente, sociedade e educação. São Paulo: Atual, 2009.

SOUZA, A. M. de. **Gerenciamento e controle de poluição da água e do solo**. Curitiba: IESDE Brasil, Fael, 2016.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

As atividades de extensão ocorrem por meio do projeto “Fábrica de Solos”.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS							
Tipo de Disciplina	Optativa			**Carga Horária**	33 h/r		
Pré-Requisitos	-						
Docente	Marcelo Silva de Andrade						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33 h/r	**Prática**		**EaD**	-	**Extensão**	-

Ementa

Conceituação de ética, cidadania e sua relação com os direitos humanos. Implicações culturais associadas à ética e aos direitos humanos. Exigências individuais e sociais da cidadania. Panorama nacional e regional da realidade sobre a questão dos direitos humanos. Diferenciação entre ética e moral. Análise dos principais problemas relacionados à ética e aos direitos humanos no campo tecnológico, social, político, econômico e cultural.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.
MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Zigmunt. **Cegueira Moral**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**. Um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Record, 2009.
CONTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Editora WMF – Martins Fontes, 2009.
DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 2013.
JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
PASCAL, Georges. **Compreender Kant**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

PAVIANI, Jayme. A função pedagógica da ética em Aristóteles. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 110-115, jan./abr. 2012.
RESENDE, Gleywbliston de Souza. Conceitos básicos da ética estoica. **PROMETHEUS**, n. 36, mai/ago., 2021.
SCHIO, Sônia Maria. A ética da responsabilidade em Arendt e Jonas. **Dissertatio**, v. 32, p. 157-174, 2010.
SILVA, Franklin Leopoldo e. Sartre e a ética. **BIOETHIKOS** - Centro Universitário São Camilo, v. 4, n. 3, p. 269-273, 2010.
ZUBEN, Newton Aquiles Von. Vulnerabilidade e finitude: a ética do cuidado do outro. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 39, n. 125, 2012.

Observações
O componente trata, especialmente, da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos.

APÊNDICE B - Detalhamento da Carga Horária (CH) dos Componentes ofertados na modalidade EaD

Semestre	Componentes curriculares	DISTRIBUIÇÃO PORMENORIZADA DA CARGA HORÁRIA							
		Avaliação Presencial (A)	Encontro Presencial (B)	CH Presencial por Encontro	Σ CH Presencial (A+B)	Avaliações no AVA	CH Semanal no AVA	Σ CH no AVA	Σ CH Total
1º	Fundamentos da Educação a Distância	1	1	1 h/a	2 h/a	2	1 h/a	16 h/a	18 h/a (15 h/r)
1º	Políticas Educacionais	1	1	2 h/a	4 h/a	3	2 h/a	36 h/a	40 h/a (33 h/r)
2º	História da Educação	1	1	4 h/a	8 h/a	6	4 h/a	72 h/a	80 h/a (67 h/r)
3º	História das Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas	1	1	4 h/a	8 h/a	6	4 h/a	72 h/a	80 h/a (67 h/r)
3º	Metodologia da Pesquisa Científica	1	1	4 h/a	8 h/a	6	4 h/a	72 h/a	80 h/a (67 h/r)
4º	Recursos Hídricos	1	1	3 h/a	6 h/a	5	3 h/a	54 h/a	60 h/a (50 h/r)
5º	Cartografia II	1	1	3 h/a	6 h/a	5	3 h/a	54 h/a	60 h/a (50 h/r)
5º	Pedologia	1	1	3 h/a	6 h/a	5	3 h/a	54 h/a	60 h/a (50 h/r)
6º	Recursos Naturais e Educação Ambiental	1	1	4 h/a	8 h/a	6	4 h/a	72 h/a	80 h/a (67 h/r)
7º	Projeto de Pesquisa em Geografia	1	1	4 h/a	8 h/a	6	4 h/a	72 h/a	80 h/a (67 h/r)
7º	Sensoriamento Remoto	1	1	4 h/a	8 h/a	6	4 h/a	72 h/a	80 h/a (67 h/r)
8º	Geografia da Paraíba	1	1	3 h/a	6 h/a	5	3 h/a	54 h/a	60 h/a (50 h/r)
	Total	**12**	**12**	**39 h/a**	**78 h/a**	**61**	**39 h/a**	**700 h/a**	**778 h/a (650 h/r)**

APÊNDICE C – Fluxograma do Curso

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS PICUÍ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Fluxograma da Matriz Curricular do Curso Superior de Licenciatura em Geografia

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
1.1 Pensamento Geográfico 67	2.1 História da Educação 67	3.1 História das Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas 67	4.1 Geografia Agrária 67	5.1 Geografia Urbana 67	6.1 Geografia Política 67	7.1 Geografia Econômica 67	8.1 Geografia Cultural 67
1.2 Geologia Geral 67	2.2 Fundamentos Sociológicos e Filosóficos da Educação 67	3.2 Educação para a Diversidade 83	4.2 Climatologia 67	5.2 Currículos e Programas 67	6.2 Planejamento e Avaliação 67	7.2 Projeto de Pesquisa em Geografia 67	8.2 Geografia da Paraíba 50
1.3 Leitura e Produção de Textos Acadêmicos 67	2.3 Psicologia da Aprendizagem 67	3.3 Didática Geral 50	4.3 Ensino de Geografia 50	5.3 Ensino de Solos 83	6.3 Recursos Naturais e Educação Ambiental 67	7.3 Educação Inclusiva 67	8.3 Biogeografia 50
1.4 Informática Instrumental 67	2.4 Geografia do Espaço Mundial 67	3.4 Estatística Aplicada à Geografia 50	4.4 Cartografia I 67	5.4 Cartografia II 50 — 4.4	6.4 Geoprocessamento 67 — 5.4	7.4 TDICs Aplicadas ao Ensino de Geografia 67	8.4 LIBRAS 67
1.5 Fundamentos da Educação a Distância 15	2.5 Estágio Curricular Supervisionado II 50	3.5 Metodologia da Pesquisa Científica 67	4.5 Recursos Hídricos 50	5.5 Geomorfologia 50 — 1.2	6.5 Geografia da População 67	7.5 Sensoriamento Remoto 67 — 6.4	8.5 Trabalho de Conclusão de Curso 67 — 7.2
1.6 Políticas Educacionais 33		3.6 Geografia do Brasil 67	4.6 Geocartografia 83	5.6 Pedologia 50	6.6 Viveiro Educativo 83	7.6 Geografia do Nordeste 67	8.6 Estágio Curricular Supervisionado VIII 50
1.7 Estágio Curricular Supervisionado I 50		3.7 Estágio Curricular Supervisionado III 50	4.7 Estágio Curricular Supervisionado IV 50	5.7 Estágio Curricular Supervisionado V 50	6.7 Estágio Curricular Supervisionado VI 50	7.7 Estágio Curricular Supervisionado VII 50	
C/H Semestral 366 h/r	**C/H Semestral 318 h/r**	**C/H Semestral 434 h/r**	**C/H Semestral 434 h/r**	**C/H Semestral 417h/r**	**C/H Semestral 468 h/r**	**C/H Semestral 452 h/r**	**C/H Semestral 351 h/r**

Carga Horária Mínima de Integralização: 3.290 h/r
Período Mínimo de Integralização: 8 períodos
Estágio Curricular Supervisionado: 400 h/r
Carga Horária Optativa: facultativa
Observações:
a) Ao final do curso o discente deverá entregar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre tema específico da sua área de formação como requisito para integralização curricular;
b) Os Estágios Curriculares Supervisionados são componentes obrigatórios;
c) O discente deverá fazer o mínimo de 50h em Atividades Complementares.;
d) O discente deverá participar do ENADE de acordo com o Artigo 33-G da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Núcleo de Formação Geral
Núcleo de Formação Específica
Núcleo de Extensão
Núcleo de Estágio

N		P
	Nome da Disciplina	
C		

N: Número da disciplin
P: Pré-requisito
C: Carga Horária